

INÁCIO LUIZ GUIMARÃES MARQUES

**Memórias de um golpe: o 27 de maio de 1977 em Angola**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Mestre.  
Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Bittencourt

Niterói  
2012

INÁCIO LUIZ GUIMARÃES MARQUES

**Memórias de um golpe: o 27 de maio de 1977 em Angola**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: História Social

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Marcelo Bittencourt - Orientador  
Universidade Federal Fluminense – Departamento de História

---

Prof. Dr. Alexsander Gebara  
Universidade Federal Fluminense – Departamento de História

---

Prof. Dr. Vantuil Pereira  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH)

Niterói  
2012

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Marcelo Bittencourt, pelos comentários, empréstimos de livros e de documentação, indicações bibliográficas e muito mais, sem os quais essa dissertação não poderia ter sido realizada.

Cabe também agradecer aos professores Augusto Nascimento e Alexander Gebara, pelas excelentes observações feitas durante a qualificação, que permitiram mudar os rumos deste texto.

Agradeço a minha Tatiana, pela dedicação e paciência, ajuda e parceria durante os últimos oito anos, especialmente nesses dois últimos.

Não poderia deixar de agradecer ao carinho da querida Tita, sempre incentivando e nos pequenos gestos que lhes são peculiares, deixando os dias em “cativeiro” menos penosos.

Por fim, agradeço ao apoio da CAPES, que me concedeu uma bolsa de estudos, fundamental para o bom andamento desta pesquisa.

## **RESUMO**

No dia 27 de maio de 1977 ocorreu em Luanda, capital de Angola uma tentativa de golpe de Estado, comandada por um grupo que pertencia as fileiras do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a organização política que geria o Estado independente, desde novembro de 1975. Este trabalho investigará não apenas as razões desta crise política interna, mas, sobretudo, as memórias e os diferentes enfoques produzidos sobre o 27 de maio.

Palavras-chave: Angola, MPLA, 27 de maio, memórias.

## **ABSTRACT**

On May 27, 1977 took place in Luanda, Angola's capital an attempted coup, led by a group that belonged to the ranks of the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA), the political organization which managed the independent state since November 1975. This paper investigates not only the reasons for this internal political crisis, but, above all, the memories and the different approaches produced on May 27.

Keywords: Angola, MPLA, May 27, memories.

## SUMÁRIO

<b>GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS</b> .....	06
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	08
<b>CAPÍTULO I</b> .....	11
<b>LUTAS E CRISES NO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA</b>	
1.1 A LUTA ANTICOLONIAL .....	11
1.2 A LUTA NA 1ª REGIÃO POLITICO-MILITAR .....	13
1.3 A 2ª E A 3ª REGIÕES POLITICO-MILITARES .....	23
1.4 CRISE, REAJUSTAMENTO E DISSIDÊNCIA NO LESTE .....	30
1.5 CRISE, REAJUSTAMENTO E DISSIDÊNCIA NO NORTE .....	36
1.6 O CONGRESSO DE LUSAKA E A PARTICIPAÇÃO DESTACADA DE NITO ALVES .....	46
1.7 A CONFERÊNCIA INTER-REGIONAL .....	51
<b>CAPÍTULO II</b> .....	53
<b>TRANSIÇÃO, INDEPENDÊNCIA, CRISE E A TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO</b>	
2.1 O PERÍODO DE TRANSIÇÃO: NEGOCIAÇÃO E CONFLITO .....	53
2.2 OS DESAFIOS DA JOVEM REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA .....	58
2.3 A FORMAÇÃO DO GRUPO NITISTA .....	62
2.4 O CENÁRIO DA CRISE .....	67
2.5 “AS TREZE TESES EM MINHA DEFESA” .....	73
2.6 A TENTATIVA DE GOLPE DE 27 DE MAIO DE 1977 .....	76
<b>CAPÍTULO III</b> .....	88
<b>MEMÓRIAS DO 27 DE MAIO</b>	
3.1 A DÉCADA DE 1990: A CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO DE DISCUSSÃO SOBRE O 27 DE MAIO .....	88
3.2 O CONCEITO DE MEMÓRIA .....	91
3.3 MEMÓRIA DA LUTA CONTRA O “FRACCIONISMO” .....	95
3.4 MEMÓRIA DO NITISMO COMO ALTERNATIVA POLÍTICA .....	102
3.5 MEMÓRIA DA VIOLÊNCIA DO ESTADO .....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	122
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> .....	125

## **GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS**

CAC – Comitê Amílcar Cabral

CEA – Centro de Estudos Africanos

CEI – Casa dos Estudantes do Império

CIA – Central Intelligence Agency

CIR – Centro de Instrução Revolucionária

CLILA – Comitê de Luta para a Independência e Liberdade de Angola

CONCP – Conferencia das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

CPB – Comissão Popular de Bairro

CRL – Comitê Regional de Luanda

CSLA – Conselho Supremo da Libertação de Angola (FNLA e MPLA)

CVAAR – Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados

DGS – Direcção Geral de Segurança

DIA – Departamento de Informação e Análise

DIAMANG – Companhia de Diamantes de Angola

DISA – Departamento de Informação e Segurança de Angola

DOM – Departamento de Organização de Massas

DOP – Departamento de Organização Política

FAPA/DAA – Força Aérea Popular de Angola/Defesa Aérea Antiaérea

FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FRAIN – Frente Revolucionaria Africana para a Independência Nacional

GETRA – Grupo de Estudantes e Trabalhadores Revolucionários de Angola

GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa

JMPLA – Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola

MFA – Movimento das Forças Armadas

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

MUD – Movimento de Unidade Democrática

OCA – Organização Comunista de Angola

ODP – Organização de Defesa do Povo

OMA – Organização das Mulheres de Angola

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização da Unidade Africana

PCA – Partido Comunista Angolano

PCP – Partido Comunista Português

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PDA – Partido Democrático de Angola

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PRD – Partido Renovador Democrático

RPM – Região Político-Militar

SADAF – South Africa Defense Force

UEC – União dos Estudantes Comunistas

UPA – União das Populações Angolanas

UPNA – União das Populações do Norte de Angola

UNTA – União Nacional dos Trabalhadores de Angola

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## APRESENTAÇÃO

O interesse pelo tema da dissidência do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e da tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 1977, em Angola, surgiu ainda durante a graduação em História feita na Universidade Federal Fluminense. No 1º semestre de 2005, me inscrevi em uma disciplina que atraía os alunos pela novidade: História da descolonização e neocolonialismo – Angola. Era, naquela altura, a primeira disciplina ministrada na graduação pelo recém-contratado africanista, Marcelo Bittencourt.

Desde o início das aulas, Angola me pareceu um país com uma história instigante, dado o prolongado período de conflitos armados. Foram 13 anos de luta contra Portugal e entre os próprios nacionalistas angolanos (1961-1974), que se dividiram em três movimentos de libertação – o MPLA, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita).

Depois de proclamada a independência, em 11 de novembro de 1975, o MPLA tornou-se gestor da jovem República Popular de Angola, tendo que enfrentar uma sangrenta guerra civil que durou até 2002.

O tema propriamente da tentativa de golpe apareceu para mim pela primeira vez como um das propostas de trabalho da citada disciplina. A partir de então, resolvi encarar o desafio de estudar um assunto difícil, polemico, obscuro e contraditório. Como diz o ditado popular angolano, “mexer no 27 de maio é por a mão num ninho de marimbondos.” (FIGUEIREDO, 2010, p.151)

Mas estava motivado pelo fato de saber que o período pós-independente é pouco tratado pela historiografia no Brasil sobre a África, que se concentra no período do tráfico de escravos e no tema da escravidão, quando muito avançando até o colonialismo. Mesmo nos trabalhos dedicados ao período pós-independente, predominam as leituras dos embates entre os dois principais beligerantes de Angola (governo e guerrilha), dada a prolongada guerra civil angolana e sua inserção no campo da guerra fria, em detrimento dos trabalhos dedicados aos embates internos do MPLA.



Comecei a “mexer” mais profundamente no 27 de maio quando me tornei bolsista de iniciação científica (CNPq – PIBIC), no período de agosto de 2007 a julho de 2008. O projeto “Os primeiros anos da Angola independente (1975-1979)”<sup>1</sup>, coordenado por Marcelo Bittencourt, me deu a oportunidade de participar do levantamento de materiais variados relacionados ao período de interesse, como jornais, revistas, entrevistas e documentos diplomáticos.

Paralelamente, fui percebendo a escassez de documentação oficial disponível ligada diretamente ao 27 de maio, o que é relativamente comum em fenômenos políticos e sociais de ruptura, sobretudo porque no caso angolano houve uma violenta repressão após o golpe, realizada pelos órgãos de segurança do Estado. Para o MPLA, desde então e ainda hoje no poder, não convém trazer a tona um assunto do passado que não lhe renderá dividendos políticos.

Mas notei ao ler jornais angolanos de meados da década de 1990 que para uma parcela dos angolanos, especialmente para os sobreviventes da repressão, o 27 de maio era frequentemente recuperado nos aniversários do golpe, seja para criticar a corrupção do governo (reatualizando uma das plataformas de Nito Alves, o principal líder do golpe), seja para ressaltar a violência da repressão pós-golpe e o silêncio do governo.

A partir de então, me dei conta de que um bom caminho para o estudo do 27 de maio seria pelo viés das memórias – e da batalha travada nesse campo. Minha monografia de conclusão da graduação (2008)<sup>2</sup> foi um primeiro investimento no estudo sobre as memórias do 27 de maio. Para aprofundar essa discussão, ingressei no mestrado do Programa de Pós-Graduação da UFF, sendo mais uma vez orientado por Marcelo Bittencourt.

O presente trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro, abordaremos a participação do MPLA na luta contra Portugal e contra os dois outros movimentos de libertação, no período entre 1961 e 1974. Uma especial atenção será dedicada a região político-militar onde Nito Alves e seus principais companheiros lutaram, pois pretendemos compreender de que modo a trajetória guerrilheira desses homens

---

<sup>1</sup> Os resultados desse trabalho estão sendo disponibilizados no site do Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF: <http://www.historia.uff.br/nec/angola>. Acessado em 09/04/2012

<sup>2</sup> Minha monografia intitulada “Angola, 27 de maio de 1977, golpe ou insurreição: memórias em disputa” está disponível no site do NEC-UFF: [http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Angola\\_27\\_de\\_maio\\_1977\\_Golpe\\_ou\\_Insurreicao\\_Memorias\\_em\\_disputa\\_protegido.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Angola_27_de_maio_1977_Golpe_ou_Insurreicao_Memorias_em_disputa_protegido.pdf). Acessado em 09/04/2012

definiram suas posições políticas no pós-independência. Interessa-nos também avaliar as crises e as dissidências do MPLA que ocorreram nesse período, buscando entender como a direção do movimento lidava com o questionamento interno e quais eram suas respostas diante de tais circunstâncias.

O segundo capítulo começará tratando do período relativo ao governo de transição, em 1975. Esse foi um momento capital na consolidação do MPLA, em um contexto urbano de divisão do espaço político com a FNLA e a Unita, em que Nito Alves teve um papel importante na articulação de alianças entre o MPLA e grupos políticos urbanos (luandenses). Em seguida, buscaremos compreender como foi que após a independência ocorreu um processo gradual, ao longo de 1976, que levou a formação de um grupo de contestação dentro do MPLA, do mesmo modo que nos interessa entender como o impasse entre esse grupo com o restante da direção levou a uma ruptura e a tentativa de golpe de maio de 1977. Apresentaremos ainda uma cronologia detalhada dos acontecimentos que marcaram o dia 27 de maio, avaliando por fim uma das suas consequências mais terríveis: a repressão.

O terceiro capítulo será integralmente dedicado a discussão das diferentes memórias e dos enfoques acerca do 27 de maio de 1977 oferecidos por trabalhos acadêmicos. Veremos como o 27 de maio e a repressão continuam repercutindo e mobilizando os angolanos até os dias atuais, através de entrevistas, matérias jornalistas, biografias e autobiografias.

# **CAPÍTULO I**

## **LUTAS E CRISES NO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA**

Este capítulo tratará da participação do MPLA na luta de libertação de Angola, entre 1961 e 1974. Será avaliado em caráter mais particular a 1ª Região político-militar e a sua especificidade, pois foi nesta área que esteve Nito Alves e grande parte dos seus companheiros que participaram da tentativa de golpe em 27 de maio de 1977. Em uma perspectiva mais geral, o acompanhamento da dinâmica de avanço e retrocesso do MPLA será feito para que se possa analisar a maneira como a direção tratou as crises internas, sobretudo nos primeiros anos da década de 1970, quando foi intensamente criticada.

### **1.1 A LUTA ANTICOLONIAL**

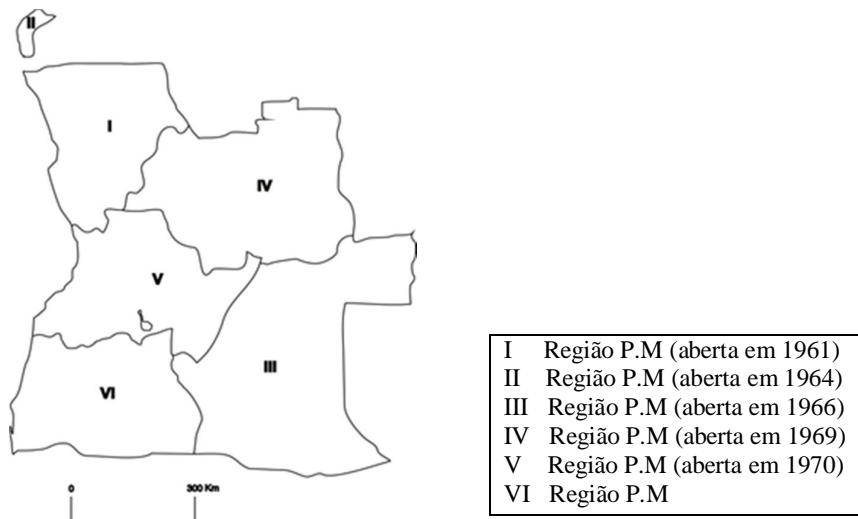
O marco histórico que inaugurou a luta anticolonial em Angola foram os ataques às prisões em Luanda, em 4 de fevereiro de 1961. Embora não tenham sido coordenadas por nenhum dos dois movimentos, ambos reivindicaram sua autoria, já que existiam militantes tanto do MPLA quanto da UPA no grupo de revoltosos. (BITTENCOURT, 2008)

Tal como outros movimentos nacionalistas, o MPLA esteve no início da luta de libertação longe do território angolano. Independente desde 1958, a Guiné-Conacri foi durante o ano de 1960 a primeira base em África dos principais homens do Movimento. De fato, foi nesta cidade que o MPLA começou a se organizar e a se estruturar, criando seus estatutos, programa e regulamento interno, assim como o Comitê Diretor. Intensificou também os contatos para a divulgação da luta angolana em busca de reconhecimento e apoio internacional, o que se traduzia em ajuda política e diplomática, mas também material.

Apesar dos esforços do MPLA, a distância entre Conackry e Angola representou um impedimento para a organização de ações diretas, assim como para o recrutamento de militantes. Diante disso, a transferência dos quadros dirigentes para um país fronteiriço a Angola esteve sempre na pauta de discussão. Essa oportunidade surgiu após a independência do Congo-Léopoldville (atual Republica Democrática do Congo), em junho de 1960, momento em que o MPLA começou a negociar sua instalação no país. (TALI, 2001)

A presença da União das Populações de Angola (UPA) em Léopoldville e sua ótima relação com o governo congolês dificultaram bastante a entrada do MPLA, que ocorreu apenas em setembro de 1961<sup>3</sup>. A base de apoio da UPA era justamente a população bakongo do norte de Angola que circulava pela fronteira com o Congo-Léopoldville, onde diversos líderes, como Holden Roberto, tiveram uma longa vivência. De todo modo, foi a partir de Léopoldville e mais próximo do território angolano que o MPLA iniciou o estabelecimento de campos de luta ou o que foi chamado – oficialmente – de regiões político-militares. A 1ª Região é a mais importante para este estudo, uma vez que Nito Alves (protagonista da dissidência de 27 de maio de 1977) foi guerrilheiro nesse campo específico da luta.

### Imagem 1



Mapa das Regiões Político-Militares (RPM) do MPLA

<sup>3</sup> O MPLA conseguiu entrar no Congo-Léopoldville atuando através do seu braço assistencialista, o Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR), ou seja, pela via da assistência aos refugiados angolanos iniciou um trabalho de arregimentação política.

## **1.2 A LUTA NA 1ª REGIÃO POLÍTICO-MILITAR**

A 1ª Região foi formada pelos simpatizantes do MPLA que fugiram de Luanda e de seus arredores após os ataques de 4 de fevereiro de 1961 para escapar da repressão empreendida pelas forças portuguesas. Esses simpatizantes que se refugiaram na faixa do território da colônia entre Luanda e a fronteira norte com o Congo-Léopoldville contaram com o apoio de parcela da população local que temia a retaliação da metrópole.

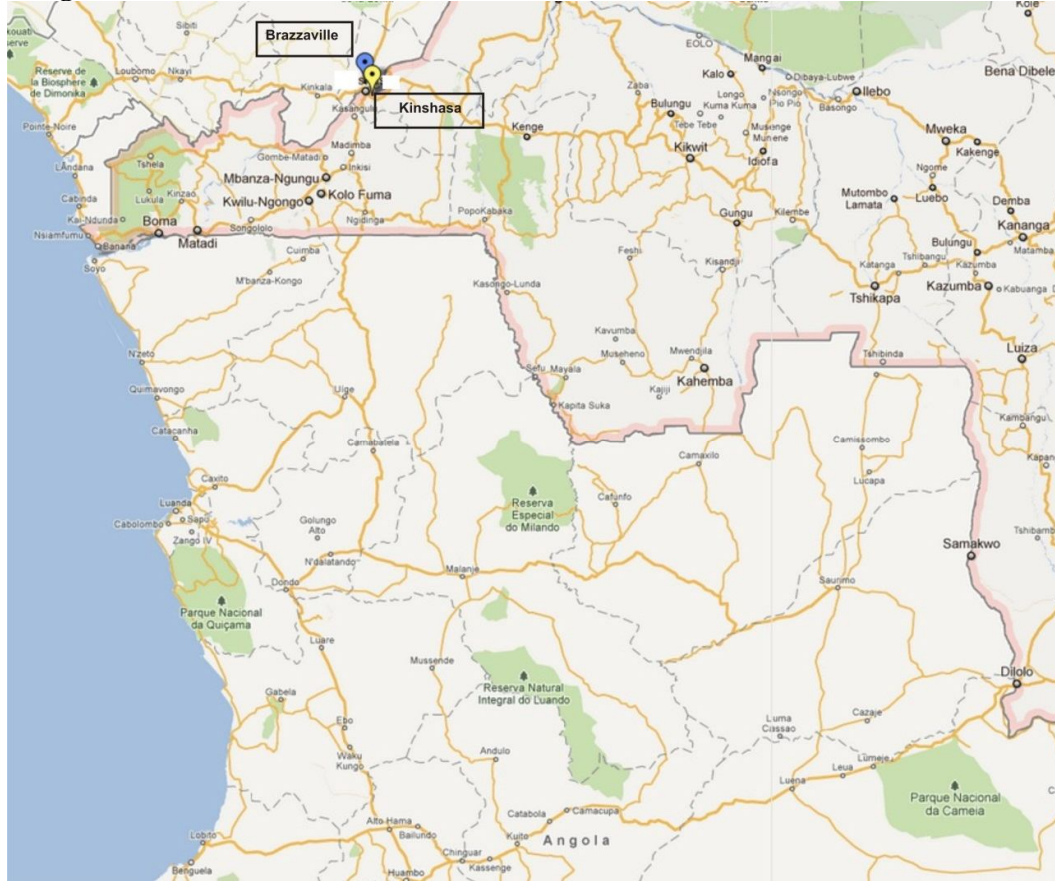
Os guerrilheiros do MPLA tiveram o desafio de suportar não somente os ataques das tropas portuguesas, mas também do movimento de libertação rival, a UPA que, como vimos, estava em uma posição muito mais confortável afinal, ao contrário do MPLA, tinha o apoio do governo do Congo-Léopoldville e operava com a vantagem de ter o trânsito livre pela fronteira norte.

Após os levantamentos de 15 de março de 1961<sup>4</sup>, organizado pela UPA, a contraofensiva dos militares portugueses nos meses seguintes empurrou os guerrilheiros da UPA para as bases de retaguarda no Congo-Léopoldville, se muito para a zona da fronteira. Nesse cenário, os guerrilheiros do MPLA ficaram espremidos entre os militares portugueses e a UPA, que ainda impedia a chegada de reforços a 1ª Região.

---

<sup>4</sup> Nos levantamentos de 15 de março de 1961 que atingiram o norte da colônia, fazendas de colonos e postos administrativos foram atacados por camponeses simpatizantes da UPA, em uma ação marcada pela extrema violência. Essa característica não deixou de ser aproveitada pelos portugueses para lançar uma contraofensiva igualmente violenta. (MARCUM, 1978)

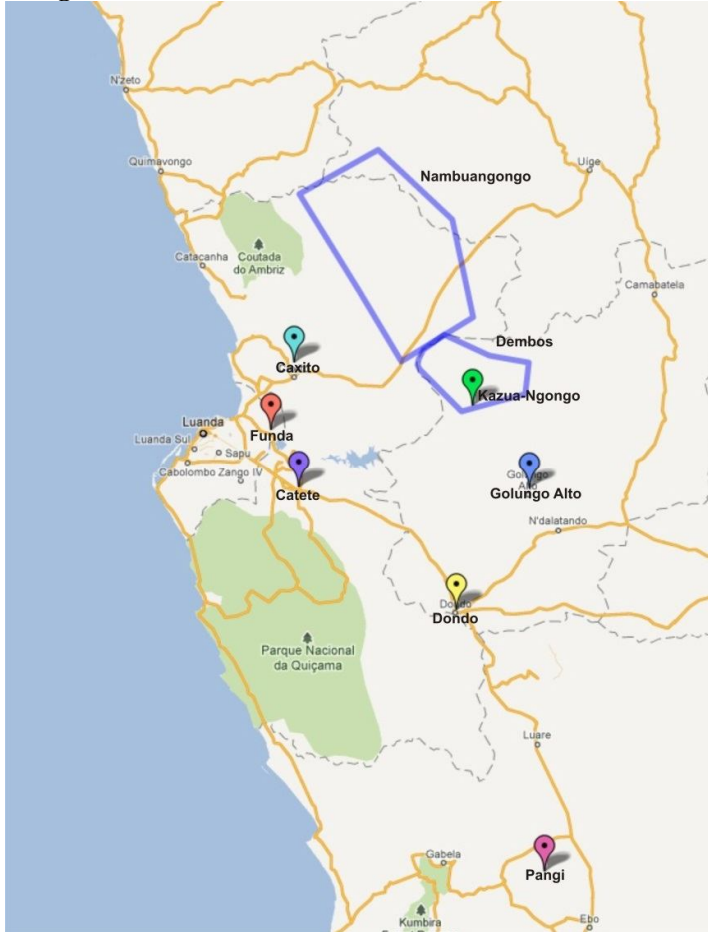
## Imagem 2



Mapa da fronteira de Angola com o Congo-Léopoldville (atual República Democrática do Congo)

Do ponto de vista militar, o comando dividiu o terreno em três zonas, que se denominavam “A”, “B” e “C”. A zona “A” compreendia toda área de Nambuangongo, a “B” abrangia os Dembos, Caxito e Funda e a “C” compreendia as áreas de Pangi, Kazua-Ngongo, Golungo Alto, Dondo e Catete.

### Imagem 3



Mapa da 1ª Região Político-Militar do MPLA

Apesar de ter sido o campo de batalha mais difícil para o MPLA, por conta do isolamento do restante do movimento, a 1ª Região foi, sem dúvidas, a frente que garantiu maior prestígio para o movimento junto à população da capital. A proximidade geográfica certamente favoreceu bastante, pois garantia maior destaque às conquistas da guerrilha, mas não se pode esquecer que as próprias adversidades da luta foram um elemento potencializador, conferindo aos guerrilheiros o status de heróis.

Os problemas experimentados não foram ignorados pela direção do MPLA, portanto, não se pode dizer que os guerrilheiros foram abandonados nesse setor da luta. De fato, ocorreram várias tentativas de contato com esses homens que foram

sucessivamente frustradas pelos guerrilheiros da UPA/FNLA<sup>5</sup>. Cesar Augusto “Kiluanji”, integrante do destacamento Camilo Cienfuegos, lembra que:

*As tentativas terão sido várias, a começar com o Destacamento chefiado pelo comandante Tomaz Ferreira, e o Destacamento dirigido pelo Monstro. [...] Aquele Destacamento chega mesmo até o rio Loge, onde é atacado pela UPA em março de 1963 quando faltavam apenas 6 dias para chegar a zona dos guerrilheiros do MPLA [...] Finalmente, só em 1966 chega vitorioso o Destacamento ‘Camilo Cienfuegos’.* (KILUANJI, 1990, p. 42)

Somente a partir de 1966, cinco anos após sua abertura, é que a 1ª região recebeu o apoio de homens e de equipamentos, através do destacamento Camillo Cienfuegos, comandado por Jacob João Caetano, o Monstro Imortal (1966) e do destacamento Kami, comandado pelo Benigno Vieira Lopes, o Ingo (1967). Nessa altura, a direção do MPLA já tinha se instalado em Brazzaville após ter sido expulsa de Léopoldville, onde sempre enfrentara a resistência do governo e da FNLA. Essa mudança possibilitou uma importante recuperação político-militar após a dissidência de Viriato da Cruz (1962–1964)<sup>6</sup>, ao mesmo tempo em que significou uma dificuldade extra para alcançar a 1ª região, afinal passaram a ter que atravessar o território hostil do Congo-Léopoldville.

O nome do primeiro destacamento, em homenagem ao militar cubano Camilo Cienfuegos, morto em um acidente aéreo, não foi dado por acaso – indicava a relevância do apoio cubano. Che Guevara fez na década de 1960 uma grande turnê pela África e esteve na Argélia, na Guiné, no Benin, no Mali, na Tanzânia e no Egito. Foi em sua passagem pelo Congo-Brazzaville, em Janeiro de 1965, que o comandante cubano se encontrou com a direção do MPLA. Segundo Jorge Risquet, militar cubano envolvido no apoio ao movimento:

---

<sup>5</sup> A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) foi criada em 1962 após a fusão da UPA com o Partido Democrático de Angola (PDA).

<sup>6</sup> Viriato da Cruz, ex-Secretário geral do MPLA, se afastou após uma longa crise política interna, que colocou em rota de colisão dois grupos: um liderado por Agostinho Neto que se tornara Presidente do MPLA em 1962 e o outro pelo próprio Viriato da Cruz. Muito mais do que uma disputa de ordem pessoal, os grupos divergiam a respeito da composição racial dos quadros dirigentes, quanto a gestão da luta e dos recursos do movimento, sobre a relação com a FNLA e sobre as alianças a serem estabelecidas internacionalmente. (REIS A. e REIS D., 1996)



*O companheiro Neto pediu a Cuba, através de Che Guevara, ajuda [...] que Cuba preparasse grandes colunas de homens, as armasse e ajudasse a entrar em Angola com o objectivo de chegar a Nambuangongo e reforçar a primeira região. (Entrevista de Jaime e Barber com Jorge Risquet, 1999, p. 332/333)*

Após esse estreitamento das relações, os cubanos prepararam e enviaram a Brazzaville o apoio prometido, em agosto de 1965, através do batalhão composto por duzentos e cinquenta instrutores chamado de “Patrice Lumumba” (ou por vezes de “coluna dois”). Os dois destacamentos angolanos já mencionados foram organizados, treinados e armados com esse auxílio cubano.

A preparação dos 96 guerrilheiros integrantes do Camilo Cienfuegos no início do ano de 1966 durou cerca de 4 meses, porém a parte mais complicada viria a seguir, com a passagem clandestina do armamento e dos guerrilheiros, em pequenos grupos, pelo Congo-Léopoldville. Segundo o relato de Cesar Augusto “Kiluanji”, no início de Julho de 1966, diante das circunstâncias, os guerrilheiros ficaram dispersos, alguns com nomes falsos e outros como estudantes com o objetivo de iludir a rede de vigilância da FNLA. Depois de concentrados em agosto perto de Septante, na região do Baixo-Congo, o destacamento foi re-dividido em quatro grupos “para maior mobilidade e capacidade de manobra”. Antes mesmo da travessia para Angola pela região de Noqui, já havia acabado o estoque de alimentos e a fome passou a ser uma realidade cruel. (KILUANJI, 1990) A travessia dos rios, especialmente do M’Bridge, assim como os confrontos com os guerrilheiros da FNLA e a presença dos aviões de reconhecimento portugueses impuseram grandes desafios aos guerrilheiros que chegaram, após 38 dias de marcha, ao destino final, a região dos Dembos. Segundo John Marcum, 72 guerrilheiros conseguiram chegar a 1ª Região. (MARCUM, 1978, p.176)

#### Imagem 4



Mapa destacando a região do Baixo Congo, Noqui e os rios M'Bridge e Loge

Formado em 1967 com aproximadamente 200 integrantes, o grupo Kami não teve a mesma sorte do seu predecessor. Segundo Benigno Vieira Lopes<sup>7</sup>, a repercussão do sucesso do Camilo Cienfuegos, alertou, sobretudo, as forças da FNLA, que “militarizaram” a fronteira aumentando sua vigilância e patrulhamento, o que dificultou a nova infiltração. Mesmo assim, o destacamento conseguiu entrar em solo angolano, onde enfrentou situações realmente dramáticas. Ao que parece, o comando não levou em consideração, quando planejou a missão, o período de chuvas torrenciais, que tornou insuportável a movimentação pelo terreno assim como a travessia dos rios. Após apenas 5 dias de marcha, os guerrilheiros se perderam, o que custou a vida de muitos. Do restante do destacamento que se fragmentou em pequenas unidades, alguns homens

<sup>7</sup> Entrevista de Marcelo Bittencourt com Benigno Vieira Lopes, Luanda, 13 de fevereiro de 1995.

optaram por regressar ao Congo-Léopoldville. Outros, desligados do comando, avançaram desordenadamente até serem capturados pela FNLA. O grupo ainda liderado pelo comando continuou a marcha, mas os duros combates travados com a FNLA reduziram o contingente que chegou a área do Nambuanguo, na 1ª Região a apenas 27 guerrilheiros, em péssimas condições, doentes e mal nutridos, incluindo “Ingo”, Casimiro, “Abelha”, Fernandes, entre outros. (KILUANJI, 1990)

No mesmo ano de 1967, um terceiro destacamento foi formado. Chamado de Ferraz Bomboko e comandado por Ciel da Conceição Cristovão, “o Gato”, este grupo não conseguiu nem mesmo entrar no território angolano, pois foi capturado e preso pelas forças policiais do Congo-Léopoldville. Após pressão internacional, especialmente da Organização da Unidade Africana (OUA), os guerrilheiros foram libertados, embora suas armas tenham sido entregues à FNLA. Mais tarde, esse grupo reapareceria na frente leste de batalha.

A chegada do apoio a 1ª região corresponde cronologicamente ao momento em que Nito Alves decide ingressar na luta armada do MPLA na 1ª Região, no final de 1966. Nascido na região dos Dembos, o jovem Nito Alves, com 22 anos, era estudante do Liceu Salvador Correia, em Luanda, e participava das atividades políticas clandestinas antes de ingressar no movimento.

*Sob o comando de um então já bem conhecido comandante militar, Jacob Alves Caetano, cuja lenda corre todo o norte de Angola como o grande Comandante Monstro Imortal [...], instala-se na área do esquadrão Cienfuegos e anima-se toda a região. [...] Intenso e duro treino de guerrilhas aguarda o jovem Alves Bernardo Baptista: todo o ano de 1967 é o teste de sangue e fogo em que presta brilhantes provas. Em 1968 com a chegada de parte dos sobreviventes do Esquadrão Kamy, Nito Alves é chamado para a direcção do CIR. (Biografia de Nito Alves, <http://27maio.com/nito-alves-1945-1977/>)*

Apesar da falta de informações sobre a vida guerrilheira de Nito Alves, sabemos que após apenas um ano de guerrilha se tornou diretor do Centro de Instrução Revolucionário (CIR) da 1ª Região. Embora a carência de quadros com alguma

instrução fosse uma realidade, a rápida promoção de Nito Alves seria uma marca pessoal, o que poderemos conferir mais adiante.

No quadro geral da luta na 1ª Região, o fôlego dado pelos dois destacamentos teve pouca duração. Os problemas eram de tal ordem que no início da década de 1970, a documentação da delegação em Angola da Direção Geral de Segurança (DGS) constantemente descrevia a situação dos guerrilheiros como alarmante. Cercado pelas forças da FNLA e do exército português, o contingente do MPLA sofria com a falta de armas, de munições, vestimentas e alimentos, agravada pelos ataques aéreos com agentes laranja e bombas napalm que destruíam os campos cultiváveis. No relatório produzido em 1971 sobre as atividades do MPLA no distrito do Cuanza-Norte, o texto é taxativo:

*Esta delegação tem vindo, desde há três anos [ou seja, desde 1968], a observar atentamente através de sua informação o isolamento e as dificuldades que, dia a dia, se tem vindo a agravar [...] chegando a uma situação que se pode classificar de autentica indigência. (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Relatórios, Sub-delegação de Malanje, NT 7370, caixa, folha 1 e 2).*

No ano seguinte, em 1972, o relatório dedicado as “sugestões para o desmantelamento da 1ªRM do MPLA”, novamente ressalta que a situação do MPLA não mudara: “Actualmente, a 1ªRM do MPLA atravessa um período de verdadeiro desespero, pondo-se aos seus dirigentes a duvida de poderem sobreviver mais dois o[u três meses” (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2), GU., NT 7966, Dossiê 18, folha 1).

Esses relatórios também apontam para as diversas tentativas de organização de vias de abastecimento da 1ª Região feitas pelas organizações clandestinas de Luanda. Na capital, os grupos Makombe, Setembro Negro, Esperança, Gajageira, Comitê de Apoio H-68, o Grupo de Estudantes e Trabalhadores Revolucionários de Angola (GETRA) e o Comitê de Luta para a Independência e Liberdade de Angola (CLILA), entre outros, mesmo que variando em termos de perspectiva político-ideológica e no grau de aproximação ao MPLA, encontravam na luta anticolonial o elemento em

comum. Na prática, todos os grupos se expressavam através de panfletos, cartazes e pichações. No entanto, o sucesso na desarticulação da “subversão urbana”, tão ressaltado na retórica peculiar à polícia secreta portuguesa, deixa claro que as empreitadas de abastecimento tiveram sempre vida curta e pouco efeito<sup>8</sup>.

No campo da memória da luta de libertação, a “autêntica indignação” e o “verdadeiro desespero” notados pelos agentes da PIDE cedem lugar a uma leitura heróica construída na década de 1990 que ressalta a resistência dos guerrilheiros da 1ª Região com exaltação, como um elemento singular e diferenciador em relação às outras regiões de luta do MPLA. Essa nova perspectiva busca enfrentar o período de ostracismo sobre o qual recaiu a 1ª Região após a tentativa do golpe de 27 de Maio de 1977 organizado por muitos integrantes deste campo de luta e restaurar a importância que ela teve no cenário político no período imediatamente posterior a independência, em 1975.

Em sua autobiografia publicada em 1990, Kiluanji, um antigo comandante da 1ª Região que não esteve ligado ao golpe, se empenha em ressaltar a bravura dos combatentes e da população capaz de frustrar as intenções dos inimigos. Há passagens em que a valorização desta questão é evidente, tal como a seguir:

*O estoicismo, ousadia e heroísmo revelaram a disposição de conquistar a todo o transe a liberdade e a independência nacionais. O amor ilimitado às massas populares nacionais, a fidelidade à causa justa do nosso povo, geravam o heroísmo em massa dos combatentes. Dezenas de nomes de combatentes gloriosos [...] constituíam parte do cerne da épica resistência da guerrilha do MPLA na 1ª região. (KILUANJI, 1990, p.55)*

No entanto, a medida em que se avança na leitura da autobiografia, é possível perceber que a propalada “disposição” dos guerrilheiros não foi capaz nem mesmo de vencer o piolho, o chato e a pulga, os “tradicionais inimigos”, tal como os qualifica o próprio autor no final do texto. Essa contradição que aponta para uma realidade bastante diferente da desenhada por Kiluanji, indica uma tensão permanente entre, por um lado, enfatizar as dificuldades da luta na 1ª Região e, por outro, em não prejudicar a imagem

---

<sup>8</sup> IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2), DSI-2. DIV., NP 7942, Pasta 5, fls. 103-107

do MPLA como movimento de libertação vitorioso. Nesse sentido, a retórica do combatente destemido cumpre justamente o papel de (re)posicionar a 1ª Região no quadro da história da luta de libertação. Além do mais, a restauração do passado feita pelo autor-narrador nos termos que lhe convém neste empreendimento autobiográfico serve em grande medida para legitimar o personagem (Kiluanji) no espaço político-social do presente da enunciação (final da década de 1980), em que se chocavam os antigos e os novos dirigentes no processo de mudança de quadros no interior do Partido-Estado.

Neste trabalho de valorização da memória da luta da 1ª Região, outro personagem que se destaca é Benigno Vieira Lopes, antigo guerrilheiro dessa região. Entrevistado em 1995, no contexto posterior as tentativas de acordos de paz em 1992 e 1994, sua narrativa tem um tom mais conciliador que refletia as mudanças políticas que ocorriam em Angola naquele momento.

*Não quero fazer comparações com as outras frentes, mas falar da Frente Norte, da 1ª região Político-militar [...] as populações daquela zona, os combatentes [...] 14 anos de resistência, incrível, eu vi coisas ali que só vendo! [...] Quer em termos coletivos, quer em termos individuais. (Entrevista de Marcelo Bittencourt com Benigno Vieira Lopes, Luanda, 13 de fevereiro de 1995).*

A fala de Benigno Vieira Lopes, ainda que de uma forma muito mais sutil que a de Kiluanji, sugere que as duras condições de luta na 1ª Região garantiu aos seus participantes um status diferenciado, pois também retoma o tema da bravura e do heroísmo. Mesmo quando cuidadosamente diz que não desejava fazer comparações entre as regiões onde o MPLA lutou, faz uma breve avaliação que não deixa dúvida sobre o carácter especial da 1ª Região.

Em que pese à memória da guerrilha sobre as virtudes dos combates da 1ª Região, vimos que essa região sofreu uma série de problemas que a direção do MPLA nunca conseguiu resolver. A estagnação da luta de guerrilha e o isolamento da 1ª Região levaram a decisão da direção do movimento em avançar militarmente em outras áreas do território angolano, como veremos a seguir.



com os Congos, o que fazia com que a luta de libertação angolana fosse percebida, muitas vezes, como algo distante e exterior. (BITTENCOURT, 2008).

Apesar da falta de apoio da população, dos próprios interesses que Cabinda despertava nos Congos e da existência dos grupos separatistas cabindenses, a guerrilha do MPLA buscou, durante o ano de 1964 consolidar a nova estratégia da direção do movimento de avançar militarmente a luta anticolonial, o que funcionou como resposta à insatisfação de alguns setores que entendiam que os esforços estavam demasiadamente concentrados na diplomacia.

Entretanto, se bem que sem a mesma gravidade experimentada na 1ª Região, a luta nos anos posteriores a abertura da 2ª Região começou a dar sérios sinais de estagnação, e os problemas se agudizaram a partir da conjugação a novos elementos complicadores. Aos problemas de mobilização e adesão popular<sup>9</sup>, de logística no campo e de interesses dos dois Congos, somou-se o reforço do aparato militar português, com apoio dos Estados Unidos, por conta da descoberta de petróleo na região. Além disso, surgiu internamente o questionamento dos guerrilheiros a respeito da pouca participação dos efetivos do movimento no *front*, uma vez que havia uma baixa taxa de transferência de quadros mobilizados nos campos de treinamentos localizados nas cidades do Congo-Brazzaville (Pointe Noire, Dolisie e Brazzaville) para o interior do enclave.

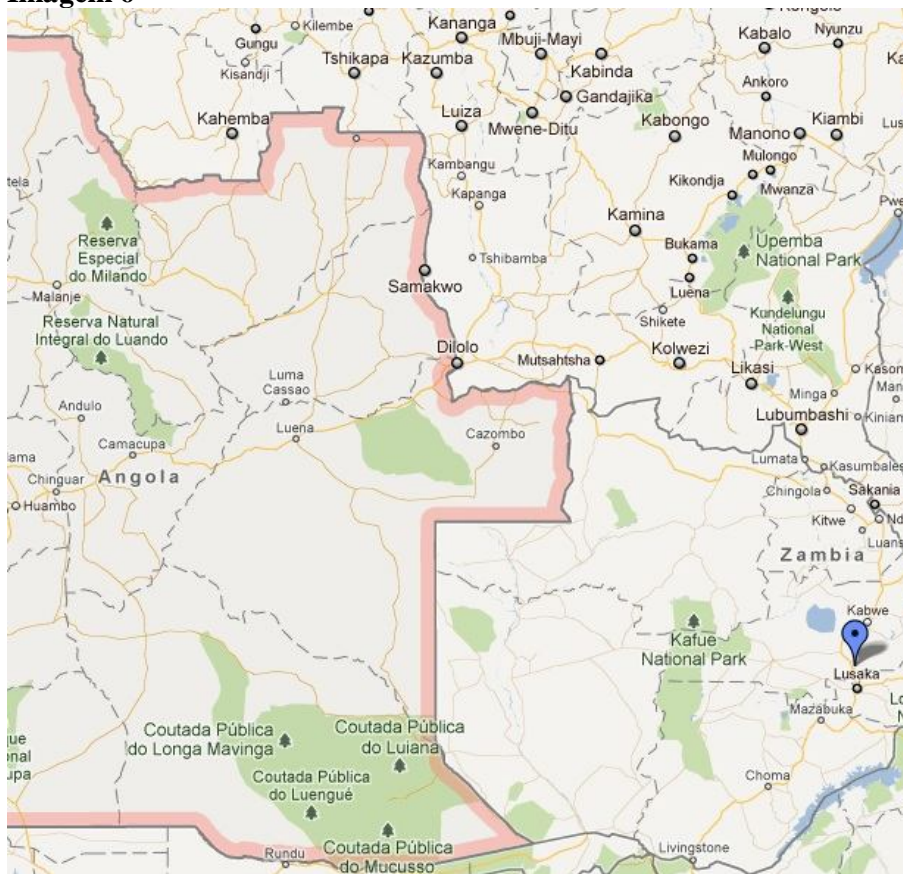
No final da década de 1960, já parecia evidente o enfraquecimento da luta na Frente Norte (a 1ª e 2ª Regiões), e o questionamento interno provocaria serias crises nos anos seguintes. No entanto, para um quadro mais alargado da luta do MPLA, é preciso avaliar os significados – políticos e militares – da abertura da Frente Leste.

---

<sup>9</sup> Segundo Marcelo Bittencourt, “a população tinha interesse na obtenção de um estatuto diferenciado do restante do território angolano, com o qual as ligações ainda eram tênues, e enxergavam aquele momento de luta pela independência como uma excelente ocasião para se alcançar a aspiração autonomista”, o que explica a preferência e a adesão da população a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). (BITTENCOURT, 2008, p.334)



## Imagem 6



Mapa da fronteira leste de Angola com a Zâmbia

Diante dos problemas da luta armada no norte de Angola e em Cabinda, o MPLA, assim como a FNLA, tentaria desde 1964 estabelecer contatos com as autoridades do governo zambiano de Kenneth Kaunda com o objetivo de estabelecer um escritório na capital Lusaka para que, a partir da fronteira Leste, pudesse iniciar um novo campo de batalha no terreno angolano. Inicialmente, o apoio das autoridades zambianas a FNLA frustraria as intenções do MPLA para aquela região. Antes mesmo da independência da Zâmbia proclamada em 23 de outubro de 1964, foi sintomático o fato de que os dois dirigentes do MPLA enviados a Lusaka – Daniel Chipenda e Ciel da Conceição – tenham sido presos em meados de setembro, acusados de porte ilegal de arma. (MARCUM, 1978, p. 177)

Em 1965 esse panorama mudaria a favor do MPLA. A crise enfrentada pela rival FNLA em Léopoldville seria sentida política e financeiramente em Lusaka, onde o movimento de Holden Roberto já tinha se estabelecido, a ponto de seu escritório ter sido fechado em maio daquele ano. Paralelamente, o estreitamento das relações do MPLA

com a Tanzânia, que se formou em 1964<sup>10</sup>, levaria a aproximação do MPLA com a Zâmbia. No jogo da geopolítica regional, a Tanzânia era para a Zâmbia uma das principais portas de acesso para o mar, o que significava que aceitar o estabelecimento do MPLA em Lusaka era fazer política de boa vizinhança com a Tanzânia, importante para a economia zambiana.

Foi nesse contexto que o MPLA conseguiu, em 1966, com o aval do governo do Presidente Kenneth Kaunda, abrir um escritório na capital para começar a elaborar as estratégias de ingresso no território angolano. Ainda no primeiro semestre deste ano, um grupo de guerrilheiros do MPLA inaugurou o que seria oficialmente a chamada 3ª Região político-militar, atacando um posto do exército português na província do Moxico.

No leste, o MPLA continuaria tendo que lidar com o antigo problema relacionado à logística do material bélico, que nessa região chegava com dificuldade da Tanzânia, e teria ainda que administrar as duas frentes de combate. Não obstante os obstáculos, o sucesso militar dos primeiros anos e o crescimento dessa nova da frente de luta significou um novo salto, após aquele em 1964, quando foi aberta a 2ª Região. Segundo Marcelo Bittencourt, o MPLA conseguiu em 1966 um maior paralelismo entre as esferas de atuação militar e político-diplomática, equilíbrio que era fundamental para que a luta avançasse. (BITTENCOURT, 2008, p. 26) A manutenção e/ou obtenção de novos apoios internacionais dependia da contrapartida militar, já que sem a divulgação de ações neste campo, tornava-se cada vez mais difícil obter apoios e, por conseguinte, o acesso a armamentos e treinamentos<sup>11</sup>. (TALI, 2001)

Em 1966, o MPLA ganhou um novo adversário com a criação da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), o terceiro movimento de libertação angolano. Formado a partir de uma dissidência da FNLA, este movimento liderado por Jonas Savimbi, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo

---

<sup>10</sup> A Tanzânia se formou a partir da unificação da Tanganica, independente desde 1961 do Reino Unido e o arquipélago de Zanzibar, que fica ao largo da costa leste africana, independente do Reino Unido em 1963.

<sup>11</sup> Em meados da década de 1960, o MPLA já havia conquistado o apoio da União Soviética, Cuba, Bulgária, Checoslováquia, Marrocos, Argélia, Congo-Brazzaville, Tanzânia e Zâmbia.

Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE)<sup>12</sup>, teve as suas ações militares mais destacadas justamente no leste de Angola.

Embora a presença da Unita tenha criado um obstáculo aos guerrilheiros do MPLA, foi o movimento de Agostinho Neto que se transformou no grande temor para a polícia secreta portuguesa. Em setembro de 1970, a PIDE/DGS produziu um relatório consistente sobre a “situação político-subversiva” da província angolana e a sessão dedicada a região leste da colônia confirmava o êxito da campanha do MPLA. A conclusão do relatório transparecia o clima de apreensão das forças de segurança de Portugal, embora não fosse ainda capaz de perceber os problemas internos já sentidos desde 1968:

*No leste a situação é ainda mais grave. O MPLA infiltra cada vez mais homens e material a partir da Zâmbia, e o Moxico, se não fora [sic] o esforço militar e policial, estaria já a muito sob o controle absoluto dos terroristas. Contudo, o MPLA avança e já atingiu o Bié e dali partirá o Huambo e a Huíla. (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Relatórios, Subdelegação de Malange, NT 7370, Caixa, fl. 29)*

Ainda que o relatório destaque a presença cada vez maior de guerrilheiros no leste, essa informação encobre a dificuldade do MPLA de mobilizar a população rural para a luta armada, tal como ocorrera em Cabinda. Isto se justifica, por um lado, pelo fato de que a região leste de Angola sempre fora – e até hoje ainda é – a parte do território com menor densidade populacional. Por outro lado, devido ao histórico desinteresse de Portugal pela região que produziu um isolamento dessas populações, reforçando seus vínculos regionais e étnicos, sob as quais o discurso nacionalista do MPLA contra a exploração colonial teve pouco apelo.

Essa circunstância obrigou o MPLA a transferir quadros treinados da 2ª Região, já que a luta na Frente Norte estava praticamente paralisada e a Frente Leste era a zona de expansão militar onde os quadros experientes podiam atuar. A formação militar e a experiência no movimento garantiu a esses homens, provenientes do norte, os postos superiores de comando. Com essa iniciativa, o MPLA conseguiu suprir a falta de

---

<sup>12</sup> Imediatamente após a formação da FNLA, ocorrida em março de 1962, sua direção anunciou a criação de um Governo Revolucionário de Angola no Exílio, em abril.

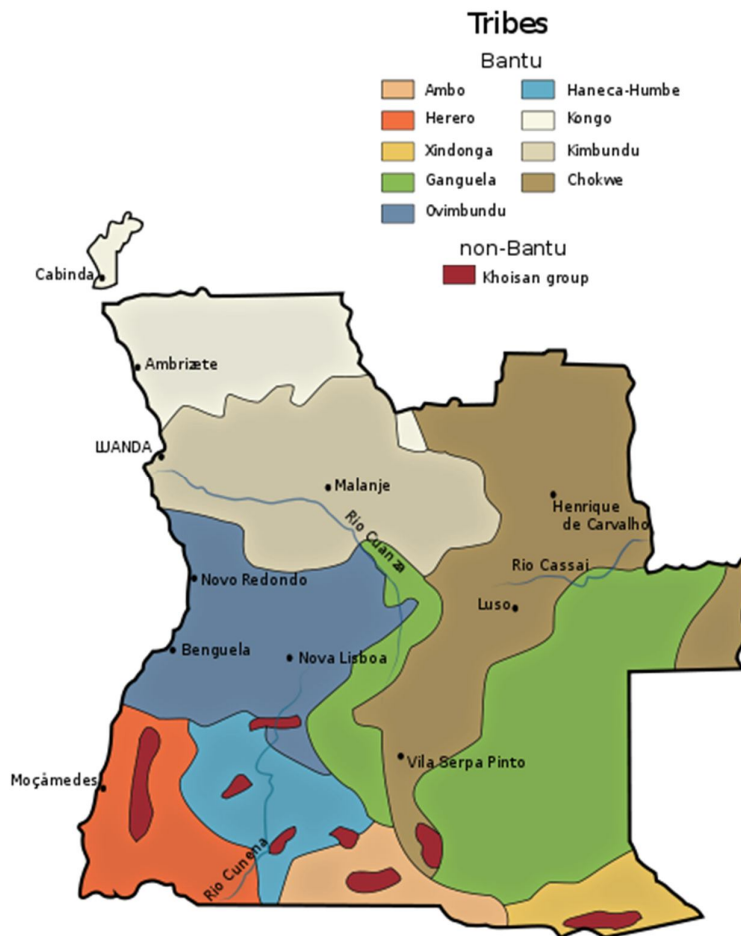
militantes qualificados, mas acabou criando um problema com as populações do leste, que passaram a vê-lo como uma organização de estrangeiros, pejorativamente chamados de “kamundongo” ou “kambukoyo”, expressão que identificava os que vieram do norte. (TALI, 2001, p.128).

No quadro de referência social, a distinção entre “nós” (do leste) e “eles” (do norte) se tornou um problema notadamente a partir do início da contraofensiva portuguesa no final da década de 1960. O uso de equipamentos muito mais sofisticados e em especial de desfolhantes – o agente laranja – para destruir as lavras provocou uma grave crise alimentar nas bases guerrilheiras. A mudança na relação de força a favor dos portugueses provocaria inúmeras deserções de homens da guerrilha do MPLA que fugiram em direção a fronteira zambiana. Essa circunstancia começou a deixar tensas as relações entre a base formada majoritariamente pelas populações locais do leste e os comandantes e dirigentes, quase todos oriundos do norte. Não tardaram a aparecer as primeiras acusações contra os privilégios e abusos de poder dos “kamundongos” – questões agravadas pelos problemas de ordem logística que impediram a comunicação sistemática entre os chefes militares e a direção do movimento.

Em dezembro de 1969 aconteceu a primeira grande manifestação de descontentamento naquela Frente, conhecida como Revolta de Jibóia. Jibóia foi o diretor adjunto do Centro de Instrução Revolucionária da Sub-Região Sul da 3ª Região que aglutinou as queixas da população do leste. As dificuldades de alimentação, armamento, educação e as críticas aos fuzilamentos sem julgamentos foram atribuídas, em uma perspectiva etno-regionalista, ao fato de os dirigentes do movimento serem bakongo e kimbundo, dois grupos étnicos do norte.

A marcha, iniciada nas bases, seguia em direção a Lusaka, onde os revoltosos pretendiam encontrar-se com Agostinho Neto. Embora tenha perdido força pelo caminho, conseguiu chegar até a fronteira com a Zâmbia, onde aguardava Daniel Chipenda, comandante enviado pela direção para ouvir as reclamações dos guerrilheiros. A despeito da boa relação de Chipenda com as populações do leste, é digno de nota o fato de que ele era um dirigente do centro-sul, um ovimbundo, e não do norte, o que evidentemente era uma resposta da direção no sentido de negar que os postos de comando eram dominados exclusivamente por indivíduos provenientes do norte.

## Imagem 7



Mapa dos grupos etno-linguísticos de Angola (produzido na década de 1970, as cidades estão, em grande parte, com os nomes do período colonial)

O saldo final da contestação foi o afastamento de Jibóia das funções que exercia, o que o isolou dos demais guerrilheiros. A intervenção de Chipenda controlou a agitação e, ainda que temporariamente, a direção conseguiu conter os manifestantes, com promessas de mudanças. No entanto, a situação na Frente Leste estava longe de ser resolvida. O agravamento da situação militar jogou a favor da desagregação interna e do recuo das forças do MPLA. Assim como em Cabinda, o MPLA passaria a ter um contingente muito maior nas bases do que no interior de Angola.

## 1.4 CRISE, REAJUSTAMENTO E DISSIDÊNCIA NO LESTE

Desde o início da contraofensiva portuguesa em 1968, o panorama militar na Frente Leste já tinha sido alterado e provocado uma crise interna no MPLA. Nos anos posteriores as novas operações militares coloniais e o aumento do efetivo em combate fariam com que as forças armadas portuguesas conseguissem avançar e progressivamente ocupar regiões mais distantes, como o distrito do Bié e do Moxico. É impressionante o nível de detalhamento e o conhecimento produzido pela PIDE sobre a localização, organização, os efetivos, armamentos e eventuais viaturas, incluindo as rotas de comunicação e o papel das bases do MPLA<sup>13</sup>.

Por terra, a diversidade das tropas contaria até mesmo com grupos de cavalaria, opção que se mostrou eficiente uma vez que era preciso avançar por áreas muito extensas. Pelo ar, a presença da Força Aérea, com aviões e helicópteros, se transformou no grande diferencial dos combates a favor de Portugal. Particularmente, as ações rápidas realizadas com o apoio dos helicópteros desarticularam as bases guerrilheiras, tornando a resistência cada vez mais difícil. Além disso, é importante destacar que o lançamento aéreo de herbicidas, com destaque para o uso do agente laranja<sup>14</sup>, devastava a vegetação, destruindo as plantações de subsistência das populações, o que atingia diretamente os guerrilheiros que dependiam delas para sua própria alimentação, agravando o quadro de fome já existente. É possível ver que este problema aparece claramente em um relatório da PIDE sobre o impacto de três operações na parte sul da Frente Leste, na atual região da província do Cuando-Cubango:

*[...] Após o início das Op. “Victoria I e II” e Op. “Desbaste”, o In [inimigo] viu-se obrigado a ir buscar a mandioca ao Lungué-Bungo, o que demora 15 dias, no caso desta estar molhada [...] As populações, elas próprias são avessas as mudanças de localização [...] pois isso acarreta a perda de suas lavras... e a fome. (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Relatórios, Subdelegação de Serpa Pinto, NP 9084, Pasta 3, folha 356)*

<sup>13</sup> IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Serviços Centrais – Relatórios, CI (2), DSI-2. Div., NP 7943, Pasta 3, fl. 82-88.

<sup>14</sup> Expediente bastante usado pela Força Aérea dos Estados Unidos durante a Guerra do Vietnã, e não coincidentemente utilizado em Angola pelos portugueses, que mantinham relação de intercâmbio militar com os EUA.

Para os guerrilheiros do MPLA, sobretudo para os que estavam em áreas mais afastadas da fronteira leste e cercados por tropas portuguesas, a fuga se apresentou como uma questão de sobrevivência. Diversas cartas trocadas e apreendidas pela PIDE nesse período revelam o estado de desespero, miséria e isolamento, que se não provocado, foi em grande parte intensificado pela campanha portuguesa:

*[...] Vou lhe contar a situação cá onde nos deixaram. Informo que os camaradas todos já fugiram e foram todos para o Posto e levaram as armas [...] Amigo, passou-se uma confusão muito grande. Aquilo começou no dia 1.12.72 até ao dia 18.12.72. no Cuito [capital do então distrito do Bié], foram presos dois guerrilheiros e 5 OMA e duas miúdas. O SAM foi morto no dia 3.12.72. No dia 11.12.72 nós dissemos para nos escondermos para depois fugir para outro lado para chegar no Mukua e aqui estavam os grupos de cavalos. Foi onde prenderam quatro guerrilheiros e um enfermeiro, mais 12 rapazes. Eles todos foram apanhados pelos cavalos. Quando o chegou o dia 14.12.72 fugiram 5 guerrilheiros e foram para o Umpulo [aproximadamente 50 Km a sudeste de Cuito]. Agora cá, meu caro amigo, todas as pessoas estão a acabar de fugir cá no Cuito [...] Nós cá não podemos andar mais de 130 metros de distancia, ou é logo morto ou encontra algum grupo deles à procura das pessoas na mata. Amigo, isto agora está muito mal. Muitas pessoas estão mesmo a fugir.*

*[...] Nós cá no Umpulo estamos dentro da guerra e eu acho que isto nunca mais vai acabar e que já é demais. Os helicópteros são demais e os cavalos também. Todos os dias logo que acaba o mês sempre temos que lutar três vezes ou mais. A nossa comida é só mel e carne. Pai, estou só a lutar para morrer. (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Relatórios, Subdelegação de Malange, NT 9088, Pasta 4, folha 418 e 419)*

O dramático relato do guerrilheiro, ainda que informe sobre a situação em uma localidade específica, reflete a desigualdade de força em toda a Frente Leste. Diante desse quadro de crise generalizada, cresceu a tensão entre os quadros dirigentes e a base, até então balizada pelo aspecto regionalista, como ocorrera na Revolta de Jibóia. A partir do início da década de 1970, ganharia um potencial explosivo com a associação ao aspecto racial, questão sempre polêmica nas discussões políticas no interior do MPLA, desde a dissidência de Viriato da Cruz em 1962/1964.

A presença de elementos mestiços e de alguns brancos na liderança do movimento passou rapidamente a ser vista como a justificativa para a incapacidade de reverter a situação militar. A junção da discussão sobre a preponderância de dirigentes do norte, tal como já aparecera anos antes, com a crítica à presença de mestiços e brancos, colocou decisivamente a relação base-direção na Frente Leste em um ponto insustentável.

A crise de caráter regional e racial ofuscou outros problemas tal como as limitações de acesso ao poder ou a violência enfrentada pelas mulheres. Como observa Marcelo Bittencourt, todas essas nuances couberam “dentro de um imaginado grupo, muito maior, dos ‘do Norte’. Ou seja, os confrontos de maior potencial desestabilizador, ou capazes de mobilizar mais facilmente e de forma mais ampla, encobriam particularidades e outras oposições.” (BITTENCOURT, 2008, p.162)

Entraram em rota de colisão a direção comandada por Agostinho Neto e Daniel Chipenda, membro de destaque da direção política no leste e que tivera um importante papel de contenção no levante de insatisfação comandado por Jibóia, em 1969. Notadamente a partir de 1972, Chipenda tomou partido das reclamações e das críticas contra “os do norte”, ampliando o discurso contra os privilégios de dirigentes mestiços e brancos, acusados de deterem os melhores postos. Se a direção conseguira abafar a Revolta de Jibóia, isso não foi possível na nova crise, pois ela teve outra amplitude, em parte pela própria liderança de um membro do alto-escalão, mas sobretudo porque a contestação apresentava uma alternativa política à gestão de Neto, o que impossibilitou uma saída conciliatória.

Foi nessa situação limite que em 1972 alguns quadros intermediários do MPLA lançaram a ideia de promover um reajustamento político no leste (assim como também no norte, como veremos depois). Esse mecanismo de autocritica foi apresentado pelos proponentes após estágios militares feitos na China. Objetivava reativar a luta através do estabelecimento de discussões entre dirigentes, militantes e a população, possibilitando a resolução dos problemas internos, em especial a disputa ainda velada entre Chipenda e o restante da direção.

Para as populações do leste insatisfeitas com a situação da luta armada, Chipenda já aparecia antes mesmo do Movimento de Reajustamento como uma opção a Neto, pois era visto como o dirigente capaz de atender as suas reivindicações.



Evidentemente que, para isso, Chipenda soube usar seus atributos étnico-raciais, de maneira que o fato de ser ovimbundo e negro funcionaram como capitais políticos que lhe garantiram força e fidelidade dessas populações. Neto, embora também fosse negro, tinha sua imagem comprometida aos olhos das populações do leste pela proximidade com os mestiços e brancos, por ser casado com uma portuguesa branca e por ser kimbundo<sup>15</sup>.

Em um documento elaborado pelo MPLA em setembro de 1972, durante o processo de preparação do Reajustamento, a iminente confrontação com Chipenda já aparece evidente, uma vez que seu nome estava listado entre os principais promotores da crise no leste. É notável que nesta listagem, o primeiro item fosse “complot Chipenda”<sup>16</sup>.

Apesar da resistência de alguns setores do MPLA, o Movimento de Reajustamento na Frente Leste foi iniciado pela direção no final do ano de 1972. O processo congelava os órgãos da direção, incluindo o Comitê Diretor. Criava algumas estruturas provisórias, como um Estado-Maior, responsável pela manutenção da estrutura militar e uma Comissão Provisória de Reajustamento que tinha por função estabelecer assembleias que discutissem os problemas da guerrilha e da população. O passo seguinte era a eleição de um grupo ativo que coordenaria essas assembleias.

Segundo seus princípios gerais, consistia em “um ato contínuo das massas militantes, sem as quais não poderia ir para frente [...] um acto de resoluta radicalização do processo revolucionário” (TALI, 2001, p. 145). Estava em jogo a tentativa de reforçar a autoridade política da direção, bastante abalada diante da contestação interna surgida na Frente Leste, de modo a dar fôlego a luta que, de forma geral, estava extremamente fragilizada nas duas frentes.

Nesta oportunidade inédita para as populações do leste expressarem suas insatisfações, uma série de acusações, de caráter até mesmo privado envolvendo, por

---

<sup>15</sup> Em Angola, a identificação dos diversos grupos étnicos ocorre pela mistura entre nomes que designam grupos linguísticos e nomes que designam grupos étnicos. Optamos por utilizar os termos que são frequentemente utilizados no país, embora saibamos que por vezes se sobressai um termo referente ao grupo étnico e por outras, referente a língua. No caso dos kimbundos, esse termo se refere a língua, sendo m`bundu o nome do grupo étnico. Bakongo, por exemplo, é o plural (ba-) da designação kongo, que se refere ao grupo étnico. Ver mapa etno-linguístico, na página 29.

<sup>16</sup> “MPLA: Bases gerais e programa geral do Movimento de Reajustamento, Kassamba, 30/09/1972.” TALI, 2001, p. 146.

exemplo, assassinatos e estupros foram colocadas nas mesas de discussão. Fundamentalmente, vieram à tona as antigas reclamações relativas à falta de alimentos, armamentos e vestuário, como também as questões da ausência dos principais dirigentes no interior, da corrupção, dos privilégios e dos fuzilamentos sem julgamentos, entre outros abusos de poder. A PIDE, sempre atenta ao que ocorria no MPLA, desenvolveu um extenso relatório sobre esse processo:

*Em Jan73, estando o MPLA a atravessar uma fase crítica, foi aplicado o chamado Movimento de Reajustamento, que institui a Comissão Provisório de Reajustamento da Frente Leste (CPR) e os Grupos de Militantes Activos (GMA), pelo que os militantes vindos do interior que não estavam habituados a expor os seus problemas, começaram a criticar acerbamente os erros e abusos cometidos, visando essencialmente os naturais do Norte, agravando as relações entre nortistas e sulistas. (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Serviços Centrais - Relatórios, CI (2), DSI-2. DIV., NP 7942, Pasta 6, fl. 121)*

A avaliação da PIDE é bastante precisa sobre a divisão regional e aponta para a tensão que existiu durante o Reajustamento. A direção, já esperando as acusações, iniciou o processo intencionalmente pela sub-região norte, que apoiava majoritariamente Agostinho Neto, para então continuar pelas bases da sub-região sul, mais próximas a Daniel Chipenda. Essa estratégia deu uma vantagem importante a favor da direção na montagem da Comissão Provisória de Reajustamento e do Estado-Maior, pois com isso manteve o controle do processo, ainda que tenha precipitado a saída de Chipenda antes do término do Reajustamento.

Paralelamente, em dezembro de 1972, em Kinshasa (antiga Léopoldville), a assinatura de um acordo entre o MPLA e a FNLA criando o Conselho Supremo da Libertação de Angola (CSLA), como uma tentativa de reativar a 1ª Região, fortaleceu a divisão entre os militantes do norte e os do leste (e centro-sul) de Angola. Daniel Chipenda mostrou como repercutiu no leste esta decisão da direção:

*Em Janeiro de 1973, o Camarada presidente Neto fez dois discursos, um em Sikongo e outro em Lusaka. Em qualquer deles, os militantes desta Frente ficaram convencidos que depois do acordo de Kinshasa, entre o MPLA e a FNLA, o Camarada Presidente Neto estaria mais interessado em atuar na Frente Norte do que nesta, por ter-se referido nos seus discursos, a transferência de quadros, finanças, material de guerra e transportes para a Frente Norte e ter dito também que iria trabalhar lá, onde há gente que gosta dele e que quer combater. Houve especulações sobre estes discursos e houve mesmo uma tentativa de levantamento em Kassamba – a este levantamento [...] quiseram atribuir a minha responsabilidade. (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Relatórios, Subdelegação de Malange, NT 9088, Pasta 4, fls. 21)*

Este fragmento da carta aberta aos militantes escrita em Julho de 1973 por Chipenda – aproximadamente um mês antes do fim do Reajustamento, momento em que já entrara em dissidência declarada –, indica que para os do leste, o acordo foi visto, naquela conjuntura, como uma prova de que a direção, dos “do norte”, privilegiava a luta no norte.

Esse era o clima do Reajustamento, que até seu termino não conseguiu resolver o impasse entre as partes discordantes. A direção admitia alguns problemas, mas não apresentava nenhuma solução radical de mudança nos postos de comando. Ao contrário, os partidários de Daniel Chipenda, evidentemente interessados em ascender nas estruturas do movimento, reivindicavam o estabelecimento de um equilíbrio político-militar por parte da direção, valorizando quadros locais.

Se o lançamento do Reajustamento teve seu ineditismo como uma proposta de discussão interna, acabou por se tornar o palco de apresentação e acirramento dos problemas e dos grupos em oposição. A direção construiu desde o início da luta armada certa tradição política de dispersão e não de enfrentamento dos temas polêmicos, característica que será fundamental para entender o modo como foram conduzidos os conflitos internos também após a independência, com destaque para o golpe de Estado em 27 de maio de 1977.

A dissidência de Daniel Chipenda só é assumida de fato após os embates armados entre partidários dos dois grupos em Lusaka. Apesar disso, a Revolta do Leste,

como ficou conhecida, se caracterizaria em boa parte pela troca de acusações com a direção. Como era esperado, diante dos antecedentes avaliados, ambas as partes se valeriam e acionariam o aspecto étnico-regional para criticar o outro e fortalecer sua posição. Isso se traduziu da seguinte forma: Chipenda realçou sua filiação étnica de ovimbundo, da região centro-sul, de maneira que esse capital político o tornou o representante de parte das populações do leste de Angola, criando uma parceria bastante consistente.

Neste mesmo cenário, a direção, apesar da defesa do discurso nacional supra-étnico, fez um duplo uso desse capital. O que pode parecer em princípio contraditório, é revelador do peso que o aspecto étnico-racial sempre teve nas batalhas políticas. Por um lado, a acusação de que Chipenda era “tribalista” tinha um impacto negativo tão grande que ofuscava as próprias reivindicações feitas pelos guerrilheiros. Por outro lado, a direção soube fazer uma aliança que era precisamente de caráter étnico com os tchokwe (o que garantiu o apoio da sub-região norte da Frente Leste), se aproveitando de uma rivalidade antiga com os ovimbundo.

## **1.5 CRISE, REAJUSTAMENTO E DISSIDÊNCIA NO NORTE**

Ao contrário do que desejava a direção, o clima de questionamento interno no leste se refletiria pela Frente Norte também, onde os problemas da guerrilha eram mais antigos. Na 2ª Região Político-Militar (Cabinda), desde o final da década de 1960 os guerrilheiros estavam reunidos próximos a cidade de Dolisie, no Congo-Brazaville, reflexo do estado de paralisia das ações militares, o que se convertia em um misto de insatisfação e desânimo. A situação se agravava ainda mais por conta dos casos flagrantes de corrupção, como este relatado por Adolfo Maria:

*Em novembro de 1969 eu vou as bases e eu fiquei absolutamente estarrecido com o hiper subdesenvolvimento que havia lá. Não havia medicamentos, eles chegavam, mas eram comercializados. [Não havia] comida. Não havia nada. (Entrevista de Marcelo Bittencourt com Adolfo Maria, Lisboa, 27 e 28 de maio de 1999)*

Tal como ocorreu no leste, a medida em que a guerra não avançava, se intensificavam as disputas políticas internas por espaço. No entanto, na 2ª Região os problemas não foram percebidos a partir de uma perspectiva regional, prevalecendo a rivalidade entre bakango e kimbundo e os fatores culturais (educacionais). Além desses, a questão racial novamente se transformou em poderoso instrumento político, o que se materializou no receio da projeção militar de integrantes brancos no movimento, o que fez com que dois integrantes – o citado Adolfo Maria e Pepetela<sup>17</sup> – não tivessem grande ascensão no MPLA.

Apesar disso, a gestão da representação e de outros serviços – a imprensa e a propaganda – do MPLA em Brazzaville foi predominantemente feita pelos quadros brancos e mestiços, que não transitavam com intensidade pelos meios sociais dos militantes negros presentes na cidade. Os brancos e mestiços circulavam preferencialmente pelos meios oficiais da elite social congoleza, ao passo que os negros viviam próximos ao meio popular congolês, o que marcava, no cotidiano, uma divisão que se tornou explosiva quando somada aos demais problemas da guerrilha. (TALI, 2001, p.172-173)

Nesse período, outra controvérsia surgiria no tocante à insatisfação de alguns chefes militares com o que entendiam ser o desinteresse em relação a 1ª Região, que não recebia nenhum apoio e abastecimento desde a chegada do destacamento Kami a região dos Dembos, em 1967. Em 1970, o comandante Jacob João Caetano, o “Monstro imortal”, famoso por liderar o primeiro destacamento (Camilo Cienfuegos, em 1966), em conjunto com outros militantes, como Joaquim Domingos Augusto “Valódia”, passaram a questionar a falta de compromisso da direção em reanimar a 1ª Região. Em Março de 1972, esses chefes militares passariam das acusações para a realização de uma ação mais destacada: a prisão do coordenador da 2ª Região, Lúcio Lara, um mestiço. A justificativa, acionando prontamente a rivalidade racial já existente, foi a de que Lara era o representante dos interesses dos elementos mestiços e brancos, responsáveis pela situação na Frente Norte. Antes que ocorresse um ajuste de contas, as autoridades congolezas intervieram na libertação de Lara.

---

<sup>17</sup> Artur Pestana dos Santos, conhecido pelo pseudônimo de Pepetela, se transformou em um dos escritores angolanos mais famosos e premiados. Sua experiência na luta de libertação como militante do MPLA se refletiu em muitos dos seus livros, com especial destaque para *Mayombe* (1980) e *Geração da Utopia* (1992).

Para tentar dirimir essa nova crise, foi realizada uma assembléia extraordinária em Dolisie, em abril de 1972, com a participação de Agostinho Neto. Em resposta as exigências dos revoltosos, a direção transferiu os militantes brancos e mestiços da Frente Norte, mas não aceitou o pedido para expulsá-los do movimento<sup>18</sup>.

Nesse mesmo período, a situação da 1ª Região, dada a falta de auxílios desde 1967, piorava sensivelmente. O isolamento dos guerrilheiros levava a luta para uma fase essencialmente de resistência. Os casos de desertores capturados e indivíduos presos cresciam e ajudavam as forças portuguesas no conhecimento de informações privilegiadas sobre a localização dos grupos e das sessões e outros dados sobre a logística do movimento. É isso que se pode apreender do testemunho de César Augusto “Kiluanji”, que estava neste difícil contexto:

*A fúria demolidora do inimigo invade o espaço, ultrapassa a barreira e insiste em impor-nos a sua vontade. Ataque aqui, surpresa ali, ataques, sempre ataques. A situação impunha-nos em cada dia movimentos de simulação permanente no tempo, de manha aqui, ao pôr do sol acolá, enfim, um nomadismo autêntico mas organizado. (KILUANJI, 1990, p. 107)*

O relatório da PIDE/DGS datado de janeiro de 1972 mostra que houve o crescimento dos embates e da violência interna a guerrilha do MPLA na região, com destaque para a troca de acusações de privilégios e para a questão da traição, vista como um crime grave que levava muitas vezes a sentença de morte por enforcamento<sup>19</sup>. Os motivos por conta dos quais um militante poderia ser chamado de traidor variavam bastante, como indica a carta enviada por militantes da 1ª Região e endereçada ao “Monstro Imortal” em abril de 1972, interceptada pela PIDE/DGS. Relacionavam-se ao desrespeito as mulheres, ao roubo de dinheiro, ao aliciamento, entre outras razões. Nesta mesma carta, os combatentes pedem com urgência o auxílio que o comandante fora buscar em 1970 na 2ª Região, pois na descrição que se segue dos acontecimentos,

---

<sup>18</sup> Os revoltosos produziram um documento intitulado “Manifestação Politico-Militar dos militantes na II Região”, que pode ser encontrado no livro de Jean-Michel Mabeko Tali. (TALI, 2001, Anexo 6, Documento A, p.337-340)

<sup>19</sup> IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9085, fls. 204-205

as prisões e, destacadamente, as traições foram relacionadas à carência de meios para enfrentar o inimigo:

*Muitos dos nomes desses desumanos traidores vão já inseridos no relatório. Contudo, podemos dizer que o numero é mais elevado, muitíssimo mais elevado. Ele aumenta em ritmo assustador, pois os nossos guerrilheiros de base enveredaram deliberadamente para o caminho da traição, deixando-se levarem ingenuamente pela propaganda politica inimiga que muito bem tem sabido explorar a actual situação da Região, situação essa, pura e simplesmente originada pela falta de armas ((IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Serviços Centrais - Relatórios, CI (2), DSI-2. DIV., NP 7942, Pasta 5, fls. 30)*

Em decorrência da situação enfrentada, um pedido incluído na carta dizia respeito a necessidade de se fazer uma campanha psicológica positiva para enfrentar o desânimo, elevar o moral e, conseqüentemente, evitar as deserções de guerrilheiros que engrossavam as fileiras do exército colonial, o que era entendido como atos de alta traição ao MPLA. A sugestão era que a campanha fosse realizada semanalmente em kimbundo, através do programa “Voz da Angola Combatente”<sup>20</sup>, transmitido pela Rádio Brazzaville e que enfatizasse os seguintes temas:

*[É necessário] fazerem-se profundos apelos aos guerrilheiros de base, no sentido de que a situação desta Frente irá melhorar, de que a nossa independência é uma realidade, de que o MPLA está fazendo tudo para que as armas cheguem em número suficiente, pois os nossos guerrilheiros desesperaram-se, desacreditaram na melhoria desta Frente. [...] Para que as secções todas tenha a possibilidade de seguirem os programas deverão os mesmo serem repetidos [...] duas vezes e serem nomeadamente em kimbundu. [...] É preciso realçar, recordar o que foi a opressão colonialista; é preciso dizer-se que a situação de escassez de armas irá passar e outra era virá. É preciso dizer que a defesa contra o envenenamento dos alimentos surgirá e*

---

<sup>20</sup> O MPLA utilizou a principal rádio instalada da cidade de Brazzaville para produzir e transmitir o programa “Voz da Angola Combatente”, aproveitando-se dos potentes emissores que a rádio possuía para fazer seu programa chegar a Angola. Esse programa radiofônico foi uma importante forma de divulgação da luta e das propostas do MPLA. (BITTENCOURT, 2008, p. 271-278)

*que jamais o povo trabalhará em vão; é preciso dizer que a situação de presença inimiga tão à vontade, a fome, a nudez, a doença passará, pois que para tal o MPLA, o Comandante Monstro tudo estão a fazer (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Serviços Centrais - Relatórios, CI (2), DSI-2. DIV., NP 7942, Pasta 5, fls. 31)*

Como é possível perceber, a campanha psicológica positiva era uma tentativa de motivar os guerrilheiros a continuarem lutando com o MPLA, apesar dos graves problemas explicitados pela carta – a fome, a nudez e a doença. Diante das precariedades dessa região, a carta deixa transparecer que a luta era de fato uma luta pela sobrevivência. O retorno de “Monstro Imortal”, visto pelos redatores desta carta como fundamental para a sobrevivência da 1ª Região, criou ainda outro ponto de discordância com os militantes que acreditavam que o andamento da luta não podia depender somente deste comandante. Esse clima de confrontação pode ser notado em uma circular assinada por Nito Alves, diretor da Comissão Directiva da 1ª Região, em dezembro de 1972 e que foi apreendida pela PIDE/DGS. O relatório produzido pela polícia secreta sobre essa circular ressalta justamente a divergência que existia entre os guerrilheiros sobre as soluções para a crise da 1ª Região:

*O Departamento de Quadros da Comissão Directiva da I RPM difundiu aos responsáveis uma circular orientadora da mobilização das massas, na qual é considerada uma atitude derrotista a crença de que o regresso de Jacob João Caetano, o ‘Monstro Imortal’, é a única solução para os problemas que afectam esta RPM, sendo claramente apontada como a ‘salvação da Frente’. Na prática, entre os militantes, este derrotismo traduz-se por desânimo na execução de tarefas, alegando que as carências de armamentos, munições e material de sabotagem não permitem um eficaz cumprimento das mesmas. Os militantes adeptos desta posição referem que só após o regresso do ‘Monstro Imortal’ será possível alterar as condições de luta, pois o material que o deverá acompanhar servirá para suprir as actuais carências. [...] O incremento das acções das NF [nossas forças], traduzido num aumento de capturados e recuperados, de mortos e feridos, tem contribuído para a propagação desta teoria, o que levou a CD [Comissão Directiva] a expedir a circular informativa mencionada, tentando negar que a ‘salvação da Frente’*



*dependa apenas do regresso do ‘Monstro Imortal’, podendo ser conseguida por um cumprimento rigoroso dos seguintes princípios:*

- a. Noção exacta das responsabilidades*
- b. Confiança absoluta no poder das massas populares*
- c. Análise de todos os problemas surgidos*
- d. Planificação correcta das actividades*
- e. Politização total dos militantes e responsáveis*
- f. Oportunidade das ordens dadas*
- g. Conjugação de teoria e prática*
- h. Isenção de preconceitos (IAN/TT, PIDE/DGS, Relatórios, Subdelegação de Salazar, NT 9085, Pasta 2, fls.26-27)*

Através dessa documentação fica mais explícita a postura de Nito Alves que defendia que a recuperação da 1ª Região não podia depender exclusivamente do retorno de “Monstro Imortal”. De forma bastante idealista, o elenco de diversos “princípios” políticos, militares e morais, supostamente capazes de mudar o grave quadro vivido, na prática não conseguiram alterar o cenário de crise da 1ª Região.

Não há dúvida de que essa crise militar, assim como ocorrera na Frente Leste, acirrava essas divergências, criando espaço para problemas internos de ordem política. No plano internacional, o recuo da guerrilha e a instabilidade do movimento prejudicou as alianças, particularmente com a suspensão em 1973 do apoio dos soviéticos<sup>21</sup>.

Diante deste quadro, logo após o fim do Movimento de Reajustamento no Leste, esse processo foi estendido para a Frente Norte, no segundo semestre de 1973. Entretanto, o prosseguimento do Reajustamento não significou a instalação de estruturas idênticas no norte. Com a experiência do Reajustamento no leste e o fracasso da tentativa de resolver a “questão Chipenda”, a direção modificou os mecanismos de eleição das Comissões. No leste esta fora uma atribuição das assembleias, porém no

---

<sup>21</sup> Quando o MPLA se instalou em Brazzaville, em 1964, conseguiu se aproximar da União Soviética que estava bem instalada no país, o que significou uma maior divulgação de sua luta e maior prestígio internacional. Esse apoio soviético também se traduziu no fornecimento de armamento. No início da década de 1970, aproximadamente 70% das armas do MPLA eram oriundas da União Soviética e de seus aliados do leste europeu (BITTENCOURT, 2008, p. 37) De acordo com Tali, a crise de confiança entre o MPLA e a União Soviética, iniciada com a crise no leste, e o corte do apoio material ao MPLA deve ser entendido em parte pela insatisfação dos soviéticos quanto ao “neutralismo” de Agostinho Neto, no bojo da disputa hegemônica com a China. (TALI, 2001, p. 193) Já Milhazes aponta como uma das causas para a crise de confiança entre o MPLA e os soviéticos a assinatura do acordo de Agostinho Neto com Holden Roberto, em fins de 1972. (MILHAZES, 2009, p. 41)

norte passou a ser indicação direta de Agostinho Neto, o que garantia à direção o controle do Reajustamento.

Segundo Adolfo Maria, um dos militantes ativos escolhidos por Agostinho Neto, mesmo depois ter sido retirado das suas funções de propaganda na Rádio Brazzaville após a Assembléia Regional em 1972, antigos problemas voltaram à tona. Marcado por não ter conseguido mobilizar os militantes, o Reajustamento, nas suas palavras, ocorreu da seguinte forma:

*Durante vários dias fizeram-se reuniões de discussão numa base logística de rectaguarda, situada perto de Dolisie, a base Esperança (em novembro de 1973). Após essa reunião, os militantes activos espalharam-se por vários locais de actividade do MPLA: Brazzaville, Matsende (junto a Dolisie), bases Enérgico e Kalunga (junto a fronteira de Cabinda). Para a base militar de Kalunga foram enviados Lúcio Lara, Condessa [...] e Adolfo Maria [...] No meu grupo de discussão ficou exposta a corrupção dos dirigentes [...], também foi muito criticado o desinteresse dos dirigentes pelas bases militares onde eram grandes as carencias; foram acusados dirigentes de desvios de alimentos e equipamento destinados aos recrutas, que depois eram vendidos no mercado congolês, etc. No apuramento final das queixas dos militantes, li o sumário daquilo que recolhemos, mas Lúcio Lara afirmou, agastado, que essas críticas eram exageradas e não deviam ficar registadas em acta, o que me deixou chocado e alertado para a verdadeira natureza do Reajustamento que se estava ali a fazer. (Entrevista de Fernando Pimenta com Adolfo Maria, 2006, p. 106-107)*

Depois do encerramento dos trabalhos em cada base, todos os militantes ativos se reuniram em Brazzaville para uma avaliação geral da situação da Frente Norte. Após os debates, a maioria dos integrantes concluiu que os problemas não tinham sido corrigidos e que, portanto, os objetivos não haviam sido alcançados. Surgiu então a proposta de alguns militantes ativos – entre os quais, Adolfo Maria, Gentil Viana, “Monstro Imortal”, Valódia, Maria do Céu Carmo Reis e Manuel Jorge – de estender o Reajustamento, aprofundando as discussões com as bases. Apesar desse interesse, a posição do presidente Agostinho Neto em uma reunião em Brazzaville indicaria

justamente o contrário. Segundo Adolfo Maria, as palavras do presidente do movimento teriam sido as seguintes:

*Camaradas é muito simples, há aqui uma série de camaradas que querem continuar a discutir, há uma série que querem estar em discussões intelectuais e políticas profundas – que fiquem. O que é preciso é fazer a guerra, e eu quero fazer é a guerra [...] vamos para a IIª Região e vamos fechar o Reajustamento.* (Entrevista de Marcelo Bittencourt com Adolfo Maria, Lisboa, 27 e 28 de maio de 1999)

A intervenção de Agostinho Neto contra a continuação do Reajustamento assinalou o início do processo de ruptura entre os militantes ativos, insatisfeitos com a condução do processo e a direção que muito centralizadora, não pretendia prolongar mais os questionamentos internos. Apesar de contrariados, os contestatários ainda participaram da Assembléia Geral dos militantes ativos, convocada por Neto em fevereiro de 1974, na base da Kalunga. Como era esperado, os problemas levantados anteriormente não foram discutidos e a direção se empenhou apenas em escolher os nomes que deveriam integrar a Comissão de Reajustamento da Frente Norte. Segundo Adolfo Maria, o saldo da Assembléia foi o seguinte:

*[...] esvaziamento de uma discussão política, que era tão necessário e fundamental no seio do MPLA; completa apropriação dos órgãos directivo político e militar pelo presidente Neto, através do aliciamento de alguns elementos por integrarem esses órgãos; manutenção de alguns elementos incapazes ou corruptos na direcção política e militar da IIª Região. Enfim, era a definitiva liquidação do espírito e princípios do movimento de Reajustamento no qual alguns ainda tinham depositado esperanças.* (Entrevista de Fernando Pimenta com Adolfo Maria, 2006, p. 109-10)

O ambiente de intimidação apresentado por Adolfo Maria, favorável aos interesses da direção provocou o afastamento do Movimento de Reajustamento da

parcela de militantes ativos que desejavam sua continuidade<sup>22</sup>. Esse pequeno grupo, frustrado com a situação, passou a se reunir em Brazzaville para discutir os problemas do MPLA e lançar soluções para a crise. Para poderem dar força a essa idéia, estabeleceram contatos com militantes e ex-militantes afastados, como Mário de Andrade, um dos fundadores do MPLA, tudo feito com o apoio indispensável do governo congolês que garantiu, inclusive, a segurança do grupo. O passo seguinte era o início da redação de um documento que deveria ser o lançamento público da Revolta Ativa.

No entanto, foi durante a organização do grupo da Revolta Ativa que ocorreu, em Portugal, a revolução dos Cravos, episódio que teve repercussão direta nos acontecimentos nas colônias em África e, no que nos importa, em Angola. Em 25 de abril de 1974, o golpe militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), como ficaria conhecido o movimento de contestação dos militares, derrubou o regime ditatorial de Marcelo Caetano que sustentava a guerra colonial. O MFA majoritariamente defendeu o reconhecimento do princípio da autodeterminação dos povos das colônias.

A mudança no cenário político português marcou o início do processo de transição para a independência de Angola e essa nova circunstância não deixou de ser discutida pelos integrantes da Revolta Ativa, que nas vésperas da divulgação de seu documento, questionaram se era oportuno avançar com o projeto.

Apesar das reticências, o manifesto da Revolta Ativa foi divulgado em 11 de Maio de 1974. Intitulado “Apelo a todos os Militantes e a todos os Quadros do Movimento Popular de Libertação de Angola”<sup>23</sup>, foi assinado por 19 militantes, entre os quais destacam-se, pela longa trajetória desde a criação do MPLA, Eduardo dos Santos, Hugo de Meneses e Mário de Andrade. De acordo com Adolfo Maria, o Apelo foi distribuído em Brazzaville, em vários países da Europa, traduzido por estudantes angolanos para francês e inglês e divulgado a alguns órgãos de comunicação, nomeadamente o *Jeune Afrique*, o *Afrique-Asie* e o *Le Monde*.

---

<sup>22</sup> É importante ressaltar que, embora em um primeiro momento alguns militantes tenham se mostrado contrários ao fim do Reajustamento, permaneceram fiéis a direção, casos do Monstro Imortal e Valódia, que passariam a integrar o novo Estado Maior.

<sup>23</sup> “Apelo a todos os Militantes e a todos os Quadros do Movimento Popular de Libertação de Angola”, publicado na integra IN TALI, 2001, Anexo 10.

O documento começava expondo os motivos da crise que o MPLA enfrentava, apontando como causa principal dos problemas o desinteresse e a incapacidade da direção, questões de ordem político e militar realçadas com as seguintes expressões: “falta de entusiasmo político” e “insuficiência de golpes desferidos sobre o inimigo e na realização dos objetivos da luta”. Diante do insucesso das tentativas de reverter esse quadro – incluindo o Reajustamento –, os revoltosos afirmavam que só a Revolta Ativa conseguiria mudar o curso da crise e restabelecer o movimento.

Um aspecto interessante do manifesto, considerando o fato de que o grupo continha mestiços e brancos, é a proposta de criação de uma “Frente” para se lutar pela independência que admitisse todos os movimentos nacionalistas. Afinal, essa concepção de nação estendida, sem considerações de ordem ideológica, política, racial ou étnica garantia a inclusão deles próprios.

No final, o manifesto enfatiza o que chama de “presidencialismo absoluto”, acusando Agostinho Neto de controle total das estruturas do movimento, apontando para a gestão pessoal e a falta de democracia. Conclamou os quadros à realização de um congresso que permitisse a restauração dos princípios políticos do MPLA, definindo medidas concretas para sanear – ou “reajustar” – os problemas da organização.

Ao receber as duras críticas feitas pelos revoltosos, a direção do MPLA não criou um espaço de negociação construtivo e regenerativo, como reclamavam os contestatários. Ao contrário, seguiu um padrão de dispersão e não de discussão dos temas polêmicos. Quando Agostinho Neto passou a ser questionado (o que se tornara recorrente naquele período), a resposta da direção se concentrou em criminalizar os chamados “burgueses intelectuais”, sugerindo que a proposta de união com os demais grupos angolanos era a confirmação da defesa de uma solução neocolonial para Angola. Mais uma vez e apesar do fato de Agostinho Neto ser médico e ter tido uma trajetória similar, o realce sobre a formação educacional dos revoltosos passou a ser traduzido em acusações quanto a dedicação à luta. Ganhou força também a acusação de oportunismo político, por conta do momento em que formularam suas ideias, logo após o 25 de abril.

O acirramento da disputa ficava cada vez mais patente e as posições antagônicas se definiam. Apesar da limitada capacidade da Revolta Ativa de atrair militantes em Brazzaville, os revoltosos ativos continuavam o trabalho de adesão de quadros afastados do movimento. Na troca de acusações levada adiante, àqueles que apoiavam a direção

acionaram um argumento que a própria direção não havia utilizado: o racial. Em um dos panfletos anônimos favoráveis a Agostinho Neto citados por Jean-Michel Mabeko Tali<sup>24</sup>, percebe-se que, em boa medida, o problema estava associado ao fato de que os dissidentes eram mestiços.

Embora a disputa permanecesse intensa no interior do MPLA, um dos objetivos da Revolta Ativa seria alcançado com a realização do congresso, graças à pressão exercida sob a direção pela diplomacia do Congo-Brazzaville, da Zâmbia, do Zaire<sup>25</sup> e da Tanzânia. Contrariando a vontade da direção, que aquela altura sabia que o congresso seria favorável as dissidências, os países africanos citados entendiam que era uma oportunidade de conciliar as três tendências internas: o grupo da Revolta do Leste, o da Revolta Ativa e a própria direção.

O primeiro resultado da pressão foi o encontro em Lusaka em junho de 1974 entre as tendências do MPLA e autoridades do Congo-Brazzaville e da Zâmbia, quando foi fixada a data inicial, o local de realização do congresso e se formou uma comissão encarregada de sua organização.

## **1.6 O CONGRESSO DE LUSAKA E A PARTICIPAÇÃO DESTACADA DE NITO ALVES**

O congresso de Lusaka, o primeiro do MPLA, aconteceria finalmente em agosto de 1974. Era grande a expectativa dos países que forçaram a sua realização, o que pode se inferir pela criação de uma comissão para atuar como observadores no evento.

O estado de fragmentação do MPLA nesse momento e o enfraquecimento do grupo da direção não deixou de repercutir no congresso. Desde o início, foi difícil chegar a um acordo a respeito dos temas a serem discutidos; enquanto a direção propunha um debate centrado na questão da unidade do movimento, os integrantes da Revolta Ativa e a do Leste desejavam uma discussão mais profunda sobre as regras

---

<sup>24</sup> Panfleto anônimo. TALI, 2001, Anexo 10, Documento B, p. 376.

<sup>25</sup> Em 1971, o presidente do Congo-Léopoldville, Mobutu Sese Seko mudou o nome do país para Zaire. A pressão que este antigo rival do MPLA exerceu para a realização do Congresso de Lusaka pode ser explicada pela aproximação do grupo de Daniel Chipenda com o Zaire.

internas do movimento, o que significava mexer na polêmica escolha do comando – o que a direção certamente não queria. (BITTENCOURT, 2008, p. 243)

Outro elemento que jogou a favor da manutenção da divisão do MPLA durante o congresso foi à pressão dos agentes externos. Por um lado, após o 25 de Abril, os movimentos de libertação – e também cada grupo do MPLA – buscava estabelecer alianças internacionais para garantir melhores condições neste cenário de grande competição. Por outro lado, é evidente que os países africanos ao conceder auxílio aos grupos, já olhavam mais a frente nas vantagens de ter um parceiro na Angola independente. Nesse tabuleiro político, o Congo-Brazzaville mantinha seu apoio ao grupo da Revolta Ativa. O grupo da Revolta do Leste, que já contava com o apoio da Zâmbia, passou a contar também com o suporte do Zaire, após se aproximar da FNLA. Essa aproximação foi percebida e destacada por Joaquim Pinto de Andrade, presidente de honra do MPLA e que no congresso assumiu o papel de moderador:

*Lá no congresso viu-se claramente a aproximação da Revolta do Leste e da FNLA e para nós era América do Norte, imperialismo, etc. [...] Viu-se no Congresso que Chipenda era apoiado pela delegação do Zaire. [...] Viu-se que Chipenda tinha em sua delegação da Revolta do Leste um mundo de zairenses [...] (Entrevista de Marcelo Bittencourt com Joaquim Pinto de Andrade, Luanda, 27 de Agosto de 1997)*

Apesar de todos os entraves, algumas sessões de trabalho do congresso foram realizadas. A composição dos delegados obedeceu à seguinte disposição: 70 representantes da Revolta Ativa, 165 da Revolta do Leste e 165 da direção. Desse contingente a que tinha direito, a direção optou por levar a Lusaka alguns militantes do interior, algo que foi pensado como uma estratégia para lhe dar mais credibilidade. Fernando Costa Andrade nos ajuda a entender como a direção executou esse cálculo político:

*Por insistência da Revolta do Leste deveria ser Agostinho Neto a [...] apresentar o relatório. Mas nós percebemos que aquilo era um protesto,*

*para terem Agostinho Neto à frente e atirarem pedras [...] ou o que houvesse e agredi-lo, insulta-lo. Então decidimos que o relatório seria apresentado por Lopo do Nascimento [...] e por Nito Alves da 1ª Região. [...] A intervenção de Nito Alves teve bastante impacto, não só pela linguagem que lhe era característica, mas também porque ele vinha da 1ª Região [...], com a qual quase não havia contatos. (Entrevista de Marcelo Bittencourt com Fernando Costa Andrade, Luanda, 15 de setembro de 1997)*

A presença de Lopo do Nascimento, vindo de Luanda e, sobretudo, de Nito Alves, da 1ª Região, trouxe a perspectiva da força do MPLA e de Agostinho Neto no interior de Angola – da clandestinidade da capital e da área de guerrilha mais antiga –, o que foi fundamental para o fortalecimento político da direção. O discurso feito por Nito Alves, em uma das sessões do congresso, atacando violentamente as duas dissidências, foi particularmente importante para isso. O apoio de Nito Alves representava consequentemente o apoio dos combatentes da 1ª Região que haviam sofrido todo o tipo de privações durante os 13 anos de luta de libertação. Foi essa trajetória que conferiu autoridade irrefutável ao que se dizia.

O conteúdo do discurso remete a antigas fissuras do movimento, acionando argumentos que a direção havia utilizado, meses antes, para criticar os integrantes da Revolta Ativa, em Brazzaville. Colocando a figura do “guerrilheiro” e do “intelectual” em posições antagônicas – e explorando as dicotomias exterior/interior, oportunista/herói, medroso/corajoso, teoria/prática – mais uma vez foi posta em suspeição a participação dos intelectuais na luta de libertação, o que, naquela circunstância, negava a eles o direito de criticar a direção, visto também como uma atitude oportunista:

*[...] Que bom, do exterior e no exterior do País, formular com a facilidade da escrita a crítica subjectiva a quem faz a guerra de libertação nacional; como é bom, a distancia do fogo dos acontecimentos, completamente fora deles e mesmo quando os factos se acham deslocados no tempo; tentar julgar aqueles que, com o seu suor, com a sua juventude tentam cumprir pura e simplesmente com o seu dever: o de libertar a Pátria, ainda que com o sacrifício da sua própria vida; como é bom ao fariseu intelectualista tentar*



*jogar burlescamente com o sofrimento e sacrifício de quem suporta os incríveis horrores dessa guerra, com o risco permanente da sua própria vida, sem vestuário e sem alimentação, curando feridas com a flora nacional para que viva uma Angola digna de si própria e livre da exploração das tenazes da exploração do homem pelo homem, da exploração do homem trabalhador angolano onde, também e a despeito de toda a sorte de ingratidão, os intelectuais de Angola terão o espaço para viver. [...] Como demonstrar, de resto, a legitimidade do estardalhaço ‘Apelo da Revolta Activa’, quando se sabe que os intelectuais que o fabricam a muito tempo assinaram unilateralmente o seu divórcio com a guerra revolucionária angolana [...] como dar razão ao espectro do oportunismo da ‘Revolta Activa’ e seus asseclas, quando se sabe que seus ideólogos mais experimentados tem um pavor incrível, um medo até infantil de ver uma arma ou de ir à guerra, apresentando os mais estranhos pretextos? Como havemos de denominar revolucionária uma força revisionista e grupos afins que aparecem à luz do cenário político angolano com as benesses do golpe de Estado 25 de Abril em Portugal? A resposta é da competência da História? (Discurso proferido por Alves Bernardo Baptista, “Nito” Alves, no Congresso de Lusaka em Agosto de 1974. TALI, 2001, p.380-1)*

Em boa medida, Nito Alves criticava o “estilo de vida” dos chamados “intelectuais”, vivendo longe do *front* de luta, na cidade de Brazzaville, como prova de que haviam se “divorciado com a guerra”. No entanto, se não considerarmos a intensa luta pelo poder político do MPLA na qual Nito Alves também disputava um lugar, acharíamos contraditório, ou no mínimo curioso, o fato de que os “defeitos” dos revoltosos ativos ressaltados eram praticamente os mesmos de Agostinho Neto e Lúcio Lara. Ambos tiveram uma trajetória social e educacional parecida com a dos membros da Revolta Ativa: estudaram no exterior e durante a luta de libertação estiveram muito mais em Leopoldville, Brazzaville e Lusaka do que nas bases no interior, o que significa dizer que eram muito mais “intelectuais” do que homens da guerrilha. Além disso, ao que tudo indica, a questão da falta de abastecimento da 1ª região, isolada desde 1967 e que fora associada diretamente a falta de interesse da direção em determinado momento por homens da 1ª Região – lembremos do episódio da prisão de Lúcio Lara em 1972 liderado por “Monstro Imortal” – não inviabilizou a parceria entre Nito Alves e Agostinho Neto, consolidada por conta do momento chave vivido pelo movimento, de disputa pela manutenção do poder.

A intervenção de Nito Alves indicava que seria impossível a conciliação, passando o congresso a ser lugar de troca de acusações entre as partes. Menos de duas semanas após o início, a delegação da direção abandonaria o congresso, alegando estarem humilhados pelo pedido feito pela Revolta Ativa e pela Revolta do Leste para que fosse apresentado um balanço das contas e das atividades do movimento. Posteriormente, os militantes da Revolta Ativa também se retiraram do congresso, que continuou apenas com a Revolta do Leste. Tentaram, sem respaldo da OUA e do governo da Zâmbia, dar prosseguimento aos trabalhos, elegendo um “bureau político”, um “comitê central” e Daniel Chipenda como novo presidente do MPLA. (BITTENCOURT, 2008, p. 246)

Antes mesmo do término da cimeira, os três grupos apresentaram suas avaliações sobre o que tinha ocorrido no congresso de Lusaka. A direção afirmaria que seu abandono foi provocado pela participação de homens da FNLA na delegação da Revolta do Leste e que faltara seriedade aos trabalhos, visto que as dissidências tinham se esforçado apenas em atacá-los. Além disso, afirmaram que era intenção da direção realizar um congresso no interior de Angola <sup>26</sup>. Como se esperava, a avaliação da Revolta Ativa foi a de que a direção era a responsável pelo fracasso do congresso, pois se recusara a apresentar as contas do movimento. Não muito diferente, a Revolta do Leste avaliou na conclusão do congresso, em que se viu sozinha, que a culpa dos problemas também era da direção, acrescentando que era preciso negociar com a FNLA uma unificação<sup>27</sup> – mais um indício da aproximação de Daniel Chipenda ao movimento de Holden Roberto.

Poucos dias depois da apresentação das controversas avaliações, ainda houve outra reunião das três correntes, influenciada mais uma vez pela pressão do presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, em Brazzaville, com Agostinho Neto representando a direção, Daniel Chipenda a Revolta do Leste e Joaquim Pinto de Andrade, aparecendo como representante da Revolta Ativa. O acordo resultante desse encontro que definiu Agostinho Neto como presidente do MPLA e Chipenda e Joaquim Pinto de Andrade como novos vice-presidentes não duraria muito tempo, pois a reunião seguinte, marcada para Lusaka, não aconteceu.

---

<sup>26</sup> Declaração da direção e dos delegados do MPLA ao congresso (Lusaka, 22 de Agosto de 1974). TALI, 2001, Anexo 12.

<sup>27</sup> Primeiro Congresso realizado em Lusaka (Zâmbia), de 12 a 28 de Agosto de 1974, Declaração Final. TALI, 2001. Anexo 15, Documento A.

## 1.7 A CONFERÊNCIA INTER-REGIONAL

Diversas vezes a direção afirmara que o Congresso de Lusaka fora uma imposição absurda dos países africanos. Justamente por isso, a ala de Agostinho Neto considerou a conferencia Inter-Regional como o “verdadeiro” Congresso do MPLA. Essa conferência foi fundamental para a reestruturação das tropas do movimento, pois ainda que a direção estivesse àquela altura debilitada, era o trunfo que possuía em relação às dissidências. Nesse sentido, deve se prestar atenção na importância simbólica da criação das FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), que está relacionada muito menos a uma questão militar e mais ao reforço dos vínculos de lealdade com Agostinho Neto, fortalecendo-o, sem dúvida, na luta política pela liderança do MPLA.

No entanto, a conferência reuniu lado a lado os combatentes das matas e os militantes urbanos que, diante das experiências mais variadas, apresentaram diferentes interesses e visões de luta. Se é certo que esta circunstancia se traduziu em grande dificuldade de gestão para a direção do movimento, o importante é destacar que a discussão centrou-se em quatro pontos: “as questões internas, as perspectivas da independência; o lugar do MPLA no processo de descolonização que se anunciava; e por fim, a questão da nacionalidade dos cidadãos do futuro Estado independente.” (TALI, 2001. p. 217) Do ponto de vista interno, a reestruturação do MPLA permitiu uma evidente ampliação política através da criação de um órgão centralizado de direção – Comitê Central – encabeçado por um Bureau Político, que permitiu a inclusão de dirigentes vindos do interior e a promoção de novos dirigentes da guerrilha – entre eles Nito Alves.

Após o 25 de abril em Portugal, as perspectivas para a independência angolana entraram para a ordem do dia e, justamente, por isso, foram tema central na conferência. Em relação ao lugar do MPLA no processo de descolonização, ficou definida a necessidade de negociação do cessar-fogo com o exercito português, a preparação do MPLA numa eventual estrutura provisória de governo e, o que se mostraria mais delicado no futuro próximo, a questão da partilha do poder político com os outros movimentos de libertação. No que se refere a questão da nacionalidade, a conferência Inter-Regional foi a primeira oportunidade para se debater de forma mais consistente o

lugar dos brancos e mestiços na Angola independente. Essa discussão, sempre evitada pelo movimento, mostraria-se conflituosa, dividindo as posições entre uma tendência – em grande parte composta por delegados do interior – que se opunha a concessão automática da nacionalidade angolana aos brancos nascidos em Angola e outra que, defendendo os princípios dos estatutos do MPLA, afirmava que a luta de libertação era contra o regime colonial e não contra uma dada raça, de modo que a participação de militantes brancos era legítima e a eles deveria-se conferir a nacionalidade angolana. A solução encontrada, que restringiu o direito à nacionalidade aos brancos que participaram da luta, mesmo tendo resolvido o debate entre as duas tendências, não conseguiu eliminar o incômodo criado entre os quadros brancos e mestiços pela colocação de sua angolanidade em causa.

Apesar de algumas discordâncias, a conferência teve enorme importância para o MPLA, pois foi realizada em um momento capital, em que era fundamental se posicionar em relação ao futuro. Essa conferência marcaria também uma mudança na forma de organização interna do movimento, alçando novos nomes à direção e fortalecendo outros. A ocorrência da ruptura com as duas dissidências significou a abertura de espaço na estrutura política interna do movimento. O MPLA passou a contar com um bureau político e um comitê central, no qual Agostinho Neto permaneceria presidente e Lúcio Lara passaria a ser secretário do bureau político. Após mais de uma década, o Comitê Diretor foi extinto como órgão supremo de direção política.

A postura hegemônica em relação a conquista do poder político por uma via unilateral, desde já delineada, condicionou as atitudes do MPLA durante o período do governo de transição, como veremos no próximo capítulo. Agostinho Neto assinou o acordo de cessar-fogo com as autoridades portuguesas em 21 de outubro de 1974, data que oficializou o fim da guerra contra o colonialismo. O MPLA foi o último a assinar o acordo pois a Unita já havia assinado em 14 de junho e a FNLA em 12 de outubro. O reconhecimento do governo português da direção comandada por Agostinho Neto consolidava, indiretamente, o desfecho das dissidências da Revolta Ativa e da Revolta do Leste. A partir de então, se iniciariam as negociações em busca de um acordo sobre o processo de independência de Angola e de uma tríplice aliança entre os movimentos de libertação rivais.

## **CAPÍTULO II**

### **TRANSIÇÃO, INDEPENDÊNCIA, CRISE E A TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO**

Este capítulo tratará de um período curto da história de Angola. Pouco mais de 2 anos separam o governo de transição da tentativa de golpe de Estado. O objetivo é fundamentalmente tentar entender a forma e as razões pelas quais se construiu dentro do MPLA um grupo de contestação que se consolidou com o apoio de setores sociais e tentou dar um golpe de Estado em 1977.

#### **2.1 O PERÍODO DE TRANSIÇÃO: NEGOCIAÇÃO E CONFLITO**

Em janeiro de 1975, no Alvor, em Algarve (Portugal), se reuniram representantes dos três movimentos e do Estado português. As resoluções do que ficou conhecido como Acordo do Alvor<sup>28</sup> diziam respeito essencialmente aos princípios gerais da descolonização, que determinou a formação de um governo de transição composto pelos três movimentos de libertação e por representantes portugueses, prevendo a realização de eleições para a Assembleia Constituinte de Angola e fixando a data para a independência em 11 de novembro de 1975. Esse governo de transição deveria funcionar de modo rotativo, afim de não privilegiar nenhuma das partes.

Todavia, estabeleceu-se uma tensão permanente causada por disputas políticas que, na verdade, remontavam a todo o processo anterior de luta contra Portugal. O discurso defendido pelos três movimentos de exclusão e de ilegitimidade dos concorrentes, ainda que por motivos diversos, foi minando de maneira a inviabilizar a manutenção daquele projeto de unificação política.

---

<sup>28</sup> Os 60 artigos do Acordo do Alvor estão disponíveis para consulta no site do Centro de Documentação 25 de abril, da Universidade de Coimbra: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>. Acessado em 20/01/2012.

Desde o início de 1975 o governo de transição foi transformado em um espaço de batalha e de legitimação de cada movimento, que buscava se fortalecer através do estabelecimento de alianças. No plano interno, o MPLA conseguiu ampla vantagem contra seus rivais, conquistando politicamente Luanda graças ao sucesso da sua estratégia de estabelecer alianças com diversos grupos urbanos da capital.

*Quando a delegação do MPLA, que eu chefeei, chegou aqui [em Luanda] em 8 de novembro de 1974, nós encontramos aqui uma juventude agitada pra burro, como nós dizemos, uma juventude dinâmica, altamente agitada e muito mais marxista do que nós pensávamos, porque não tínhamos idéias semelhantes e nem sequer falávamos muito no marxismo, embora por principio de comportamento muitos de nós fossemos marxistas, mas não falávamos nisso nessa altura. (Entrevista de Jaime e Barber com Lucio Lara, 1999, p. 52-3)*

As impressões de Lúcio Lara, destacadas acima, são indicativas da distancia político-ideológica entre o MPLA – e mais ainda da FNLA e da Unita – e os diversos grupos urbanos luandenses: os Comitês de Ação, as Comissões Populares de Bairro, as associações de estudantes, os sindicatos, as comissões de trabalhadores e também os partidos políticos não armados, todos formados na conjuntura pós-25 de abril.

De todos esses grupos, nos interessa destacar, sobretudo, os Comitês de Ação, que nasceram em 1974 como bases de apoio a 1ª Região político-militar do MPLA. Eles “foram [...] um elemento fundamental de estruturação das correntes sociais favoráveis ao MPLA. Mas essa estruturação manteve-se plural e nunca levou a um processo de unificação das correntes em favor deste movimento de libertação”. (TALI, 2001, p. 52)

Em um primeiro momento, os Comitês operaram, em nome do MPLA, com alcance limitado e de um modo disperso. Apareceram depois correntes mais radicais e organizadas de apoio ao MPLA, animadas por uma nova geração de ativistas que investiram em discursos ideologicamente mais definidos, porém igualmente diversificados. Houve organizações da extrema-esquerda, dividida entre os maoístas, da tendência “albanesa”, e os “pró-soviéticos–estalinistas”, até concepções propriamente nacionalistas de direita.

Nessa fase de transição, o apoio dos Comitês Amílcar Cabral (CAC), dos Comitês Henda, Talahadi, Ginga, o grupo de reflexão Sita Valles, entre outros, foi importante na disputa travada pelo MPLA pelo espaço e pela mobilização política com os demais movimentos. Mas essas organizações estabeleceram uma mudança na relação que existia com o MPLA,

*visto que foi realmente por elas que se impôs um verdadeiro debate ideológico, inclusive no próprio MPLA, em redor dos problemas do movimento – as divisões no interior do nacionalismo angolano, os problemas gerais relacionados com a independência, a natureza desta, o tipo de Estado a instaurar, etc. (TALI, 2001, p. 52-3)*

Estes Comitês, especialmente os da extrema-esquerda – os CAC e os Henda – buscaram também que o MPLA definisse seu projeto político, ou seja, a forma e o conteúdo do poder político que o movimento pensava instaurar. Pressionaram para que a direção do MPLA assumisse compromisso com a ideia do “poder popular”, um projeto de autogestão popular que surgira nesse período através das Comissões Populares de Bairro, diante do vazio deixado pela queda do regime colonial e pela necessidade de organizar as populações dos bairros para a sua autogestão e defesa.

As Comissões Populares de Bairro, concebidas e impulsionadas pelos Comitês de extrema-esquerda, foram responsáveis também pela mobilização popular pró-MPLA que começou em Luanda e se estendeu por todo o país. Mas o projeto do “poder popular” não foi absorvido automaticamente pelo MPLA. Houve uma apropriação prudente dessa ideia durante o ano de 1975, o que figurou como um ponto de tensão entre o MPLA e os Comitês de extrema-esquerda.

Na relação estabelecida entre o MPLA e as organizações luandenses estava em questão um jogo de mão dupla: ao mesmo tempo em que o MPLA buscava reforçar-se politicamente, os diversos grupos – apesar de como ficou claro possuírem diferentes orientações ideológicas – buscavam infiltrar-se nas engrenagens do MPLA. Até ao 11 de novembro de 1975, dia da independência, as rivalidades e os conflitos entre esses diferentes grupos, que tinham como único ponto em comum e de convergência o apoio

ao MPLA, definiram um processo dinâmico de integração e de ruptura, como relata Pepetela sobre o caso dos CAC.

*Em 1974 [os CAC] começaram a colaborar com o MPLA e até fizeram um trabalho importante a nível de formação política dos militantes no Departamento de Orientação Política (DOP) [...] Mas eles acharam que o MPLA era demasiado de direita, que não tinha um programa claro, nem uma atuação clara e foram se afastando do MPLA e então começaram a ser perseguidos. [...] Acabaram por ficar numa espécie clandestinidade em relação ao MPLA. É nesta altura do afastamento que criam a OCA [Organização Comunista de Angola]. Uma parte dos integrantes dos comitês passaram para a OCA, outros não, abandonaram os comitês e integraram o MPLA. Houve aí uma certa cisão. Quando foi criada a OCA, o MPLA fez repressão, sobretudo na altura da independência. Repressão feita por Nito Alves, que era Ministro do Interior. (Entrevista de Marcelo Bittencourt com Pepetela, Luanda, 6 de fevereiro de 1995)*

Enquanto a maioria dos comitês foi absorvida pelo MPLA, os CAC e os Henda afirmaram sua autonomia orgânica e sofreram, progressivamente, a pressão e a repressão do MPLA, comandada por Nito Alves, que mais uma vez demonstrou sua fidelidade ao movimento e a Agostinho Neto. Embora membros dos CAC e dos Henda tenham ocupado lugares nas estruturas do MPLA, as divergências ideológicas degradaram a relação dessas organizações com o movimento, provocando sucessivos conflitos que levaram a ruptura. Mas antes desse processo de repressão, Nito Alves teve nos Comitês Henda um aliado importante na sua autopromoção como dirigente. Os Henda estiveram ligados ao órgão central de imprensa do MPLA e nessa altura publicavam na íntegra os discursos de Nito Alves, o que só era garantido ao presidente do movimento, Agostinho Neto.

Apesar de conflituoso, o apoio político que o MPLA obteve dos grupos urbanos foi fundamental também para que o movimento de Agostinho Neto conquistasse Luanda militarmente. A partir do mês de abril, os incidentes armados em Luanda passaram a ser cada vez mais frequentes e graves. A escalada da violência levou o MPLA a expulsar a FNLA e a Unita da capital, expandindo o conflito para todo o país. Em agosto, ficou



clara a falência do governo de transição e a opção pelas armas e a escolha dos respectivos aliados tornou-se inevitável.

A crise angolana passou a ser um problema continental e um tema recorrente nas discussões da Organização da Unidade Africana (OUA). Esse processo de internacionalização do conflito alcançou e mobilizou até as superpotências Estados Unidos e União Soviética. Angola foi um dos poucos casos em que a grande rivalidade geopolítica da Guerra Fria se traduziu, mesmo que indiretamente, em conflito armado.

Após a expulsão de Luanda, tanto a FNLA quanto a Unita voltaram para suas regiões de origem para se reorganizar: a FNLA se concentrou na região bakongo do norte e a Unita na região ovimbundo do centro-sul. Apoiadas respectivamente pelo exército zaireense e sul-africano, ambas com financiamento de dezenas de milhões dólares da agência de inteligência dos Estados Unidos, a CIA, rumaram em direção a capital com o objetivo de conquistá-la, já que sabiam que o seu domínio era um trunfo fundamental na corrida pela independência. O caso da Unita é particularmente especial, pois antes do apoio da África do Sul e do financiamento dos Estados Unidos convertido em material de guerra, o movimento de Jonas Savimbi era militarmente muito débil.

Com essas forças avançando concomitantemente pela porção setentrional e meridional do território, a situação do MPLA em Luanda poucos dias antes da independência era realmente dramática. A iminente queda foi evitada com a chegada maciça de contingentes cubanos e de material militar soviético, capazes de conter o avanço das tropas rivais, sobretudo as da coligação FNLA-Zaire, que mais se aproximaram da capital.

O alinhamento internacional dos movimentos repercutiu também ideologicamente em seus discursos de legitimação: o MPLA afirmava lutar contra os rivais “fantoques” do imperialismo, enquanto que tanto a FNLA quanto a Unita diziam lutar contra o representante do comunismo em Angola. A posição irreconciliável dos três movimentos levou a proclamação unilateral da independência feita pelo MPLA, o que por um lado concluiu oficialmente a transferência do poder político da autoridade portuguesa aos angolanos, mas por outro marcou o início da guerra civil. O MPLA passava a ter que administrar a ameaça da FNLA, da Unita e dos exércitos estrangeiros, vistos a partir de então como um sério risco para a segurança nacional.

Ademais, a continuação do conflito configurado no pós-independência pelo enfrentamento do Estado e das guerrilhas (FNLA-Unita) e a proclamação de independência paralela feita pela aliança de Jonas Savimbi e Holden Roberto, no Huambo, criaram não só um problema de consolidação política, mas também de legitimidade internacional.

Embora os acontecimentos não deixassem dúvidas sobre a divisão do nacionalismo angolano, o MPLA conseguiu sair vitorioso da disputa político-diplomática por um conjunto de fatores. O primeiro e mais evidente foi o domínio da capital. O segundo esteve relacionado à fragilidade da coligação FNLA-Unita que não conseguiu definir uma repartição conciliável do espaço político, culminando na dissolução da recém-proclamada república no Huambo após enfrentamentos armados entre os dois aliados, que estavam pressionados pelo avanço das FAPLA. O terceiro e último fator esteve ligado à condenação da OUA a invasão sul-africana em Angola. (TALI, 2001). Certamente um dos poucos temas de interesse comum dos Estados africanos, a luta contra o regime do apartheid, se reverteu em apoio ao MPLA.

Passando a atuar enquanto Estado, o MPLA estruturou o governo com Agostinho Neto na presidência e o primeiro gabinete formado, entre outros, pelo primeiro Ministro Lopo do Nascimento, os ministros José Eduardo dos Santos (Exterior), Henrique Teles Carreira (Defesa), David Aires Machado (Trabalho), João Filipe Martins (Informação), Carlos Rocha (Planejamento) e Nito Alves (Interior).

## **2.2 OS DESAFIOS DA JOVEM REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA**

Imediatamente após a declaração unilateral da independência em 11 de novembro de 1975, o novo Estado angolano, dirigido pelo MPLA, teve que lidar com a questão urgente da instabilidade político-militar, problema ligado diretamente ao conflito armado que se iniciara no início daquele ano. Como vimos, a partilha do espaço político planejada pelos Acordo do Alvor, em janeiro de 1975, foi, desde cedo, encarada pelos nacionalistas angolanos como uma mera formalidade diplomática.

Em fevereiro de 1976, segundo Vladimir Shubin (2008), a República Popular de Angola contava com o reconhecimento de 43 Estados, incluindo 23 africanos. Esse apoio internacional consolidava a posição do MPLA como gestor do Estado independente. Porém internamente, ainda se colocava o desafio da organização da estrutura administrativa, abalada pela partida de 95% dos colonos portugueses de Angola durante todo o ano de 1975. Apesar de representar aproximadamente apenas 5% da população, fazia parte desse contingente todo o pessoal qualificado responsável pela administração colonial e o MPLA, após mais de uma década de luta armada, não tinha nem qualitativa nem quantitativamente quadros para preencher o vazio resultante do êxodo português. Como ressalta Tony Hodges a respeito da herança colonial,

*uma característica do sistema colonial que viria a ter conseqüências de grande alcance na governação do período pós-independência foi o facto de todas as instituições modernas no período colonial serem geridas, esmagadoramente, por portugueses, aos níveis técnico e de gestão. Ao contrário das colônias britânicas e francesas, não houve nenhuma tentativa clara para formar e promover os africanos com vista a ocuparem posições cimeiras, o que reflectia, em parte, o lento ritmo de desenvolvimento do sistema educativo do período colonial. (HODGES, 2002, p.75)*

A combinação do início da guerra civil com a fuga dos portugueses afetou diretamente diversos setores da economia. A produção agrícola sofreu no imediato pós-independência uma acentuada queda, o que levou a bancarrota grande parte das empresas do setor, sobretudo as pequenas, colapsando todo o sistema de comércio rural. A insegurança nas áreas rurais provocada pela guerra, a partida dos fazendeiros e comerciantes portugueses e o grande deslocamento da população rural para as cidades criaram um cenário desfavorável que o governo, através da criação de empresas agrícolas estatais, não conseguiu reverter, ainda mais porque a aplicação do sistema de fixação de preços de produtos agrícolas acabou favorecendo as importações e os consumidores citadinos, em prejuízo dos produtores.

Apesar de a crise ter afetado diversos produtos, tal como o sisal, a cana de açúcar, o milho, o algodão e o tabaco, o caso do café foi um dos mais emblemáticos. Até 1973, este era o principal produto de exportação de Angola, que era o quarto maior

produtor mundial. Com a queda do sistema colonial, o declínio começou em 1975 com o abandono das fazendas da região noroeste, sobretudo do Uíge e do Cuanza-Sul, tanto pelos portugueses quanto pelos trabalhadores angolanos. Em 1976, a nacionalização das propriedades empreendida pelo Estado não foi capaz de restabelecer a produção. Ao contrário, com o alastramento da guerra as zonas de cultivo diminuíram, aprofundando ainda mais a crise cafeeira, de maneira que a produção nunca mais alcançou os níveis do período colonial.

No setor mineiro, a produção de minério de ferro, que constituía a quarta maior exportação da Angola colonial foi totalmente paralisada em 1975 e nunca mais foi retomada. A produção diamantífera também conheceu acentuada queda, também por conta da falta de quadros qualificados no imediato pós-independência e pela insegurança crescente que aumentou os custos da produção, principalmente devido à necessidade de utilizar meios de transporte aéreos, ao invés de terrestres, para a entrega de equipamentos e outros abastecimentos.

Outro problema grave que contribuía para a caótica situação da economia eram as precárias condições das infraestruturas disponíveis, como as linhas ferroviárias, as vias de comunicação, as pontes, as centrais elétricas e os sistemas hidroelétricos. A degradação era resultado do prolongado período de conflitos, iniciado com a luta de libertação e que continuava com a guerra civil, impedindo a recuperação ou a simples manutenção, assim como o investimento no desenvolvimento de novas infraestruturas.

A exceção ao quadro de estagnação e declínio da economia angolana é a indústria petrolífera. Pela via da nacionalização, o Estado criou a empresa estatal Sociedade Nacional de Combustíveis, a Sonangol. Concessionária exclusiva para pesquisa e exploração petrolíferas, a Sonangol se associou a parceiros estrangeiros que já produziam em Angola antes da independência, tal como a Cabinda Gulf Oil, Petrofina, Chevron e Texaco evitando o processo de ruptura produtiva que ocorrera em outros setores. Deste modo, foi capaz de manter o crescimento da produção notado desde o início da prospecção na década de 1950. Embora o Estado tenha ficado perigosamente dependente deste recurso, as enormes receitas obtidas dessa atividade foram fundamentais para arcar com as despesas do governo e financiar a custosa guerra civil, daí que a importância do petróleo em Angola não é puramente econômica. (HODGES, 2002)

De fato, o petróleo cumpriu um papel político-estratégico de estabilização do regime implantado pelo MPLA<sup>29</sup>. Mas que regime era esse? É necessário fazer uma avaliação da sua natureza política, pois embora o MPLA tivesse o apoio decisivo da aliança Cuba-URSS, a política do novo Estado angolano não se alinhava ideologicamente ao marxismo-leninismo, na altura da independência, como se poderia presumir diante do acordo de cooperação militar com o bloco socialista.

O MPLA deixara claro durante a luta de libertação e confirmara na Conferencia Inter-Regional de 1974 que seu projeto e identidade política era o nacionalismo. Com um discurso reivindicador da independência angolana, pretendia transformar a sociedade colonial e suas estruturas econômicas e sociais, programando a planificação da economia e o controle do Estado, discurso que dava aos seus adversários a oportunidade de rotulá-lo de “comunista”.

Na prática, para governar diante das condições conjunturais salientadas – com destaque para a falta de competências técnicas e administrativas – o MPLA teve que contar não só com os setores que o apoiara desde sua chegada a Luanda, em 1974, mas também teve que recorrer ao que restou dos setores da elite urbana beneficiada durante a colonização que durante o período de transição hostilizara o movimento.

O ingresso no aparelho do Estado desses quadros, indivíduos em grande parte brancos e mestiços, oriundos da pequena-burguesia urbana tornou-se importante para o MPLA consolidar seu projeto político, já que como ressalta Tali, a repressão do MPLA aos Comitês levou a desmobilização de uma parcela da juventude militante, o que implicou na diminuição da capacidade de atrair os setores populares. Essa nova configuração do MPLA urbano que aparecia com um contingente de novos membros sem qualquer ligação com a trajetória da luta de libertação formou “uma pequena burguesia burocrática da jovem República.” (TALI, 2001, p.171)

---

<sup>29</sup> O sociólogo José Maria Nunes Pereira utiliza a expressão “paradoxo angolano” para se referir a contradição que existia entre uma economia dependente do Ocidente, em contraste com a adoção de um modelo de Partido-Estado ligado ao campo socialista, e que em 1977 se assume oficialmente marxista-leninista. Uma economia estatizada, fortemente centralizada que convivia com um “enclave” capitalista. (PEREIRA, 1999, p.141-142)

## 2.3 A FORMAÇÃO DO GRUPO NITISTA

Inegavelmente, a identidade nacionalista do MPLA era uma posição política assumida pela maioria dos membros do MPLA. No entanto, como a grande parte dos movimentos de libertação, o MPLA era uma frente heterogênea, e oficiosamente comportava perspectivas ideológicas variadas. Em 1976 reaparece a disputa interna por maior influência no desenho das principais diretrizes políticas do movimento – que já existia desde 1975 - em que Nito Alves era o principal expoente do grupo marxista-leninista pró-soviético, idealizador de um socialismo científico<sup>30</sup>. A posição nitista competia com grupos mais ou menos distantes do marxismo-leninismo: os anti-marxistas; aquele composto por remanescentes dos comitês de extrema-esquerda ligados a um marxismo de tendência albanesa e o grupo dos mais antigos militantes e intelectuais do MPLA (entre eles Agostinho Neto e Lúcio Lara), adeptos de um socialismo aplicável à África sem filiação a um modelo teórico específico.

Essas diferenças apareceriam logo no início de 1976 por ocasião da formulação da Lei do Poder Popular. Na qualidade de Ministro da Administração Interna e integrante do Conselho da Revolução<sup>31</sup>, que assumia às vezes do legislativo naquela altura, Nito Alves dedicou boa parte de seus esforços ao desenvolvimento da lei que tratava sobre a participação política popular na vida do Estado, a chamada Lei do Poder Popular.

Entraram em confronto duas perspectivas distintas em relação à forma de estruturação do poder popular. Por um lado, Nito Alves almejava órgãos populares com autonomia política e com função de controle do funcionamento da administração, inspirado no modelo dos soviets. Por outro, Agostinho Neto pensava que os órgãos deviam exercer a função de mediadores entre a sociedade e o Estado. Embora a perspectiva centralizadora de Agostinho Neto tenha saído vitoriosa, isso não retirou a

---

<sup>30</sup> Uma boa definição para os nossos propósitos, ainda que rápida, do que seria o socialismo científico aparece no dicionário de política de Norberto Bobbio: o socialismo científico foi formulado por Marx e Engels, em oposição ao chamado socialismo “utópico” de Saint-Simon, Fourier e Owen. Baseia-se na análise “crítica e científica” do capitalismo, através de quatro conceitos centrais: “mais-valia”, “materialismo histórico”, “luta de classes” e “materialismo dialético” (BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora UNB/LGE, 2004, p. 1098)

<sup>31</sup> O Conselho da Revolução era o órgão supremo do poder do Estado.

capacidade de Nito Alves de atuar na gestão dos órgãos de base, o que ficou claro no texto da lei apresentada em fevereiro de 1976.

Em tese, a Lei do Poder Popular se aplicava a cada nível da administração. Angola dividia-se em províncias; as províncias dividiam-se em Concelhos e estes em Comunas Urbanas e Comunas Rurais; as Comunas Urbanas dividiam-se em Bairros e as Comunas Rurais em Povoações. Para cada unidade da administração do Estado, seria constituído um órgão popular correspondente, mas subordinado, o que garantia o controle das atividades pelo Estado: as Comissões Comunais (nas respectivas Comunas), as Comissões Municipais (nos respectivos Conselhos), as Comissões Provinciais (nas respectivas Províncias) e a Assembléia do Povo. Para o MPLA, através desses órgãos os habitantes mobilizados e organizados garantiriam “a defesa, consolidação e desenvolvimento das conquistas revolucionárias das massas populares, em especial dos operários e camponeses.” (Lei do Poder Popular, 1976) Embora o MPLA ainda não fosse um partido socialista, esse trecho da lei do Poder Popular não esconde o fato de que havia um viés socialista que foi sendo absorvido pelo movimento. A lei consolidava um discurso socialista que estava invadindo o MPLA.

O dirigente político responsável pela implementação dos órgãos populares foi justamente Nito Alves. Embora na prática a criação destes órgãos tenha ficado restrito a cidade de Luanda, permitiu que Nito Alves dominasse as estruturas de base, como as Comissões Populares de Bairro (CPB). Igualmente, tinha atuação influente no Departamento Nacional de Organização de Massas – o DOM Nacional. Pepetela afirma que o MPLA acabou posicionando Nito Alves em lugar privilegiado para a obtenção do apoio popular:

*Ele acabou, por um momento dado, porque era Ministro do Interior do primeiro governo [...] a administrar, a dirigir, todas as comissões populares de bairro [...] Todos os comícios do poder popular, é ele que fazia isso, porque ele era o Ministro do Interior. Nito começa a ter influencia no DOM antes da independência [...] Depois dele ser ministro é que ele fica com o aparelho nas mãos. (Entrevista de Marcelo Bittencourt com Pepetela, Luanda, 6 de fevereiro de 1995)*

Diante desses órgãos e, portanto, dos setores populares, Nito Alves gozava de um prestígio que remete ao período de transição, em 1975. Durante a mobilização e “conscientização política” a favor do MPLA no contexto de luta hegemônica contra os movimentos rivais, obteve grande popularidade junto às populações mais pobres, estabelecendo uma relação de fidelidade que permaneceu após a independência. Depois do 11 de novembro de 1975, o orador costumeiramente qualificado como talentoso e carismático, continuou obtendo adesão crescente, especialmente nos comícios realizados nos musseques. Segundo Maria da Conceição Neto, antiga militante do MPLA, Nito Alves sabia encontrar as palavras, tinha certa facilidade de expressão que atraía as pessoas:

*Nito Alves foi projetado como herói. Ele e outros. E tanto mais bonito ele falava, do ponto de vista do demagogo [...], misturando marxismo com guerrilha, melhor ficava. [...] E quando ainda por cima o guerrilheiro, em vez de ser só analfabeto, discursava, falava e produzia marxismo, isto atrai [muita] gente. (Entrevista de Marcelo Bittencourt com Maria da Conceição Neto, Luanda, 22 de fevereiro de 1995)*

O fato de ter sido guerrilheiro da 1ª Região o projetou como herói, o que conferia ao seu discurso uma legitimidade ainda maior. Nessa mesma perspectiva, Américo Gonçalves ressalta justamente que foi a resistência de Nito Alves durante a luta na 1ª Região que o tornou representante das populações mais pobres, especialmente dos jovens:

*Ele representa não só uma resistência a partir do interior, as portas de Luanda, mas como representa também uma juventude que resistiu, que passou fome. No fundo, ele representa toda a juventude do interior. [...] Nito estava isolado. A direção política do exterior em Brazzaville nunca foi ao seu encontro na 1ª Região. [...] E Nito Alves conseguiu resistir. [...] E isso para época dava uma certa glória. Tem uma oratória mobilizadora e está rodeado de bons quadros. (Entrevista de Marcelo Bittencourt com Américo Gonçalves, Luanda, 31 de janeiro de 1995)*



Nito Alves teve uma importante ajuda na mobilização dessa juventude: a de Sita Valles. Ela havia se destacado na militância política da União dos Estudantes Comunistas (UEC), ligada ao Partido Comunista Português (PCP) em Lisboa, contra o regime do Estado Novo. Levou para Angola tanto sua experiência organizativa quanto sua convicção ideológica marxista-leninista. Sita Valles chegou a Luanda em julho de 1975 e logo começou a trabalhar para o MPLA e particularmente para Nito Alves no esforço, como dito anteriormente, de coerção aos Comitês de extrema-esquerda, em especial os Comitês Amilcar Cabral (CAC). Após a independência, ficou encarregada pelo Comitê de Ação dos Intelectuais Revolucionários do DOM, que reunia professores, intelectuais e jovens estudantes secundaristas e universitários, o que garantiu a difusão das ideias nitistas no meio estudantil. Em entrevista a Marcelo Bittencourt, Tali realça a contribuição de Sita Valles ao grupo nitista:

*Ela traz [para Angola] o cunho ideológico. Habituada a luta clandestina em Portugal. Habituada a análises quentes no aparelho clandestino do PCP. Ela trás essa capacidade de organização. José Van-Dunem até que tinha certa experiência na luta clandestina, mas era muito incipiente, em relação com o que o PCP tinha em Portugal. Era uma verdadeira escola de clandestinidade. (Entrevista de Marcelo Bittencourt com Jean-Michel Mabeko Tali, Luanda, 21 e 27 de fevereiro de 1995)*

Além de Sita Valles e de outros antigos integrantes do PCP, o grupo nitista contava com pessoas influentes nas estruturas do MPLA e do Governo que foram conquistando posições estratégicas no plano militar e político. Do ponto de vista da sua composição, o grupo nitista tinha um núcleo formado por ex-combatentes da 1ª Região e militantes da clandestinidade, ou seja, por militantes do MPLA com um aspecto comum em suas trajetórias: ou na 1ª Região ou nas prisões coloniais, estiveram sempre distantes da direção do MPLA e, portanto, de seu enquadramento político. Maria da Conceição Neto destaca o setor em que os principais aliados de Nito Alves se concentraram:

*Há alguns sectores que os nitistas controlaram. [...] Um sector foi o Comissariado Político das FAPLA, praticamente todo o Comissariado [...] aderiu. [...] Imagina o que é um exercito revolucionário e o que desempenha o Comissário Político aí. Isto foi peça por peça em quase todos os sítios gente captada e de confiança dos nitistas. (Entrevista de Marcelo Bittencourt com Maria da Conceição Neto, Luanda, 22 de fevereiro de 1995)*

Quem estava à frente da direção do Estado-Maior Geral das Forças Armadas era um velho conhecido de Nito Alves: o Comandante João Jacob Caetano (o “Monstro Imortal”). O Comissariado Político das FAPLA foi dirigido por José Van-Dunem com a colaboração dos antigos combatentes da 1ª Região e membros do Comitê Central, os Comandantes Ernesto Eduardo Gomes da Silva (o “Bakaloff”) e Bernardo Ventura (o “Ho Chi Minh”). De fato, José Van-Dunem se transformou no braço direito de Nito Alves. Sua trajetória de luta começou em 1966, quando aderiu ao MPLA com apenas 17 anos. Entrou para a clandestinidade em 1969 após abandonar a Faculdade de Medicina. Ingressou no Exército colonial como furriel miliciano para desviar armamento para o MPLA, o que fez até ser preso pela PIDE em 1971. Ficou detido na cadeia de São Paulo, em Luanda, e posteriormente no Campo de São Nicolau, até o 25 de Abril de 1974. Após sua libertação, teve uma rápida ascensão política, entrando para o Comitê Central aos 24 anos e tornando-se, em seguida, Comissário Político do Estado Maior das FAPLA. (FIGUEIREDO, 2010). Nessa função, indicou militantes de sua confiança para integrar a direção da Organização de Defesa do Povo (ODP), um tipo de milícia popular.

No campo da informação, havia simpatizantes de Nito Alves no jornal *Diário de Luanda*, que proporcionava enorme espaço para os seus discursos, e nos programas de rádio do Estado-Maior Geral, *Povo em Armas* e *Kudibanguela*, transmitido pela Rádio Nacional (FAUVET, Paul, 1979, p. 93). A partir do controle do DOM exercido por Nito Alves e do trabalho de Sita Valles, foi possível tecer alianças com militantes da Juventude do MPLA (JMPLA) e da Organização da Mulher Angolana (OMA). Nito Alves tinha também como ministro da Administração Interna a prerrogativa de indicar pessoas de sua confiança para cargos na administração, particularmente o de Comissário Provincial. Na maioria das vezes, Agostinho Neto confirmava as indicações de Nito Alves, caso de Pedro Fortunato, que se tornou Comissário Provincial de Luanda. No

entanto, quando não conseguia nomear o Comissário Provincial, tentava indicar alguém que pudesse influenciar na política regional ao seu favor. Sobre isso, Maria da Conceição Neto, que viveu no Huambo em 1976, faz uma leitura condicionada pelos acontecimentos posteriores, ou seja, pelo golpe de Estado de 1977:

*Como o Nito era Ministro da Administração Interna, ele colocou em todas as províncias, [...] gente diretamente sua ou uma gente qualquer com pessoa sua ao lado. Foi o caso do Huambo. No Huambo colocou-se como primeiro governador um indivíduo originário daquela região, o Jaka [...] que eu conhecia como ativista de base, [...] mas ao lado dele foi colocado um senhor chamado Costa, da escola do Nito Alves [...], que era o cérebro, era um tipo extremamente trabalhador, manipulador de toda rede do nitismo no Huambo. (Entrevista de Marcelo Bittencourt com Maria da Conceição Neto, Luanda, 22 de fevereiro de 1995)*

Maria da Conceição Neto tende a enxergar a existência de uma rede nitista, como se Nito Alves estivesse premeditando o golpe de Estado que ocorreu em 1977 desde 1976, como se houvesse um plano preestabelecido e bem estruturado de ruptura. No entanto, nos parece mais acertado pensar que no quadro das disputas internas do movimento e do governo, Nito Alves, como em qualquer atividade política, foi estabelecendo alianças que levaram lentamente a constituição de um grupo ligado por trajetórias comuns e afinidades políticas, sem que isso significasse que desde o início houvesse um caminho sem volta em direção ao golpe.

## **2.4 O CENÁRIO DA CRISE**

No decorrer do ano de 1976, houve uma mudança gradual no foco da análise crítica de Nito Alves. Em um primeiro momento, seu discurso identificava o “inimigo” externo do imperialismo e de seus “aliados” internos, ou seja, a FNLA e a Unita, bem como os “traidores” das duas revoltas durante a luta de libertação.

Posteriormente, seu discurso começou a apontar para o próprio MPLA, por um lado denunciando as injustiças e as péssimas condições de vida que vivia a maioria da população angolana. Por outro, criticando a permanência dos privilégios do período colonial. Sua análise social desse curto período pós-independente apresentava uma avaliação que confundia classe com raça, sugerindo que a “luta de classes” em Angola era a luta entre os negros contra brancos/mestiços. São frequentemente atribuídas a Nito Alves a autoria de frases que serviam para falar de brancos e negros: “filho de cobra [colono branco], só podia ser cobra [colonialista]” ou “o racismo só acabará em Angola quando brancos e mestiços varrerem as ruas.” No entanto, diversos entrevistados afirmam que Nito Alves instrumentalizou o racismo, não fazendo um ataque generalizado, mas dirigindo suas críticas a chamada burguesia burocrática composta em sua maioria por indivíduos brancos e mestiços. Esse tipo de discurso racial não só tinha apelo nos setores populares (de maioria negra), como também atraía uma elite negra que buscava ascender nas fileiras do Movimento-Estado. Só desse modo é possível compreender a participação de mestiços e mesmo brancos no grupo de Nito Alves. Essa aliança foi resultado de uma convergência ideológica, em que o caso mais emblemático é o da jovem branca Sita Valles.

A mudança na análise crítica de Nito Alves coincidiu com a radicalização de sua concepção ideológica. Um acontecimento que parece ter sido marcante para que isso ocorresse foi à viagem que fez com José Van-Dunem a Moscou, como representantes angolanos do XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), no final de fevereiro de 1976. Em seu discurso, fez questão de reconhecer a ajuda soviética ao MPLA e a enfatizar que o movimento buscava criar as condições necessárias para se transformar em um partido socialista.

*Camaradas! A nossa vitória sobre o colonialismo português tornou-se possível graças à ajuda da União Soviética [...] Presentemente, em Angola, continua a luta pela libertação total e consolidação do país. [...] No plano político, a nossa tarefa premente consiste em reforçar o regime popular-democrático, a estrutura organizativa do Movimento e em criar condições para a transformação do MPLA em partido político, armado com a teoria científica-revolucionária. (Intervenção de Nito Alves no XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética. MILHAZES, 2009, p.186)*

Da URSS, Nito Alves levou para Angola as melhores impressões e a convicção de que o modelo revolucionário a ser seguido era rigorosamente o soviético. Isso ficou bastante evidente em seu discurso proferido na Câmara Municipal de Luanda, logo após seu regresso, quando falou do “milagre da URSS, fazendo também apologia da repressão da extrema-esquerda e do que restava da Revolta Ativa e criticando o Partido Comunista Chinês.” (Diário de Luanda, 23, 25 e 31 de Março de 1976 apud TALI, 2001, p.226)

Ainda em março, inicia-se o combate da direção do MPLA ao grupo nitista, já visto como uma ameaça. José Van-Dunem foi retirado do Estado-Maior das FAPLA para ocupar o cargo de Comissário Político da Frente Leste, longe de Luanda. Em seguida, Lúcio Lara, Secretário do Bureau Político, determinou a expulsão do MPLA de militantes que tinham pertencido a outras organizações políticas, o que atingiu diretamente membros do PCP e especialmente Sita Valles. Seu irmão, Edgar Valles, recorda que:

*A verdadeira razão de a terem expulso foi o protagonismo dos seus grupos de acção, que tinham adquirido grande projecção. Em termos organizativos, ela era muito boa. E, portanto, criou logo inimizades. Começaram a surgir clivagens. A deliberação [de Lara] não tinha pés nem cabeça. Montes de gente tinha sido do PCP. A única pessoa visada, com mais duas ou três, foi a minha irmã. (VALLES apud FIGUEIREDO, 2010, p. 81)*

Realmente a deliberação tinha alvos precisos, pois Agostinho Neto e o próprio Lucio Lara tinham, na década de 1950, militado no PCP. Do mesmo modo, foram poupados militantes de outras organizações portuguesas, como o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), o que reforça o carácter cirúrgico da exclusão.

Embora a saída de Sita Valles tenha sido bastante sentida, os nitistas tiveram uma vitória importante nas eleições para as Comissões Populares de Bairro (CPB) de Luanda, em maio. O comparecimento as urnas foi baixo, de apenas 10%, mas os contatos de José Van-Dunem da prisão de São Nicolau e os homens de Nito Alves do

Centro de Instrução Revolucionária (CIR) “Certeza”<sup>32</sup> foram suficientes para garantir várias CPBs favoráveis aos nitistas.<sup>33</sup>

No Comitê Central, Nito Alves começaria a ser acusado de ter precipitado as eleições, o que rendeu discussões até sobre a ilegitimidade do pleito. À medida que seu prestígio crescia, aumentava o desgaste entre os nitistas e os demais membros da cúpula do MPLA. A polícia política, a Direção de Informação e Segurança de Angola (DISA), a esta altura já estava investigando e combatendo as supostas atividades clandestinas. Reuniões feitas na casa de Sita Valles eram vigiadas. Nos bairros populares do Sambizanga e Rangel, em Luanda, redutos tradicionais de influência nitista, as incursões da DISA se tornaram frequentes.

A 3ª Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA, em outubro, marcou o início do conflito aberto e modificou definitivamente a relação de forças entre nitistas e a direção política do MPLA. O documento oficial publicado apresentava as resoluções tomadas a respeito dos temas que foram discutidos, relacionados a questões ideológicas, questões de orientação política (econômica, social, internacional) e questões de organização do movimento, dos órgãos de massa e das FAPLA. (Documentos da 3ª Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA. Luanda, 23 a 29 de Outubro de 1976. Edição do Secretariado do Bureau Político)

No entanto, não há menção direta sobre o acontecimento capital nesta cimeira: a acusação formal contra Nito Alves e José Van-Dunem, baseada nas investigações realizadas pela DISA, de “fraccionismo”. Essa expressão, que fazia parte do léxico dos Partidos Comunistas da 3ª Internacional, referia-se a idéia de desvio interno de um grupo da linha política seguida. Embora esses partidos previssem, primeiramente, a crítica e correção e só depois a acusação e repressão, no MPLA a primeira etapa foi pulada. A decisão do Comitê Central, determinando o afastamento das funções de Nito Alves e José Van-Dunem, decretava o fim de qualquer chance de uma solução negociada.

Foi formada uma comissão de inquérito, sob a presidência de José Eduardo dos Santos, membro do Bureau Político, – que posteriormente, cerca de dois anos mais

---

<sup>32</sup> Este era o CIR da 1ª Região, que existia em Luanda desde 1974, zona de influência de Nito Alves e José Van-Dunem, a partir de então. Foram formados muitos quadros que depois integraram o DOM.

<sup>33</sup> Cf. FAUVET, Paul. Angola: The rise and fall of Nito Alves. *Review of Africa Political Economy*, n.14, Jan-Apr. 1979, p. 93.

tarde, ocuparia a presidência da República, cargo que exerce desde então – para comprovar, em até seis meses, a veracidade das acusações de “fraccionismo” no MPLA. No entanto, o Comitê Central não esperou esse prazo para iniciar a limpeza, para usarmos aqui a expressão corriqueiramente repetida a época, das influencias nitistas.

A começar pelo próprio Nito Alves, que foi não só retirado do cargo de Ministro da Administração Interna, como o próprio ministério foi extinto. Essa mudança cumpria um papel significativo: devolver o controle dos órgãos de massa para a direção do MPLA, retirando a chance de no futuro o controle ser personificado novamente. Pensando também no controle da informação, o Comitê Central decidiu intervir nos órgãos de imprensa considerados pró-nitistas. O jornal *Diário de Luanda* foi fechado e o programa radiofônico *Kudibanguela* encerrado. Em relação ao programa *Povo em Armas*, do Estado-Maior Geral, a resolução sobre as FAPLA é clara:

*reestruturar o programa [...] e que se proceda a substituição dos seus responsáveis [assim como] inquirir sobre a conduta política e moral dos que são acusado de desvio de orientação e propaganda desagregadora, e que contra eles sejam tomadas as medidas julgadas necessárias. (2ª Resolução sobre as FAPLA . Documentos da 3ª Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA. Luanda, 23 a 29 de Outubro de 1976. Edição do Secretariado do Bureau Político).*

Ao mesmo tempo em que a direção iniciava o trabalho de desmontagem da rede nitista, retirando todos os seus instrumentos de comunicação, chamava, em outra resolução do Comitê Central, a atenção dos militantes para que eles agissem contra o que chamavam de “correntes desagregadoras”:

*Tendo considerado a acção perniciosa de sectores ligados a reacção interna e externa, e grupos esquerdistas que tentam, alimentando correntes desagregadoras e utilizando o nome de Dirigentes, provocar a confusão ideológica, perturbar a coesão das estruturas do Movimento e dividir os militantes, decide [...] condenar energicamente esses actos; [...] exortar os Militantes do MPLA para que, sob a direcção incontestável do camarada Presidente, combatam o divisionismo, o sectarismo e o oportunismo [...]*

*sancionar com firmeza todos os membros do MPLA que contribuam para a divulgação de notícias tendenciosas que atentem contra a unidade no seio do MPLA. (Resolução sobre a unidade no seio do MPLA. Documentos da 3ª Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA. Luanda, 23 a 29 de Outubro de 1976. Edição do Secretariado do Bureau Político).*

A resolução tem uma expressão bastante apropriada: “unidade no seio do MPLA”. Era, de fato, um apelo a vigilância dos militantes, à unidade do MPLA e uma reafirmação de que a liderança de Agostinho Neto não podia ser posta em dúvida. De resto, era também um recado aos nitistas.

Apesar das duras “medidas preventivas” tomadas contra Nito Alves e José Van-Dúnem, ambos permaneceram como membros do Comitê Central, à espera da conclusão da comissão de inquérito, o que significava que a ruptura ainda não estava consolidada. As investigações correram em sigilo, o que manteve o conflito já declarado restrito aos níveis da direção.

Não são poucos os relatos<sup>34</sup> que afirmam que Agostinho Neto tentou, até o fim, “recuperar” Nito Alves, o jovem que ele mesmo havia, politicamente, apadrinhado e realmente alavancado. Teria sido o peso da decisão do presidente que impedira a expulsão do Comitê Central de Nito Alves e José Van-Dunem já em outubro, desejo de alguns dirigentes da cúpula do MPLA. De acordo com Tali (2001, p.215), houve logo após a 3ª plenária um encontro demorado entre Agostinho Neto e uma delegação chefiada por Nito Alves e João Jacob Caetano, mas do que se pode inferir dos acontecimentos posteriores, o encontro não teve qualquer efeito.

Nos meses seguintes houve a intensificação das atividades nitistas. Nos musseques, o prestígio de Nito Alves era inabalável. O discurso racista e as críticas à corrupção tinham uma ótima receptividade para uma população que vivia em uma situação de extrema precariedade.

---

<sup>34</sup> Essa ideia está contida nas entrevistas feitas por Marcelo Bittencourt com Pepetela, Benigno Vieira Lopes (Ingo) e Maria da Conceição Neto.



## 2.5 “AS 13 TESES EM MINHA DEFESA”

Esse foi o título do famoso documento escrito por Nito Alves em fevereiro de 1977. Longe de ser uma retratação, o texto apresentava um conjunto de acusações distribuídas em mais de 150 páginas e divididas em “teses”. Para Nito Alves, suas “teses” eram a materialização do direito que ele julgava ter ao dissenso, que em particular, estava legalmente fundamentado no artigo 14º da Lei de Disciplina do MPLA<sup>35</sup> e, em geral, se referia ao centralismo democrático<sup>36</sup> de alguns partidos marxistas-leninistas. A introdução já dava fortes indícios de que o texto a seguir teria um conteúdo agressivo:

*Comité Central não pode permitir que eu permaneça, diante dos meus acusadores, com as mãos abusiva e agressivamente amarradas sobre as minhas costas vergastadas e o meu corpo preso e atado a mil cordas e mil nós a um poste de suplício e martírio, onde a reacção interna exhibe e rema o seu chicote contra-revolucionário. Nesta peça de defesa responderei aos meus adversários, ‘dente por dente, olho por olho’. É chegado o tempo de se pôr fim às torturas políticas e morais de que sou alvo há dois anos a esta parte. E transformarei a cavilosa acusação de que tenho sido vítima irreal num verdadeiro libelo acusatório.* (BAPTISTA, 1977. Disponível em: <http://27maio.com/artigos/13-teses/>. Acessado em: 12/02/2012)

Dirigindo o texto ao presidente Agostinho Neto, ao Comitê Central e a Comissão de Inquérito, Nito Alves afirmou que tentou, em vão, diversas vezes depor perante a Comissão. Não obtendo resposta, resolveu fazer sua defesa através das 13 teses, que se tornaram seu testamento político. A ideia principal do texto é a de que o “fraccionismo” não era feito e liderado por ele, Nito Alves, mas sim por boa parte dos dirigentes do MPLA:

---

<sup>35</sup> Direito que assiste a todo o militante de se defender de qualquer acusação.

<sup>36</sup> Sistema de organização que previa a discussão interna e mesmo o estabelecimento de posições divergentes.

*A existência real, viva, visível e palpável da única fracção que realmente está a minar a unidade revolucionária [...] no seio do MPLA [...] Lénine deu o nome de revisão do marxismo, cujas componentes, no mundo contemporâneo, são a direita anti-comunista e o maoísmo.* (BAPTISTA, 1977. Disponível em: <http://27maio.com/artigos/13-teses/>. Acessado em: 12/02/2012)

A acusação central era de que o MPLA se afastava de uma revolução marxista-leninista. Citando incansavelmente Lênin e outros teóricos do marxismo, como que para lhe conferir mais credibilidade, Nito Alves não escondia o principal culpado do “desvio”: tratava-se de Lúcio Lara. Os adjetivos com os quais o Secretário do Bureau Político era qualificado eram, por vezes, contraditórios, variando desde maoísta a social-democrata.

Segundo Nito Alves, havia um complô “montado, dinamizado e impulsionado” por Lúcio Lara e outros membros do Comitê Central, com o apoio da DISA e dos órgãos de comunicação ligados ao MPLA, o *Jornal de Angola*, a *Rádio Nacional e a Televisão Pública de Angola* (TPA). Defensor de um marxismo-leninismo extremado, Nito Alves condenava veementemente a “santa aliança” entre a social-democracia e o maoísmo, que se traduzia na ascensão da pequena e média burguesia no MPLA, em prejuízo do “povo”, das “massas” ou outros termos que se referiam a população que, segundo Nito Alves, deveria ser a “classe dirigente”.

O “revisionismo” em curso, lamentava Nito Alves, colocava em séria ameaça o que era mais caro para ele: o desenvolvimento do poder popular. Chegou mesmo a afirmar que o sucesso da “revolução angolana” dependia da capacidade do MPLA de “enquadrar, orientar, dirigir e controlar um amplo movimento de massas em termos do Poder Popular”. E concluiu dizendo que caso contrário, era “evidente que este processo não irá longe.” (BAPTISTA, 1977. Disponível em: <http://27maio.com/artigos/13-teses/>. Acessado em: 12/02/2012)

É notável o fato de que Nito Alves tenha enumerado, tal como as duas dissidências anteriores, os problemas do MPLA: o “sectarismo”, o “dirigismo”, o “paternalismo” e o “elitismo”. Em apenas cinco anos, era a terceira crise interna que apontava os mesmo problemas. Embora Nito Alves não nutrisse nenhuma simpatia

pelos “traidores”, como costumava se referir, suas queixas se assemelhavam as feitas principalmente pelos integrantes da Revolta Ativa, especialmente no que diz respeito às críticas ao funcionamento das estruturas do MPLA.

A diferença fundamental entre as três dissidências era que Nito Alves isentava Agostinho Neto de qualquer culpa. De qualquer modo, ao não poupar os principais membros do MPLA, “as 13 teses” já pareciam adiantar o que aconteceria depois.

Em maio de 1977, a Comissão de Inquérito concluiu os trabalhos de investigação sobre o “fraccionismo” nitista. No dia 21 daquele mês, o Comitê Central se reuniu para avaliar o relatório da Comissão que constatou “a existência, de facto, do fraccionismo” que “apresentando-se com uma capa aparentemente revolucionária visa[va] realmente dividir o MPLA.” Constatada a atividade “fraccionista”, o Comitê Central decidiu afastar dois de seus membros: Nito Alves e José Van-Dunem. (Resolução do Comitê Central – 21 de Maio. Boletim do Militante, nº 3, 27 de Junho de 1977, p.4)

Logo depois do encerramento da reunião, Agostinho Neto presidiu um grande comício no estádio da Cidadela, em Luanda, acompanhado de seus mais fiéis seguidores. Anunciou a decisão do Comitê Central e defendeu os membros que foram atacados por Nito Alves, particularmente Lúcio Lara. Agostinho Neto também chamou os militantes para uma “caçada” aos nitistas: “Peço aos camaradas, activistas do Movimento, membros dos Comitês e Grupos de Acção que, de acordo com as decisões tomadas, façam um combate verdadeiro e sério contra todos os fraccionistas que encontrem pelo caminho.” (Comunicado do Bureau Político. Boletim do Militante, nº 3, 27 de Junho de 1977, p.6)

Alguns protestos contra a decisão do Comitê Central foram reprimidos ainda dentro do estádio. Segundo José Reis, estudante de medicina e amigo de Sita Valles, foram presas “pessoas que se manifestaram no recinto, que puseram a mão no ar, porque também queriam falar, fazer perguntas sobre a decisão. A partir desse dia, quase deixei de dormir. A pressão era enorme.” (REIS *apud* FIGUEIREDO, 2010, p.142)

Se já existia um ambiente de hostilidade contra os nitistas, os acontecimentos do dia 21 de maio só viriam a piorá-lo. Na imprensa, os editoriais do *Jornal de Angola* dos dias 24, 25, 26 e 27, escritos por Costa Andrade, desafeto de Nito Alves, saldavam

Agostinho Neto e propalavam palavras de ordem como “liquidar o fraccionismo” e “o fraccionismo não passará”. Páginas inteiras foram dedicadas a mensagens de apoio a Agostinho Neto, provenientes de todo o país. O jornal oficial cumpria assim o papel de divulgador da mensagem do MPLA. (FIGUEIREDO, 2010, p.146)

No dia 26 de maio, o Comitê Central se reuniu novamente para discutir sobre o “fraccionismo”. Como resultado do encontro, foi publicado uma longa declaração do Bureau Político que fazia sua análise da nova crise. Os nitistas são apresentados como “grupelhos de ambiciosos e oportunistas, procurando contestar, sob pretextos diversos, a orientação dos organismos dirigentes, falsificar o conteúdo da linha política do MPLA e lutar pela hegemonia e pelo controlo de toda a organização.” (Comunicado do Bureau Político. Boletim do Militante, nº 3, 27 de junho de 1977, p.5) As graves acusações feitas pela direção do MPLA aceleraram ainda mais o processo de ruptura. A primeira grande crise interna do MPLA como Movimento-Estado terminaria em tragédia.

## **2.6 A TENTATIVA DE GOLPE DE 27 DE MAIO DE 1977**

*Luanda, madrugada do dia 27*

As primeiras horas da sexta-feira, dia 27 de maio, já anunciavam circunstâncias atípicas, mesmo para a cidade de Luanda, onde os tiros já faziam parte do cotidiano. Henrique Teles Carreira, Ministro da Defesa naquela altura, recorda que “a grande confusão” começou exatamente a meia-noite no bairro do Sambizanga:

*Os membros dos piquetes de informação previamente formados e alguns militares desenhados começaram a pedir à população do Sambila para se manifestar junto ao Palácio por um melhor nível de vida, por uma maior presença nos órgãos de governação de gente mais humilde e não de brancos e mestiços. [...] As horas foram passando e a movimentação foi sempre subestimada. Ela só foi considerada quando um dos carros patrulha [da Polícia] foi tomado pelos golpistas. (CARREIRA, 1996, p. 148)*

Em seu relato, Afonso Dias da Silva que estava na casa de Paulo Teixeira Jorge, Ministro das Relações Exteriores entre 1976 e 1984, aponta outro ponto da cidade onde tiros podiam ser ouvidos:

*A meia noite e cinco minutos começamos a ouvir os primeiros tiros. O Paulo até disse isso 'deve ser brincadeira' [...], mas a coisa ia aumentando de tom. Aí foi quando eu disse que ia me retirar, porque a coisa podia ser perigosa e alastrar para toda a cidade. [...] O tiroteio era na zona dos quartéis, naquelas imediações [...] por aí, era naqueles quartéis que quem sai do aeroporto, vira a direita, naquela grande avenida, naquela grande cintura, tem quartéis ali a direita e a esquerda e era daí que saía o tiro, o tiroteio. (Entrevista de Marcelo Bittencourt com Afonso Dias da Silva, Rio de Janeiro, 8, 13 e 14 de março de 1996)*

A zona dos quartéis era a região onde ficava justamente a Companhia de Reconhecimento e Blindados da 9ª Brigada das FAPLA. Essa unidade de elite contava com aproximadamente 600 homens que se destacaram como braço armado das ações nitistas. O cruzamento das informações indica que a saída dos militares ocorreu ainda de madrugada, entre as 4 e 5 horas. Miguel Francisco “Michel”, integrante da 9ª Brigada, conta o que Guerra, seu colega militar, lhe disse na manhã daquele dia:

*A noite apareceram lá muitos chefes: Karrapaz, o Zeca, Ndongo, o Antonio Lourenço e mais outros chefes de outros quartéis. Mandaram-nos formar de madrugada, deram-nos instruções, organizaram-nos em grupos e depois ordenaram-nos para cumprirmos com disciplina todas as ordens que os chefes baixarem. O Comissário Karrapaz [...] disse que era uma missão muito importante para os angolanos e por isso era preciso apoiar a manifestação do povo. E, assim, saímos com os blindados. (FRANCISCO, 2007, p. 36)*

## *Ataque a Cadeia de São Paulo e a Casa de Reclusão*

A Cadeia de São Paulo, tal como a Casa de Reclusão Militar, foram no período colonial locais de detenção, por excelência, dos presos políticos da PIDE. Foram alvos dos ataques realizados em 4 de fevereiro de 1961, marco fundador da luta de libertação nacional. Após a independência, a DISA reatualizou o papel de prisão política da Cadeia de São Paulo e da Casa de Reclusão. A partir de então, tornaram-se locais de detenção dos integrantes das dissidências do Movimento-Estado, incluindo muitos nitistas. Por isso mesmo, as prisões foram alvo dos ataques.

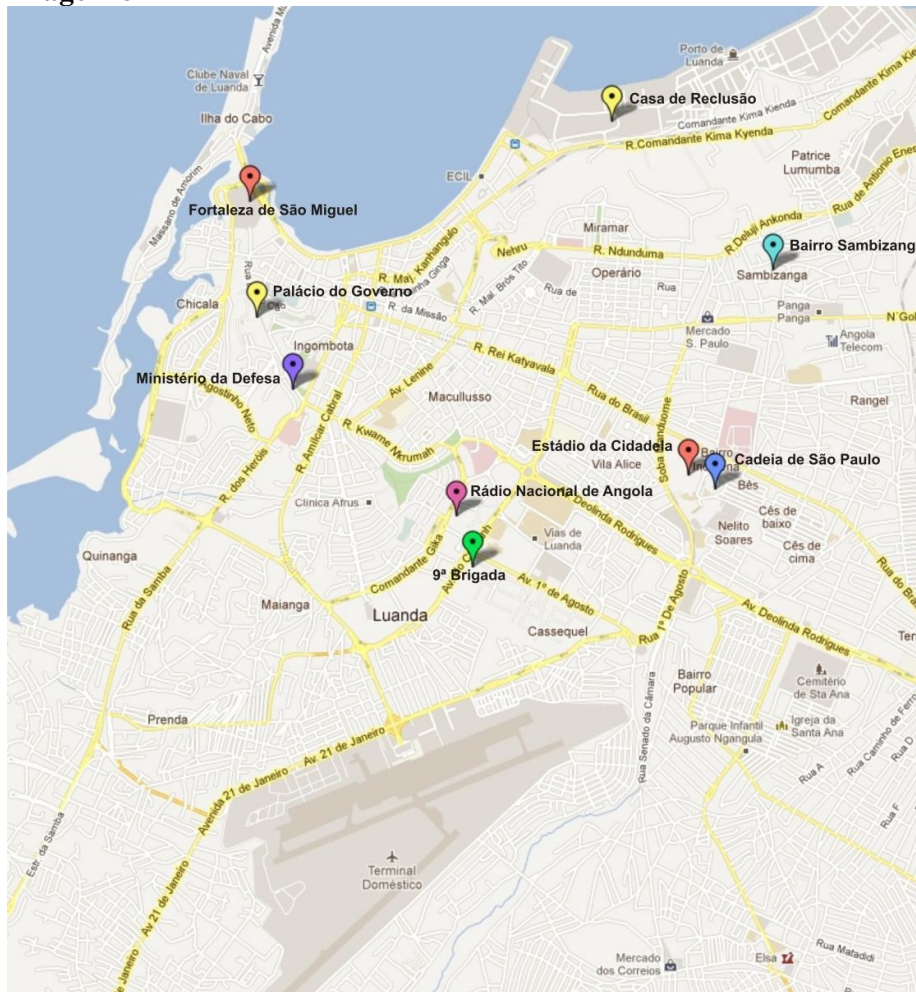
De posse de um blindado soviético BRDM2, o destacamento feminino da 9ª Brigada, liderado pela Comandante Elvira da Conceição (Virinha) e pela Comissária política Fernanda Delfim (Nandy), foi o responsável pelo ataque a Cadeia de São Paulo. Américo Cardoso Botelho, que já estava preso na Cadeia de São Paulo antes do 27 de maio, recorda esta noite:

*A madrugada rompeu sob o ímpeto das rajadas de metralhadoras, de dentro para fora, de fora para dentro, em todas as direcções. [...] Os muros que cercavam a prisão ameaçavam ruir, as telhas desfaziam-se quando atingidas pelos projecteis [...] Foram quatro horas de combate intenso. [...] Um tanque tinha devassado a entrada, a força atacante parecia levar a melhor. [...] Princípios a ouvir aquele som que sempre denunciava a abertura das celas. [...] Assim que abriram a porta da minha cela, saí, para tentar perceber melhor o que se passava, e encontrei logo o Dr. Videira: ‘é um golpe nitista’, explicou-me”. (BOTELHO, 2008, p. 86)*

Nos confrontos que aí se sucederam, houve, evidentemente, mortes de ambos os lados. Ainda hoje persistem inúmeras controvérsias, particularmente em torno da morte de Hélder Neto, responsável pela cadeia e pelo Departamento de Informação e Análise (DIA-DISA). Enquanto a direção do MPLA defende que ele teria sido assassinado, o que corresponde melhor à ideia de que foi mais um “tombado heroicamente” pelos “assassinos nitistas”, uma outra versão sugere que ele se suicidou para não ser capturado

com vida pelos nitistas<sup>37</sup>. De qualquer modo, o importante é que o assalto à cadeia colocou em liberdade elementos ligados aos nitistas, como por exemplo Pedro Santos, membro do Conselho da Revolução e Comissário Político e Galiano da Silva, membro do Comissariado Político das FAPLA.

**Imagem 8**



<sup>37</sup> A versão do suicídio de Helder Neto é defendida por João Eurico Kandanda, elemento das FAPLA e da DISA, que estava na Cadeia de São Paulo no momento do ataque. Segundo ele, “quando o Comandante Hélder Neto viu que a situação estava descontrolada chamou-me e disse: ‘Meus camaradas, estes bandidos, racistas e contra-revolucionários não vão me apanhar vivo’. Pegou na arma e deu-se um tiro na cabeça. Portanto, ele não foi morto pelos homens do 27 de maio”. (TONET. Matei o comandante Nito Alves. *Jornal Folha* 8, 26 de maio de 2001, p.6). Américo Cardoso Botelho (2007) e Leonor Figueiredo (2010) também defendem esta versão.

## *Manhã do dia 27*

*Às seis horas da manhã, sensivelmente, como de hábito, acordo, ligo meu pequeno rádio e oiço: ‘Kudibanguela! Weia, weia! ...’ (FRANCISCO, 2007, p. 35)*

## *A luta travada nas ondas da Rádio*

O dia ainda guardava surpresas. O programa radiofônico *Kudibanguela*, transmitido pela Rádio Nacional, voltara naquela manhã, em tom de desafio. Tomada entre às 6 e às 8 horas, com o apoio de militares da 9ª brigada, a transmissão seguia com músicas cantadas em Kimbundo (língua do centro-norte de Angola) que se alternavam com pronunciamentos. O primeiro deles pedia o fim da repressão policial da DISA e a libertação dos presos. Em outro comunicado, mais direto, o locutor, que se intitulava integrante de um “Comitê de Ação do MPLA – Unidade FAPLA-Povo”, informava aos ouvintes que a emissora fora tomada e que os “camaradas revolucionários, injustamente acusados de traição e de fraccionismo, haviam sido libertados por faplas e pelo povo”. Continuou dizendo que “um novo processo revolucionário marxista-leninista se iniciara, que ministros corruptos estavam presos, e que o conluio dos sociais-democratas e maoístas havia chegado ao fim”. (AFLALO. Sou jornalista, não atirei em ninguém! Revista *Isto é*, 8 de junho de 1977, p. 21)

A partir de então, os comunicados passaram a fazer apelos à população. Primeiro convocou-se uma reunião popular em frente ao Palácio do Governo, mas, ao que tudo indica, foi frustrada por militares. O lugar da manifestação teria, assim, mudado para frente da própria Rádio Nacional, para evitar, segundo o próprio locutor, um confronto com as “forças governamentais”. Rapidamente centenas de pessoas ali se aglomeraram. Do lado de dentro, seguia-se a alternância entre músicas e os discursos improvisados, que identificavam Nito Alves como o “dirigente” do que era qualificado como



“insurreição popular”. (CABRITA. A Revolução Perdida de Sita Valles. Revista *Expresso*, 25 de janeiro de 1992)

O sol já estava alto quando o jogo de forças inverteu-se a favor das tropas leais ao presidente Agostinho Neto. No momento em que um “pioneiro” (jovem militante do MPLA) falava ao microfone, invocando o poder popular e enaltecendo a figura de Nito Alves, instalou-se uma grande confusão. A transmissão foi cortada, mas voltou em seguida. Ouviu-se discussão e vozes, que em castelhano, ordenavam a interrupção daqueles pronunciamentos. Os cubanos haviam se posicionado ao lado de Agostinho Neto e em conjunto com tropas do MPLA, comandadas por Henrique Santos (Onambwé) e Delfim Castro, ambos membros da DISA, retomaram a Rádio Nacional de Angola. Foi o cubano Rafael Moracén Limonta, assessor da unidade especial do Presidente Agostinho Neto, que naquela confusão avisou: “Al pueblo de Angola e al camarada presidente Neto se declara [...] que a Radio Nacional de Angola se encuentra em manos revolucionarias, que se encuentra aqui um montón de cuadros confundidos”. (AFLALO. Sou jornalista, não atirei em ninguém! Revista *Isto é*, 8 de junho de 1977, p. 21). Do lado de fora, os militares agiram violentamente disparando tiros contra a multidão e a concentração foi, assim, dispersada.

### *Tarde do dia 27*

*As ruas continuam desertas [...] e algumas pombas catam migalhas nas calçadas da praça. Uma mulher com seu bebê às costas passa calmamente entre algumas crianças.* (AFLALO. Sou jornalista, não atirei em ninguém! Revista *Isto é*, 8 de junho de 1977, p. 22)

A aparente calma observada nas ruas contrastou com as ações repressivas que se iniciaram em pontos específicos, como no quartel da 9ª Brigada e no bairro do Sambizanga. Por volta das 14 horas o presidente Agostinho Neto informava, através da televisão, ainda em tom moderado, que membros da direção política e das forças armadas tinham tentado pela força das armas manifestar o seu descontentamento pelas sanções disciplinares que lhes tinham sido aplicadas pelo Comitê Central do MPLA.

Apelando para o diálogo, disse que “eles foram expulsos e, na minha opinião, foram muito bem expulsos do Comité Central. E terão de fazer um grande trabalho de reabilitação para poderem regressar às fileiras do Movimento como dirigentes” (NETO *apud* TALI, 2001, p.183)

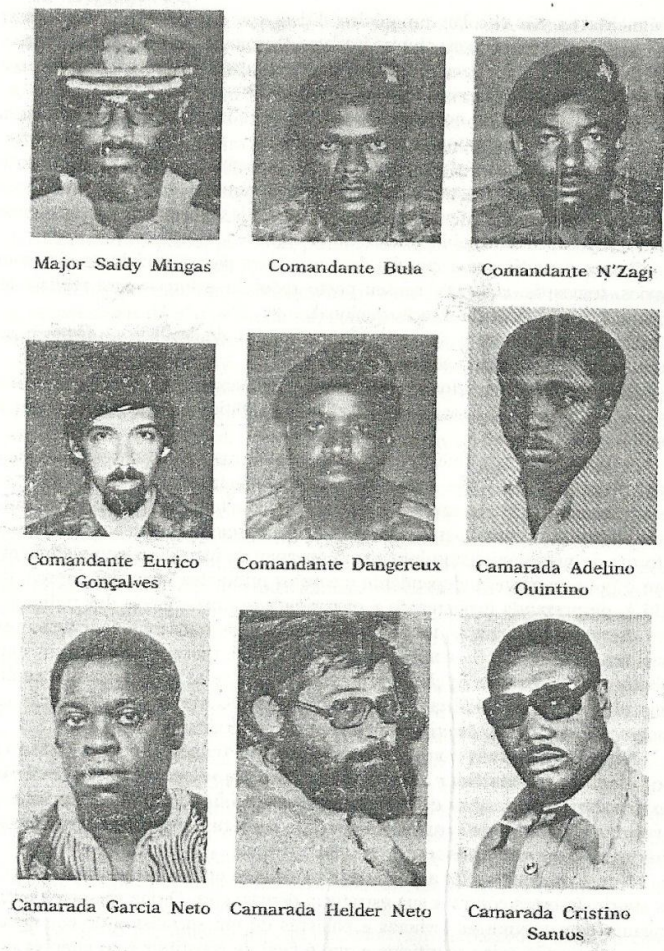
Américo Cardoso Botelho lembra que “a tarde ia pela sua metade”, quando um grupo de aproximadamente 25 cubanos chegou a Cadeia de São Paulo para “reeditar a antiga ordem”. Nesta altura, o quartel da 9ª Brigada também já havia sido ocupado pelos cubanos. Lá estiveram detidos pelos nitistas, dirigentes políticos e comandantes militares que, diante da virada da situação, teriam sido deslocados para o Sambizanga, reduto no qual Nito Alves gozava de grande prestígio. Exatamente por isso, um grande cerco a região foi montado. Às 17 horas todos os seus acessos estavam bloqueados. José Maria da Costa, morador do Sambizanga, conta que:

*Foi por essa altura que a tenebrosa DISA começou a entrar para o interior das casas, para ‘apanhar’ jovens intelectuais, artistas, desportistas e homens de pequenos negócios [...] Não davam explicações nenhuma aos pais dos jovens que, uma vez aprisionados, eram conduzidos por cerca de 30 a 40 militares, escoltados por blindados. Eram amarrados e espancados, o que originou a morte de muitos, ainda a caminho do local das execuções. (MARIA. Múncipes do Sambila recordam o “27 de Maio”: DISA massacró milhares.... Jornal Folha 8, 26 de maio de 1998, p. 6)*

O toque de recolher foi anunciado pela Rádio Nacional entre às 17 horas e às 6 horas da manhã do dia seguinte. Às 18 horas Agostinho Neto fez uma segunda intervenção televisiva tornando pública a informação de que altos dirigentes, civis e militares, haviam sido capturados pelos nitistas. O comedimento havia desaparecido, cedendo lugar a um discurso agressivo, que já sugeria o tom da repressão. Neto afirma que, “não haverá para aqueles que se introduziram numa luta contra o MPLA qualquer espécie de contemplação, qualquer espécie de perdão. [...] Não há mais tolerância. Nós vamos proceder de uma maneira firme, e dura”. (Boletim do Militante, nº 3, 27 de junho de 1977, p.9)

No dia seguinte a crise que se instalou em Luanda, foram encontrados dentro de veículos os corpos queimados dos dirigentes do MPLA que haviam desaparecido: Eugénio Veríssimo da Costa (Nzaji), membro do Comitê Central do MPLA, do Estado Maior-Geral das FAPLA e do Conselho da Revolução; Paulo da Silva Mungungu (Dangereux), membro do Comitê Central do MPLA, do Estado Maior-Geral das FAPLA e do Conselho da Revolução; Major Saydi Vieira Dias Mingas, membro do Comitê Central do MPLA, Ministro das Finanças e membro do Conselho da Revolução; Comandante Eurico Manuel Correia Gonçalves, membro do Estado Maior-Geral das FAPLA e do Conselho da Revolução; Comandante José Manuel Paiva (Bula), membro do Estado Maior-Geral das FAPLA e do Conselho da Revolução.

**Imagem 9**



Fonte: FRAGOSO, 2009, p. 139.

As mortes dos dirigentes foram o destaque da terceira comunicação feita por Agostinho Neto ao país. Como uma resposta aos “crimes” cometidos pelos nitistas, a declaração faz uma avaliação bastante sintomática do tipo de repressão que seria realizada:

*Diante destes factos, diante de crimes que foram perpetrados friamente (tendo os camaradas sido mortos, provavelmente, a tiro e depois queimados, os seus corpos foram encontrados carbonizados em viaturas) diante de crimes que nos lembram o fascismo, que nos lembram os crimes da acção da FNLA, aqui em Angola, nós não podemos deixar de fazer algumas considerações. E, é só no sentido de dizer que, em primeiro lugar, os esquerdistas, os radicalistas, os ultrarevolucionários, utilizam quase sempre os mesmos métodos que os reaccionários. Não há diferença. E, nós estamos convencidos que a única maneira de combater esta onda que apareceu em Luanda, é fazer com que, esses indivíduos que hoje desapareceram e, certamente estão aqui em Luanda, sejam encontrados e sejam, depois, entregues a justiça. Alguns daqueles que participaram neste crime já estão presos. Dentro de pouco tempo, nós diremos qual será o destino que será reservado a esses indivíduos. Certamente, não vamos perder muito tempo, com julgamentos. Nós vamos ditar uma sentença. Não vamos utilizar o processo habitual, que não seria justo, quando de uma maneira tão evidentemente fascista elementos se comportam, aqui, como defensores da Revolução. Não pode ser. Seremos o mais breve possível, para podermos resolver esses problemas e, vamos tomar decisões segundo a lei revolucionária. (3ª Comunicação: É preciso que os assassinos paguem pelos crimes praticados. Boletim do Militante, nº 3, 27 de junho de 1977, p.9)*

O pronunciamento do principal líder do MPLA dispensando a justiça regular em detrimento de uma solução dita “revolucionária” funcionou como um aval ao início de uma repressão violentíssima, sem precedentes na história recente de Angola e que não tardou a começar, como vimos através do relato do morador do bairro do Sambizanga, José Maria da Costa. A propaganda jornalística reproduzia a mensagem de Agostinho Neto com as seguintes mensagens:



Imagem 10

*É preciso agarrar*  
**JÁ**  
*estes assassinos*  
**Não haverá perdão para os traidores**



Nito Alves José Van-Dúnem Bakalof Cita Vales

**O "ESTADO MAIOR"  
DOS GOLPISTAS**



1 Nito Alves 2 Zé Van-Dúnem  
3 Ministro Imortal 4 Bakalof 5 Aires Machado (Minerva) 6 Pedro Fortunato  
7 Betinho 8 N'Zamba 9 Rui Coelho 10 Sita Vales  
11 João Manuel da Silva 12 José Congo Sebastião 13 Estêvão Gungo Arião 14 António Gaspar da Conceição  
15 Voloso 16 Manuel Cassuto (Bojó) 17 Luís Kitumba 18 Sienuk

Fonte: BOTELHO, 2007, Anexo 1, p. 535.

Foi com essa agressividade patente e em tom de revanchismo que começaram a acontecer as prisões e execuções de nitistas – ou de indivíduos simplesmente suspeitos de o serem. Quatro membros do Comitê Central envolvidos no golpe – Nito Alves, João Jacob Caetano (Monstro Imortal), Eduardo Ernesto Gomes da Silva (Bakaloff), José Van Dúnem<sup>38</sup> – fugiram de Luanda logo após o malogro do 27 de maio. Porém um a um, foram perseguidos e capturados pela DISA, embora em alguns casos isso não tenha ocorrido facilmente: Bakaloff, por exemplo, só foi preso em novembro de 1977. Esses dirigentes ficaram detidos nas unidades prisionais de Luanda, a Fortaleza de São Miguel, a Cadeia de São Paulo e a Casa de Reclusão. As sessões de tortura a que foram submetidos terão sido frequentes e sem nenhum julgamento, foram todos fuzilados. O mesmo destino teve o ministro do Comércio Interno David Aires Machado (Minerva) e os Comissários Provinciais de Luanda, Malanje, Benguela Kuanza-Norte, Kuanza-Sul, Huíla e Zaire.

O sistema prisional não se restringiu apenas a cidade de Luanda. Por todo o país, campos de “recuperação” – chamados pelos sobreviventes de campos de concentração, como veremos no próximo capítulo – foram ocupados especialmente por jovens acusados de terem participado da tentativa de golpe. Para além da própria violência praticada pelos agentes de segurança, o trabalho forçado, em condições insalubres, combinado com a fome provocou a morte de parte considerável dos detentos.

A repressão só começou a perder força em 1978, quando o governo, internamente, sofreu a pressão das famílias dos presos que pediam, ao menos, por melhorias nas condições de detenção. No plano internacional, Agostinho Neto foi acusado pelos chefes de Estado africanos, através da OUA, de violação dos direitos humanos. (TALI, 2001, p.227) Ciente do ambiente repressivo pós-golpe, o relatório da Anistia Internacional de 1977 já apelava para que o governo angolano garantisse que os detidos não sofressem maus-tratos e que os responsáveis pelo golpe tivessem um julgamento justo em audiência pública<sup>39</sup>.

Em 1978, Agostinho Neto tomaria a decisão de dissolver a DISA, profundamente implicada na repressão, como uma resposta as acusações de abusos de

---

<sup>38</sup> Na companhia de Van Dúnem foi presa sua esposa, Sita Valles.

<sup>39</sup> O relatório completo de 1977, em inglês, está disponível no site da Anistia Internacional: <http://www.amnesty.org/en/library/asset/POL10/006/1977/en/561cfa94-80ee-45aa-add8-adc02121df2b/pol100061977eng.pdf>. Acessado em 11/03/2012.

poder que a polícia secreta vinha sofrendo. Entrevistado por Fernando Pimenta, Adolfo Maria refere-se a relatos de amigos da OCA e da Revolta Ativa, que estiveram presos em 1977, para fazer a seguinte avaliação:

*As liquidações físicas começaram por ser ordenadas superiormente e depois muitas delas foram feitas arbitrariamente pelo próprio pessoal da DISA, muitas vezes por meros ajustes de contas. [...] As cadeias eram sucessivamente cheias e sucessivamente esvaziadas, desaparecendo as pessoas. [...] Não havia perdão para todo e qualquer indivíduo que fosse denunciado num interrogatório. (PIMENTA, 2006, p.152-153)*

Embora não exista um levantamento oficial sobre o número de mortos na repressão ao 27 de maio, as estimativas são assustadoras, variando entre 20 mil a 80 mil mortos. Essa “ferida aberta na sociedade angolana”, como disse certa vez a jornalista portuguesa Felícia Cabrita<sup>40</sup> ao se referir ao 27 de maio, tem sido nos últimos anos alvo de construções de memórias, como veremos no próximo capítulo.

---

<sup>40</sup> CABRITA. A Revolução Perdida de Sita Valles. Revista *Expresso*. 25 de Janeiro 1992

## CAPÍTULO III

### MEMÓRIAS DO 27 DE MAIO

#### 3.1 A DÉCADA DE 1990: A CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO DE DISCUSSÃO SOBRE O 27 DE MAIO

A título de comparação com o nosso tema, podemos fazer referência ao processo de destalinização que ocorreu na União Soviética, no quadro da *glasnost* e da *perestroika* no final da década de 1980. No tocante a questão da memória, entre outros fatores importa ressaltar no caso soviético a revisão da linha política do PCUS, liderado pelo Secretário-Geral do partido, Mikhail Gorbachev, que levou a denuncia dos crimes estalinistas<sup>41</sup>. Essa abertura gerou um amplo movimento social organizado em torno de memórias “proibidas” das vítimas do estalinismo e permitiu que ocupassem “toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura.” (POLLAK, 1989, p.5) Para os soviéticos, o assunto deixou de ser interdito e as memórias, confinadas por longo tempo ao silêncio, invadiram o espaço público.

Em Angola, já nos aproximamos dos 35 anos da tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 1977, mas o tema, se não é mais um tabu, com certeza ainda permanece sendo evitado pela maior parte da sociedade angolana, sobretudo por conta da violenta repressão que ocorreu na sequência da tentativa de golpe. Durante boa parte deste tempo, a longa guerra civil, que começou em 1975 e terminou apenas em 2002, criou um clima de permanente instabilidade que provocou uma forte tendência das pessoas a se calarem, por receio de tocar em uma divergência interna e serem acusados de traidores, para dizer o mínimo. Como vimos nos capítulos anteriores, o MPLA era um

---

<sup>41</sup> Durante o mandato de Nikita Khrushchev (1958-1964), sucessor de Stalin como Secretário-Geral do PCUS, houve um primeiro momento de destalinização com a denúncia de crimes, a destruição dos signos e símbolos que lembravam Stalin na URSS e nos países satélites e a retirada dos despojos do antigo líder da Praça Vermelha. No entanto, essa primeira destalinização não conseguiu se impor e foi interrompida quando Leonid Brejnev se tornou Secretário-Geral em 1964.



partido<sup>42</sup> que historicamente não abria espaço para críticas e discussões internas. E o partido durante muito tempo se confundiu com o próprio Estado, o que reforçava a tendência ao silêncio e o receio de abrir uma nova fissura.

No entanto, a partir de 1991 o cenário começou a mudar lentamente. Ao longo da década de 1980, o Estado angolano ficou cada vez menos capaz de suportar a guerra civil, que se intensificou paulatinamente nesse período. Em uma economia em crise, em parte por conta da própria guerra, em parte pela incapacidade do regime extremamente centralizador de encontrar soluções alternativas, as receitas obtidas do petróleo diminuíram diante da queda do preço da matéria-prima no mercado internacional. A conjugação desses fatores com o declínio da União Soviética e, portanto, do apoio militar, impulsionou o governo angolano a iniciar, a partir de 1988, negociações para um acordo de paz que envolveriam não só a Unita, mas também Cuba, África do Sul, União Soviética, relacionadas diretamente ao conflito, assim como a Organização das Nações Unidas (ONU) e os governos português e norte-americano.

Os acordos de Bicesse assinados em Portugal, em 1991, entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, permitiram o cessar-fogo que suspendeu temporariamente as hostilidades da guerra civil. Os acordos previam a realização em até 18 meses de eleições presidenciais e legislativas, em um novo sistema político multipartidário, o que representava, em comparação com o regime de partido único que vigorava até então, a possibilidade inédita de se estabelecer, no terreno da política, a oposição ao MPLA.

Paralelamente, houve uma nova revisão constitucional que consagrou princípios de uma economia de mercado e de um Estado democrático, incluindo diversos direitos fundamentais, tais como o direito à manifestação, à associação, à greve, à radiodifusão independente e, o que nos interessa particularmente, o direito à liberdade de imprensa (VIDAL, 2006).

Após as eleições, ocorridas em setembro de 1992, o MPLA conseguiu manter sua hegemonia, ficando com mais da metade das cadeiras do parlamento, assim como garantiu a permanência de José Eduardo dos Santos na presidência do país. Com esses

---

<sup>42</sup> Estou me referindo assim, pois em dezembro de 1977, durante o 1º Congresso, o MPLA se transformou em partido do trabalho (MPLA-PT). Assumiu oficialmente a orientação socialista que só seria abandonada em dezembro de 1990, no 3º Congresso do MPLA, quando o partido e, nesse caso, consequentemente o governo, mergulhados em uma crise econômica sem precedentes, passaram a valorizar o discurso quanto a uma economia de mercado.

resultados, por um lado permaneceu um silêncio “oficial” do MPLA sobre o tema do 27 de maio, já que muitos membros da administração do Estado durante o governo Agostinho Neto continuaram no poder, tal como o próprio presidente dos Santos, responsável em 1976 pela Comissão de Inquérito incumbida de investigar o “fraccionismo”.

Por outro lado, embora a guerra civil tenha retornado depois de Jonas Savimbi não ter aceitado os resultados das eleições<sup>43</sup>, alegando que houve fraude favorecendo o MPLA, a abertura constitucional a novos direitos, promovida em 1991, viabilizou, de forma geral, uma maior liberdade de expressão. E foi essa nova conjuntura que viabilizou a criação de um espaço de discussão sobre o 27 de maio.

O semanário *Folha 8*, fundado em 1995 pelo jornalista William Tonet, se notabilizou pelo destaque dado anualmente, geralmente na semana de “aniversário” do 27 de maio, a sobreviventes da repressão e mesmo a declarações e entrevistas com nitistas assumidos. O periódico é, sem dúvidas, o principal promotor da “subversão do silêncio” e das lembranças que permaneciam no “subterrâneo” social, circunscritas aos meios familiares. (POLLAK, 1989)

No recente contexto de paz, obtido com o fim da guerra civil, em 2002<sup>44</sup>, houve uma significativa ampliação do espaço para a discussão do tema que nos interessa, o que influenciou no investimento feito por diversos indivíduos que publicaram, a partir de 2007, suas autobiografias. É por isso que este capítulo tem como objetivo discutir diferentes memórias, mas também enfoques acerca do 27 de maio de 1977 oferecidos por trabalhos acadêmicos.

---

<sup>43</sup> Savimbi obteve 40.07% dos votos válidos, contra 49.57% conquistados por José Eduardo dos Santos. Com esse resultado, cancelado pelos observadores da ONU, a legislação eleitoral previa um segundo turno, uma vez que nenhum candidato tinha obtido mais da metade dos votos. Savimbi, no entanto, não permaneceu na disputa, optando por tentar derrotar o MPLA pelas armas. (dados estatísticos obtidos no site da Comissão Nacional Eleitoral de Angola: <http://www.cne.ao/estatistica1992.cfm>. Acessado em 14/02/2012).

<sup>44</sup> Representantes do governo e da Unita decidiram pôr termo a guerra civil após a morte de Savimbi, em combate na região do Moxico, em fevereiro de 2002.

### 3.2 O CONCEITO DE MEMÓRIA

Memória tem sido nas últimas décadas, um conceito operacionalizado e aceito pelas ciências sociais e particularmente pela disciplina da História, mas nem sempre gozou desse status. Memória correspondia, em uma designação mais vulgar, a um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados. Do ponto de vista biológico, a memória corresponderia a um processo impreciso e estático, relacionado à imagem de depósito de dados, como mera atualização mecânica de vestígios. Entendida como um universo estático, passivo, e ao mesmo tempo impreciso, a noção de memória, assim definida e vista como um depósito de informações, era contraposta assimetricamente a ideia de História, esta “entendida como um campo de conhecimento necessariamente problematizador”. (BARROS, 2009, p.39) Grande parte dos historiadores julgava que o caráter subjetivo, parcial e “distorcido” da memória não a tornava confiável como fonte histórica, em contraste com as fontes documentais tradicionais<sup>45</sup>, que permitiam a escrita de uma história “adequada”.

Essa concepção depreciativa da memória começou a mudar com os trabalhos do sociólogo Maurice Halbwachs produzidos na década de 1920 e 1930 que já sublinhavam que a memória devia ser entendida como um fenômeno coletivo, embora a primeira vista parecesse ser um fenômeno estritamente individual, próprio de cada pessoa. O autor compreendia a memória não só como um processo de ordenação do passado, mas também como um processo de releitura do passado. A ênfase nas flutuações e transformações da memória significou perceber, talvez de forma inédita nas ciências sociais, o caráter ativo, dinâmico, complexo e interativo da memória. (POLLACK, 1992)

No entanto, a memória só conquistaria um lugar mais destacado como objeto de estudo para a História a partir da década de 1970, quando houve uma renovação geral da disciplina, como resposta a crise de paradigmas das ciências sociais. A retomada<sup>46</sup> da

---

<sup>45</sup> Bons exemplos de fontes com alto grau de confiabilidade para esta historiografia tradicional são as fontes de arquivos, como inventários e testamentos, processos criminais, registros paroquiais, documentos policiais, atas, registros, entre muitos outros.

<sup>46</sup> A história política superficial e narrativa, produzida no século XIX, foi duramente criticada pela Escola dos Annales no final da década de 1920, o que levou a um retraimento dos estudos dedicados a temáticas políticas. Essa rejeição foi reforçada com o domínio dos estudos sociais pelo marxismo na década de

história política sob novas bases, depois de um longo período de descrédito, estava relacionada ao alargamento do universo político com a ampliação do domínio das relações de poder, a expansão das relações políticas que excederam o político institucional e as trocas realizadas com outras disciplinas. (RÉMOND, 1996)

A nova história cultural, embora tenha herdado da tradição dos Annales os estudos dos “de baixo”, do “informal” e do “popular”, era claramente definida em oposição a postulados que orientavam a história das mentalidades: o coletivo, o automático e o repetitivo. Carlo Ginzburg, um dos primeiros críticos da história das mentalidades, ressalta a sua insistência “em pensar elementos inertes, obscuros e inconscientes de uma determinada visão de mundo, descartando os componentes racionais.” (GINZBURG *apud* SOIHET, 2003, p.12) A nova história cultural teve como referência a antropologia e as discussões acessas sobre o conceito de cultura entre antropólogos, como Fredrik Barth – um dos expoentes da nova antropologia cultural –, que se posicionou contra o pressuposto do holismo e da integração, propondo que a cultura fosse lançada no “caldeirão das controvérsias” porque ela não poderia mais ser representada como um “corpus unificado de símbolos e significados interpretados de maneira definitiva.” (BARTH, 2000, p.110).

Foi nesse contexto de transformação que temas contemporâneos foram incorporados à História, a ponto de se estabelecer um novo campo, chamado de História do tempo presente. O interesse desse campo pela vivência, pela experiência, pelas emoções, sonhos e desejos dos sujeitos sociais transformou o testemunho oral em uma peça importante da investigação histórica – senão o núcleo, no caso dos estudos de história oral. E foi nesse domínio que a própria memória se constituiu como fonte privilegiada, materializada em entrevistas (as chamadas fontes orais), assim como em biografias e autobiografias.

As memórias expressas nas entrevistas, biografias e autobiografias são o resultado de um trabalho de enquadramento que seleciona e organiza acontecimentos julgados significativos, procurando estabelecer uma coerência. (ROUSSO, 1996) A isto Pierre Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”, enfatizando que o sentido de

---

1960, na medida em que o político era considerado como reflexo das determinações econômicas, e o Estado era visto como mero instrumento da classe dominante. (RÉMOND, 1996)

continuidade e unidade conferido por quem lembra é uma abstração a que devemos estar atentos. (BOURDIEU, 1996)

Esse controle da forma de construção e de organização dos acontecimentos de acordo com determinado sentido é próprio do que se pode chamar de comportamento narrativo. Verena Alberti nos lembra que um acontecimento ou uma situação vivida não pode ser transmitido sem que seja narrado. (ALBERTI, 2004) Isso significa que todas as memórias, inclusive as relacionadas ao 27 de maio, que serão discutidas a seguir, só podem ser apreendidas através do trabalho de interpretação das narrativas produzidas por seus autores.

Sejam narrativas orais, sejam narrativas (auto) biográficas, todas elas são a passagem das experiências vividas no passado em linguagem. Por isso, a atenção deve estar centrada nas palavras empregadas, nas formas de se expressar, nos exemplos fornecidos, isto é, nos elementos que nos permitem compreender as lógicas internas e as visões de mundo.

Devemos também estar atentos para o diálogo entre passado e presente na construção das memórias. Estamos certos de que o comportamento narrativo de quem lembra o passado nunca é desligado do momento em que se fala. São os interesses, as necessidades e indagações do presente da enunciação que orientam o ato de recordar. Andreas Huyssen enfatiza justamente que a memória é sempre construída sob as preocupações e em função do momento em que ela é articulada: “a nossa vontade presente tem um impacto inevitável sobre o que e como lembramos”. (HUYSEN, 2000, p. 69)

A organização da memória em função das preocupações do presente tem como desdobramento a construção e o ancoramento de identidades, entendidas como imagens produzidas de si, apresentadas para os outros e para si próprio, com pretensão de estabelecer um sentimento de unidade, continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo. Como observou Pollack, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”, já que é ela que fornece à identidade um conteúdo que legitima o sentimento de continuidade e de coerência. (POLLACK, 1992, p.204)

Traçado esse quadro panorâmico, podemos retornar ao estudo do caso angolano e a reflexão sobre as memórias do 27 de maio. Para dar conta da diversidade de

memórias e evitar a polarização entre memória “oficial” ou “dominante” e memória “nitista” ou “dominada”, foi feita a opção pela organização das memórias de acordo com aquilo que elas realçam e enfatizam.

As fontes utilizadas serão especialmente autobiografias e entrevistas, boa parte delas realizadas por Marcelo Bittencourt em Luanda entre 1995 e 1997. Os entrevistados foram personagens angolanos com trajetórias diferenciadas, desde líderes históricos a simpatizantes do MPLA, que atuaram na luta de libertação e no primeiro governo independente. Ainda que eu não tenha participado da realização dessas entrevistas, trabalhei com elas na condição de bolsista de iniciação científica<sup>47</sup> do professor Marcelo Bittencourt durante a graduação em história na UFF. Meu trabalho consistiu em digitalizar e produzir os sumários e fichas técnicas destas entrevistas, tarefa que me permitiu criar uma intimidade com o material.

As entrevistas foram feitas em um período (1995-1997) de grande expectativa e tensão em Angola. Após as eleições de 1992 e a retomada da guerra civil, um novo acordo de paz foi assinado em novembro de 1994 pelo governo e pela Unita em Lusaka. No entanto, as movimentações belicistas de ambos os lados, violando constantemente o cessar-fogo previsto e os direitos humanos, a impossibilidade de livre circulação de pessoas e bens pelo território angolano e o não aquartelamento das tropas da Unita foi minando a confiança neste processo de paz, até que a guerra foi retomada com força em 1998. O clima de desesperança decorrente deste cenário em que o governo permaneceu sendo contestado reforçou uma visão retrospectiva crítica dos entrevistados sobre o nitismo, considerado como uma dissidência que perdeu de vista que o inimigo era a Unita.

---

<sup>47</sup> Durante o projeto “Os Primeiros Anos da Angola Independente (1975-1979)”, uma grande variedade de fontes foi levantada, não só as entrevistas digitalizadas, mas também jornais, músicas, revistas, documentos do Itamaraty e da Torre do Tombo. Parte desse material está disponível no site do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) da UFF: <http://www.historia.uff.br/nec/angola>

### 3.3 MEMÓRIA DA LUTA CONTRA O “FRACCIONISMO”

Podemos enquadrar um conjunto de narrativas de antigos militantes do MPLA que se mantiveram leais a Agostinho Neto, em que se incluem as entrevistas mencionadas, no que chamarei arbitrariamente de *memória da luta contra o “fraccionismo”*. A memória desse grupo atualiza uma série de aspectos da versão da direção do MPLA sobre a tentativa de golpe de Estado, que podemos apreender através de relatórios publicados em junho e julho de 1977.

Um dos aspectos a que podemos nos referir é a versão de que já haveria um grupo coordenado por Nito Alves na 1ª região, portanto ainda durante a luta de libertação – integrado por Monstro Imortal, Bakaloff e Ho-Chi-Minh – que revelava desde então os “germes da conspiração” e que teria levado ao golpe de Estado em 1977. César Augusto Kiluanji, comandante da 1ª região, a quem já fizemos referência no primeiro capítulo, tenta convencer o leitor exatamente disso, ao longo das páginas de sua autobiografia publicada em 1990, buscando ser reconhecido como alguém que já lutava contra o nitismo na guerrilha. Em alguns trechos, como o destacado a seguir, Kiluanji aprofunda as críticas a esse grupo, mesmo quando ainda lutavam ao seu lado e sem que tivessem praticado qualquer ato de contestação:

*Para aqueles dirigentes da fracção reformista, [...] constituíamos para a sua ideologia, uma barreira. [Queriam] neutralizar a minha resistência às tendências revisionistas. [...] Estou certo de que se tivessem conseguido afastar-me das massas a situação se teria alterado a seu favor, a favor portanto dos seus macabros objectivos. No entanto, o obscurantismo de alguns, embora sob a bandeira do MPLA, não lhes permitia que vissem os fins políticos do Nito e do Bakalof, sobretudo do Nito [...] Sei que o objectivo não era senão a constituição de um grupo que ajudasse a consolidar a sua marcha rumo aos seus objectivos. Essa era a meta a atingir no plano imediato, por forma a tornar possível alcançarem seus maléficos fins.*  
(KILUANJI, 1990, p.114)

Essa leitura de Kiluaji é compartilhada, ainda que sem o mesmo recuo temporal até a luta de libertação, por Adriano dos Santos, antigo membro do MPLA. Questionado em 1997 sobre o que achava da tentativa de golpe, disse, após uma longa pausa reflexiva e alguma hesitação:

*Eu acho que havia ali muito vazio no fraccionismo, salvo algumas exceções, havia muita ambição, ambição de poder. As pessoas que participaram do fraccionismo, que eu conheci diretamente, pois para mim tinham atitudes muito arrogantes, quer dizer, achavam-se os senhores disto, uma certa prepotência [...] a origem do fraccionismo é a luta pelo poder. Eles entendiam que as coisas correriam bem se fossem eles a assumir o poder. Classificavam o Neto como ultrapassado e os outros que estavam lá a fazer desvios ideológicos. (Entrevista de Marcelo Bittencourt com Adriano dos Santos, Luanda, 13 de setembro de 1997)*

Para Adriano dos Santos, o 27 de maio foi obra de um grupo de “arrogantes ambiciosos” que desejavam o poder a todo custo. O interessante é que ao longo da sua narrativa ocorreu uma identificação dos nitistas, antes mesmo do golpe, a atitudes suspeitas. Como diretor do Serviço de Habitação do governo, diz que a cobrança insistente de Nito Alves para obter casas para suas amantes era a prova do seu desvio de caráter e de que não estava disposto a fazer sacrifícios pelo país<sup>48</sup>. É claro que devemos compreender a fala de Adriano dos Santos, assim como a de Kiluanji, como uma estratégia de afirmação de suas filiações ao partido. Essa memória crítica aos nitistas está enraizada na versão veiculada pela direção do MPLA logo após o golpe ainda em 1977: “são grupelhos de ambiciosos e oportunistas procurando contestar sob pretextos diversos, a orientação dos organismos dirigentes, falsificar o conteúdo da linha política do MPLA e lutar pela hegemonia e pelo controlo de toda a organização.” (2º Comunicado do Bureau Político – “A unidade nacional tem que ser preservada a todo o custo”. Boletim do Militante, nº 3, junho de 1977, p. 5)

A ideia de que os nitistas eram ambiciosos e oportunistas tem um lugar central nas narrativas. A justificativa do golpe a partir desses rótulos retira não só qualquer legitimidade dos nitistas, como também faz desaparecer as críticas que os nitistas

---

<sup>48</sup> Entrevista de Marcelo Bittencourt com Adriano dos Santos, Luanda, 13 de setembro de 1997.



fizeram a época, sobretudo a de desvio político e de corrupção. Um antigo integrante do partido que só quis revelar seu nome de guerra, Bazuka<sup>49</sup>, fez as seguintes considerações sobre o 27 de maio:

*O fenómeno fraccionista [está ligado] a ambição de determinados líderes, de determinadas individualidades que [...] empenhadas em alcançar determinados objetivos, vale tudo [...] manipula-se o racismo, manipula-se a conjuntura sócio-económica do país, as dificuldades que existem. [...] podem ser também fabricados [os problemas], eu recorde que na altura se bloqueava alguns armazéns determinados produtos para aumentar as dificuldades, a escassez de gêneros alimentares. Tudo isso são táticas que são utilizadas [...] para atingir seus objetivos maquiavélicos.* (Entrevista de Marcelo Bittencourt com Bazuka, Luanda, 10 de outubro 1997)

Dando centralidade ao aspecto da ambição e do oportunismo, a narrativa de Bazuka, datada de 1997, também se inscreve numa perspectiva que transfere a culpa pelo agravamento da escassez de gêneros alimentares para os nitistas<sup>50</sup>. Segundo o relatório do Bureau Político, os nitistas esconderam gêneros alimentares e impediram a circulação de mercadorias no interior do país para “lançar o povo contra o governo e o Comitê Central do MPLA”. (A tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 1977. Informação do Bureau Político MPLA. 12 de junho de 1977, p. 23-24)

Os armazéns a que se refere Bazuka alimentavam as chamadas “lojas do povo”, controladas pelo Estado e responsáveis pela venda dos produtos a população. O afastamento dos nitistas em 1977 não provocou qualquer mudança no quadro de abastecimento, como seria de se esperar diante da acusação de Bazuka. Na verdade, o abastecimento continuou, ao longo de toda década de 1980<sup>51</sup>, sendo um grave problema, pois estava relacionado com a economia desarticulada e extremamente dependente de importações.

---

<sup>49</sup> Podemos dizer que a atitude do entrevistado em não informar seu nome é uma forma de se proteger, já que durante a luta de libertação os nomes de guerra foram usados para dificultar a identificação dos guerrilheiros pelos portugueses.

<sup>50</sup> O Ministro do Comércio Interno, David Aires Machado, o “Minerva”, acusado de ser nitista e de comandar uma sabotagem econômica através do ministério, foi exonerado do serviço público em junho de 1977 e depois assassinado.

<sup>51</sup> Cf. HODGES (2002) e PEREIRA (1999). No campo da literatura, esse problema é muito bem apresentado por Manuel Rui, no livro *Quem me dera ser onda* (RUI, 1989).

De acordo com o historiador inglês David Birmingham, o problema alimentar foi determinante para a crise de 1976. Em seu artigo sobre o 27 de maio, publicado em 1978, a situação econômica da recém-independente república, que enfrentava graves dificuldades na produção agrícola, na logística da distribuição e venda dos alimentos e na mobilização de mão-de-obra, é apontada como a chave-explicativa da cisão política e do golpe de estado de 27 de maio de 1977.

Ainda que Birmingham defina uma base de apoio nitista, que incluía alguns jornais, estações de rádio e as populações pobres, qualifica a tentativa de golpe como um plano “louco e mal concebido”, reforçado pela tese de que teria havido sucessivas mudanças de data para a execução das ações, planejadas – e por motivos diversos, canceladas – para os dias 20, 25 e 28 de Maio. O revés dos nitistas, que teriam escolhido o dia 27 apressadamente, estaria associado não só a problemas de organização interna como a falta de adesão maciça da população e a participação decisiva das tropas cubanas a favor de Agostinho Neto.

Ao afirmar que os problemas políticos foram derivações diretas dos econômicos, Birmingham deixa de avaliar os aspectos próprios da contestação nitista, possível de ser verificado no próprio conteúdo dos protestos veiculados nas rádios e nos jornais e, fundamentalmente, nas 13 teses escritas por Nito Alves, fonte talvez inacessível ao autor no momento em que abordou o tema.

Embora acreditemos que é preciso relativizar o peso do fator econômico, sob pena de ignorar os aspectos políticos discutidos no capítulo anterior, não é possível negar que as crises econômica e alimentar criaram uma situação de insatisfação popular que favoreceu a mobilização realizada pelos nitistas junto à população mais pobre.

Voltemos, no entanto, a *memória da luta contra o fraccionismo*. Nesse elenco de fatores o racismo é outra questão que aparece repetidamente nas memórias dos antigos membros do MPLA. “Manipulá-lo”, como afirma Bakuza, se tratava de um crime imperdoável para o MPLA, que se autoproclamava uma organização multirracial. Lembremos que uma parte pequena numericamente, porém importante politicamente dos quadros do movimento era composta por mestiços e brancos e que por essa razão teve que enfrentar, durante a luta de libertação, tanto a crítica dos movimentos rivais que acusavam o MPLA de ser um movimento neocolonialista de filhos de portugueses, quanto algumas dissidências internas.

Não por acaso, a avaliação do partido foi a de que o racismo usado pelos “novos fraccionistas” procurou mais uma vez “fomentar o divisionismo” entre a população, o que seria, deste ponto de vista, a prova do seu “caráter reacionário” e de sua “ligação irrefutável ao imperialismo.” (Defender o MPLA e a Revolução. Boletim do Militante, nº 3, junho de 1977, p.26) É claro que o adjetivo “novo” pretendia colocar os nitistas em um rol de inimigos do MPLA, em que já se encontrava as dissidências anteriores.

Mas não é como “reacionários” e “imperialistas” que o grupo nitista corriqueiramente aparece definido nas narrativas situadas no campo de defesa da direção do partido/Estado e sim como de “esquerda pró-soviético”. Sita Valles, particularmente, era para Afonso Dias da Silva “uma marxista-leninista das mais perigosas!”. Iko Carreira, Ministro da Defesa na altura da tentativa de golpe, publicou em 1996, um livro em que dedicou um capítulo ao 27 de maio. Em sua versão, Sita Valles, é definida como o “verdadeiro cérebro”, aparece mantendo “ligações com os elementos mais jovens do Partido Comunista Português”.

Edgar Valles nega que sua irmã Sita Valles tenha mantido qualquer ligação com o PCP, após deixar Portugal. (FIGUEIREDO, 2010, p. 197) Mas alguns relatos como o de Fernando Pacheco<sup>52</sup> apostam em uma teoria conspiratória, sugerindo que Sita Valles teria sido enviada para Angola “a mando do PCP” com instruções de levar Nito Alves à presidência, o que supostamente atenderia aos interesses dos soviéticos.

O PCP, em nota no jornal *Avante!*<sup>53</sup>, condenou o golpe de Estado, negando a participação de militantes do partido, o que não foi suficiente para que a direção do MPLA deixasse de desconfiar dos comunistas portugueses. Em relação aos soviéticos, embora não se conheça documentação<sup>54</sup> provando o apoio deliberado e a preferência por Nito Alves, Iko Carreira não se furta em afirmar que:

*dois secretários do adido-militar [soviético] tinham participado diretamente na tentativa de golpe de estado. Um deles, Pavel Stariakov (o outro chamava-se Yuri Fedin) tinha mesmo alugado uma casa no Sambila [Sambizanga], utilizando o seu próprio nome, tão certo estava da vitória, de onde não só podia seguir o desenrolar dos acontecimentos, mas também dar*

---

<sup>52</sup>Entrevista de Marcelo Bittencourt com Fernando Pacheco, Luanda, 1997.

<sup>53</sup> Matéria publicada no dia 16/06/1977, conforme FIGUEIREDO, 2010, p.196.

<sup>54</sup> Cf. Birmingham (1978) e Tali (2001).

*os conselhos que a direcção do golpe necessitasse.* (CARREIRA, 1996, p. 155)

A direcção do MPLA parece ter realmente acreditado no envolvimento da União Soviética no 27 de maio, a ponto de Agostinho Neto ter viajado para Moscovo em agosto de 1977 para pedir explicações. Segundo Karen Brutentz<sup>55</sup>, Neto perguntou diretamente a Leonid Brejnev<sup>56</sup> se os soviéticos haviam participado no “conluio” contra Angola, mas não obteve nenhuma resposta, o que fez com que Agostinho Neto exigisse a retirada de altos dirigentes da representação militar soviética em Angola. (BRUTENTZ *apud* MILHAZES, 2009, p.98-99)

Ainda no campo do envolvimento internacional, outro aspecto ressaltado nas narrativas diz respeito ao papel dos cubanos na defesa do regime de Agostinho Neto. Todos os relatos contradizem a primeira versão divulgada pelo MPLA que dizia ser falso afirmar “que foi por causa da presença dos camaradas cubanos, em Angola e exclusivamente por essa causa, que esses bandidos foram esmagados.” (4º Comunicação: Camarada Presidente denuncia mais responsáveis pela tentativa de golpe reaccionário. Boletim do Militante, nº 3, p. 11) Paulo Jorge<sup>57</sup>, Roberto de Almeida<sup>58</sup> e tantos outros não só confirmam a participação cubana como também a definem como “fundamental” e “decisiva”. Podemos presumir que a negação da direcção do MPLA em 1977 relacionou-se com a necessidade de afirmar a soberania angolana diante de avaliações internacionais que diziam que os angolanos estavam cada vez mais submissos aos soviéticos e cubanos.

Um tema que foi tocado nas narrativas situadas no campo de defesa da direcção do partido/Estado, embora não aprofundado, é o da repressão feita pelo MPLA no pós-27 de maio. Os entrevistados, de forma geral, reagiram com algum incomodo ao assunto, gaguejando, baixando o tom de voz ou fazendo pausas mais longas. Alguns relatos, como o de Roberto de Almeida e o de Benigno Vieira Lopes<sup>59</sup> relacionam a violência da contraofensiva aos assassinatos dos dirigentes do MPLA por nitistas. Essa transferência da responsabilidade da contraofensiva para os nitistas também é feita por

---

<sup>55</sup> Antigo vice-presidente da sessão internacional do Comitê Central do PCUS.

<sup>56</sup> Secretário-Geral do PCUS.

<sup>57</sup> Entrevista de Marcelo Bittencourt com Paulo Jorge, Luanda, 23 de outubro de 1997.

<sup>58</sup> Entrevista de Marcelo Bittencourt com Roberto de Almeida, Luanda, 16 de fevereiro de 1995.

<sup>59</sup> Entrevista de Marcelo Bittencourt com Benigno Vieira Lopes, Luanda, 13 de fevereiro de 1995.

Iko Carreira, como podemos verificar logo na abertura de seu capítulo sobre o 27 de maio:

*O 27 de maio assinala a morte trágica de alguns destacados dirigentes do MPLA. [...] Estes dirigentes foram mortos a tiro e depois queimados numa furgonete WM, por dissidentes do MPLA que tinham nessa data tentado realizar um ‘golpe de estado’ [...] Quando [...] foram descobertos os seus cadáveres carbonizados dentro da viatura incendiada nas barrocas do Bungu, Neto, que até então tentara serenar os ânimos, minimizar a importância do golpe, depois de muito meditar, deu a ordem de começar o contra-ataque e em consequência a repressão. (CARREIRA, 1996, p. 147-153)*

Essas narrativas parecem tentar justificar o injustificável, afinal a proporção entre dirigentes e os demais angolanos mortos<sup>60</sup> foi francamente desigual. No entanto, como podemos perceber, as mortes dos dirigentes realmente foram usadas como explicação para a repressão. Desse ponto de vista, o raciocínio era o de que foi necessário conter com firmeza um grupo golpista e violento que teria dado provas de que se assumisse o poder governaria Angola autoritariamente.

Benigno Vieira Lopes até admite que “houve arbitrariedades”, mas explica que ocorreram devido a “perda de controle do MPLA”, o que é uma forma de retirar, pelo menos parcialmente, a responsabilidade dos serviços de segurança sobre a repressão. Já Maria da Conceição Neto e Germano Gomes seguem por uma linha de análise diferente, defendendo que o MPLA se aproveitou da tentativa de golpe para fazer “ajustes de contas e manobras políticas várias”<sup>61</sup>, prendendo e eliminando “muita gente que não tinha nada a ver com o nitismo.”<sup>62</sup>

Está claro que a *memória da luta contra o “fraccionismo”* não é um todo sólido e homogêneo. Afinal, como adverte Portelli, “a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos, se lembram.” (PORTELLI,

---

<sup>60</sup>Não existe um número preciso dos mortos na repressão ao 27 de maio. Os cálculos variam: Edgar Valles fala em 20 mil mortos, Adolfo Maria em 30 mil. O levantamento feito pela Anistia Internacional estima de 20 a 40 mil. O Jornal *Folha 8* fala em 60 mil e a Fundação 27 de maio foi até os 80 mil.

<sup>61</sup> Entrevista de Marcelo Bittencourt com Maria da Conceição Neto, Luanda, 22 de fevereiro de 1995.

<sup>62</sup> Entrevista de Marcelo Bittencourt com Germano Gomes, Luanda, 22 de outubro de 1997.

1996, p.127) Mas, sem dúvida, os antigos militantes do MPLA que se mantiveram leais a Agostinho Neto e a legenda compartilham visões sobre o 27 de maio de 1977 que estão ancoradas – em menor ou maior grau – na versão produzida pela própria direção do MPLA. Essa é uma leitura que reduz o nitismo a uma simples ambição pelo poder, desconsiderando a existência de um embate político. Exatamente por conta dessa perspectiva é que as narrativas culpabilizam única e exclusivamente os nitistas, isentando a direção de qualquer falta.

### **3.4 MEMÓRIA DO NITISMO COMO ALTERNATIVA POLÍTICA**

Chamaremos de *memória do nitismo como alternativa política* um tipo de narrativa que contesta a versão oficial do MPLA, reposicionando o nitismo no quadro de uma reivindicação legítima.

Um dos pilares dessa memória se assenta na ideia da legitimidade dos líderes nitistas, que são apresentados como aqueles que ficaram em Angola lutando contra o colonialismo, em oposição àqueles que ficaram nos países fronteiriços, como “espectadores”. Nessa leitura, os nitistas são identificados como os heróis da pátria, em contraposição aos dirigentes que teriam se aproveitado do risco que eles correram. Essa memória do 27 de maio também reivindica um outro passado, o da guerrilha, em que “ter pego em armas” foi transformado em um poderoso capital político. Ter lutado nas matas angolanas significava ser detentor de uma trajetória “mais revolucionária”. A historiadora Dalila Cabrita Mateus e o jornalista Álvaro Mateus, que publicaram em 2007 o livro *Purga em Angola*<sup>63</sup>, definem Nito Alves, Monstro Imortal, José Vandunem e Juca Valentim da seguinte forma:

*Não eram burocratas, vivendo no aconchego das suas residências, em Brazzaville, Lusaca ou Dar-es-Salam. Eram combatentes pela libertação do seu povo, guerrilheiros, clandestinos e presos, que tinham arrostado mil perigos. Eram sobreviventes, que não tinham sido mortos pelo inimigo.*  
(MATEUS A. e MATEUS D., 2007, p.26)

---

<sup>63</sup> MATEUS, Álvaro e MATEUS, Dalila. *Purga em Angola*. Lisboa: Edições Asa, 2007.

Os “burocratas” em questão eram Agostinho Neto, Lúcio Lara e os demais membros do MPLA que passaram praticamente todo o período da luta de libertação no exílio, desempenhando, desse ponto de vista, atividades menos arriscadas do que as dos guerrilheiros da 1ª região e ativistas clandestinos, chamados de “heróis de Angola” pelo casal Mateus. A propósito, fazendo uma história militante e comprometida, sem qualquer isenção, os autores não escondem sua simpatia pelos nitistas.

Segundo José Adão Fragoso<sup>64</sup>, um sobrevivente da repressão do 27 de maio que publicou sua autobiografia em 2009, foram esses “burocratas” que compuseram boa parte da administração do Estado e que se transformaram em “usurpadores do poder”:

*Já se verificava macroscopicamente a usurpação do poder, por um pequeno grupo da elite dirigente. [...] Este pequeno grupo se tinha infiltrado em todas as estruturas do MPLA e do Estado, do topo à base, com empurrões de Lucio Lara, Iko Carreira, Carlos Rocha (Dilowa) e outros, em colaboração com Henrique dos Santos (Onambwé)”. (FRAGOSO, 2009, p. 26)*

No trecho acima é notável que todos os membros do MPLA destacados por Fragoso sejam mestiços. Essa leitura racial implícita, presente também em outras narrativas, atualiza a crítica que Nito Alves fazia aos brancos e mestiços que compunham majoritariamente o que ele chamava de pequena burguesia. Do mesmo modo, Lúcio Lara aparece, tal qual nas 13 teses de Nito Alves, como o líder do desvio político e da corrupção. O casal Mateus, por sua vez, afirma que a corrupção em 1976 já tinha se alastrado e visava “obter fundos para prosseguir com a política privada” (MATEUS A. e MATEUS D., 2007, p. 69), atendendo aos interesses do pequeno grupo citado por Fragoso.

Se a versão do MPLA culpava os nitistas por interferirem criminosamente na distribuição e no abastecimento dos bens de consumo, a versão pró-nitista, ao contrário,

---

<sup>64</sup> José Adão Fragoso ingressou em 1970 como enfermeiro nas tropas portuguesas durante a guerra colonial, conheceu José Van-Dunem e começou a participar da luta clandestina, desviando medicamentos e outros materiais médicos aos guerrilheiros do MPLA. Em 1974, Fragoso ingressou no MPLA e depois da independência exerceu algumas funções na área da saúde até tornar-se Comissário Político da 9ª Brigada, participando ativamente na mobilização a favor de Nito Alves.

culpava a cúpula do governo e do MPLA de viver fartamente, enquanto a população permanecia na miséria.

*Os altos funcionários governamentais usufruíam de bens de consumo e materiais característicos dos mais desenvolvidos países capitalistas com benesses para os seus familiares e amigos, desprezando a fome e as carências, através de lojas comerciais reservadas só para eles, numa vida de farras regadas de champanhe nunca visto, enquanto a esmagadora maioria tinha de permanecer dias e dias em bichas, para adquirir escassos bens imprescindíveis à sua sobrevivência. (FRAGOSO, 2009, p. 134)*

A opulência da vida dos dirigentes retratada por Fragoso diz muito mais sobre o período pós-1991, de abertura econômica e crescimento vertiginoso da desigualdade social, do que propriamente sobre o estilo de vida dos dirigentes em 1976/1977. Embora seja claro que tivessem acesso a determinados bens e benefícios, como carros e residências, inalcançáveis para a maioria da população, não havia o luxo e a ostentação sugeridos por Fragoso. Mas a projeção da vida de abundância dos dirigentes atuais sobre o passado, embora anacrônica, acaba por acentuar uma visão crítica a respeito dos principais líderes do MPLA.

Segundo esse campo da memória do nitismo como alternativa política, Nito Alves teria sido perseguido por denunciar os “esquemas” de corrupção, inclusive aqueles relacionados ao abastecimento. Tanto para o casal Mateus quanto para Fragoso, o MPLA teria se notabilizado em praticar uma política de “aniquilamento e ostracismo” dos rivais internos. No entanto, essa mesma memória não admite a participação de Nito Alves na repressão dos membros da Revolta Ativa e da Organização Comunista de Angola (OCA)<sup>65</sup> em 1976, apesar do próprio Nito Alves ter deixado claro publicamente diversas vezes quais eram suas intenções. Um bom exemplo é o discurso de Nito Alves realizado na Câmara Municipal de Luanda em março de 1976:

---

<sup>65</sup> A OCA foi criada a partir da dissolução dos Comitês Amílcar Cabral (CAC), em outubro de 1975. Suas concepções ideológicas inclinavam-se para a declarada simpatia com o chamado marxismo de tendência albanesa.



*As comissões populares de bairro, as comissões populares de povoação, as comissões comunais, as comissões municipais e provinciais, devem ficar atentos e vigilantes e comunicarem, também, ao Ministério da Administração Interna, lá onde estão homens da Revolta Activa e 'OCA' a 'mandar bocas' ... e nunca ser presos. Comuniquem. Esta operação, é uma operação urgente, para defender esta Revolução, para se consolidar posições políticas, para se avançar, porque eles são a base da reacção.* (Discurso de Nito Alves na Câmara Municipal de Luanda. PIMENTA, 2006, Anexo 35, p. 260)

Parece-nos evidente que em um trabalho de enquadramento da memória favorável ao nitismo, seja omitido o papel de Nito Alves como agente repressivo, afinal o que está em jogo é a construção e manutenção da imagem dele como líder popular e vítima injustiçada. Não há dúvidas de que essa omissão é exemplar do caráter seletivo da memória. O casal Mateus chega a dizer que Nito Alves fez esse discurso de março de 1976 apenas porque houvera “recomendação expressa” do próprio Agostinho Neto para transmitir um conjunto de medidas aprovadas em reunião do Bureau Político, que incluía o apelo a delação e a prisão dos elementos da OCA e da Revolta Ativa.

É possível perceber através desse conjunto de narrativas a força da ideia de que Nito Alves havia se tornado uma alternativa política que seria capaz de viabilizar melhores condições de vida para a população. “Nito Alves representava a esperança de melhores dias, o reacender da esperança nascida no dia 11 de novembro de 1975”, ressalta Fragoso. (FRAGOSO, 2009, p. 134) Já Miguel Francisco “Michel”, outro sobrevivente, acredita que Nito Alves poderia ter atendido “os interesses prementes e fundamentais da maioria dos angolanos.” (QUINO. Quiseram fazer de Angola um País derivado ... Não se pode silenciar os horrores do 27 de Maio. Jornal *Folha* 8, 25 de maio de 2002)

Outro elemento presente nessas narrativas do campo nitista é a contestação ao termo “fraccionista”, com o qual o MPLA realmente carimbava seus adversários internos. A justificativa é a de que teria existido apenas uma tendência, mas não uma estrutura paralela dentro do MPLA que pudesse ser designada como uma “fracção”:

*a utilização do termo fraccionista, para designar os revolucionários mais consequentes, era uma forma de esconder as intenções do grupo liderado por Lúcio Lara, que pretendendo escamotear os seus propósitos criaram o fantasma fraccionista. Pois, [...] nunca existiu um esquema organizativo paralelo no seio do MPLA, existiu sim, tendências que em qualquer organização deve existir por ser salutar. (FRAGOSO, 2009, p. 131)*

Para Fragoso, o que houve foi uma disputa de tendências polarizada entre os nitistas, os “revolucionários consequentes”, coerentes com o marxismo-leninismo e, por negativo, o grupo dos inconsequentes liderado por Lúcio Lara, responsável por criar o “rótulo fraccionista”. De acordo com José Carrasquinha, outro sobrevivente, o “grupo Lara”, percebendo o espaço conquistado por Nito Alves, moveu uma campanha de intrigas e calúnias veiculada pelo Jornal de Angola:

*No interior do MPLA [havia] um sector da pequena burguesia que temia o poder de argumentação de Nito Alves. Foi este grupo que começou a desenhar um monte de cenários: - ele quer fazer isto; quer fazer aquilo; quer pôr os mulatos e brancos a varrerem às ruas; quer mais não sei quantos, etc, etc. (TONET. 27 de Maio foi uma invenção da elite burguesa instalada no MPLA. Jornal Folha 8, 19 de maio de 2001)*

Segundo o relato de Fragoso, “o grupo Lara” encetou contra os nitistas uma verdadeira “ofensiva antimarxista”, que consistiu em “sanear” o movimento dos “militantes mais ativos”, o que teria culminado no afastamento de Nito Alves e Sita Valles do DOM (Departamento de Organização de Massas). Estas medidas “depurativas” teriam acontecido durante todo o ano de 1976 e atingido não só o DOM, mas também o DOP (Departamento de Organização Política), as Forças Armadas e até mesmo algumas fábricas e postos de trabalho, alcançando alguns operários. Concomitantemente, Lara teria preenchido postos chave do movimento com pessoas da sua confiança, o que queria dizer “maoístas e nacionalistas recuados”<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> A adjetivação “recuado” não é fortuita, pois estabelece diretamente uma polarização entre aqueles militantes que eram considerados conservadores, reacionários, e aqueles considerados revolucionários.

As narrativas estabelecem uma relação causal entre a pressão sofrida por Nito Alves e pelos demais nitistas e o 27 de maio. O casal Mateus chega mesmo a dizer que foi uma “verdadeira provocação, longa e pacientemente planeada”, de modo a levar os nitistas a “perderem a cabeça e a saírem para a rua”. (MATEUS A. e MATEUS D, 2007, p. 165) É neste mesmo sentido que Silva Mateus, sobrevivente, declara:

*houve uma espécie de casca de banana atirada a Nito Alves para que ele, de facto, saísse e fizesse o que já tinha sido previsto pelos seus opositores, no sentido de ele antecipar ou então escorregar para cometer determinados deslizes que o levasse, à morte e à prisão de outros companheiros. (JÚNIOR. MPLA inventou “o golpe de Estado”. Jornal Folha 8, 26 de maio de 2001)*

Este encadeamento dos acontecimentos – pressão, reação, contragolpe – retira os nitistas de um lugar de ataque, reposicionando-os na defesa, o que se traduz na afirmação, presente em todas as narrativas aqui enquadradas como *memória do nitismo como alternativa política*, de que o 27 de maio não foi um golpe, mas sim o que chamam de “insurreição popular”. No entanto, Fragoso e o casal Mateus ressaltam que houve divergências internas, pois alguns nitistas consideraram a hipótese de realizar um golpe de Estado, o que não teria sido aceito pela maioria, por contrariar a teoria marxista. Foi decidido, pois, avançar para uma insurreição popular combinada com movimentações de pequenos grupos militares.

Teria ocorrido, portanto, uma manifestação de contestação à maneira como Agostinho Neto estava dirigindo o país, e não a tentativa de conquistar o poder por meios ilegais. Silva Mateus alega que um golpe de Estado não poderia ter sido feito com a participação de mulheres grávidas, crianças e adolescentes. “Mas como o regime tinha que justificar as mortes e os massacres que fizeram, inventaram o tal golpe de Estado”, conclui Silva Mateus. (JÚNIOR. MPLA inventou “o golpe de Estado”. Jornal Folha 8, 26 de maio de 2001)

Seguindo essa linha da “invenção do golpe”, o assassinato dos dirigentes não seria culpa dos nitistas. Uma versão presente em diversas narrativas é a de que um agente da polícia política angolana, a DISA, infiltrado entre os nitistas chamado Tony Laton teria levado os detidos que estavam no quartel da 9ª brigada para uma casa no

Sambizanga, onde foram executados, seguindo ordens de seu superior, Henrique dos Santos “Onambwé”. Essa versão é baseada na entrevista que João Kandada, ex-agente da DISA, concedeu ao jornal *Folha 8*, em 26 de maio de 2001. Kandada declarou que existiam dois planos para “eliminar os fraccionistas”: levar os nitistas para a rua e matar alguns políticos e comandantes militares, de maneira a justificar uma repressão. Segundo Kandada, “era necessário dar uma imagem de um golpe de Estado e o que havia até àquele momento não passava de uma simples manifestação e da tomada da Rádio Nacional de Angola [...] Era preciso haver sangue, até para convencer os cubanos a estarem do nosso lado”. (TONET. Matei o comandante Nito Alves. Jornal *Folha 8*, 26 de maio de 2001)

É necessário olhar com reserva para essa análise conspirativa feita retrospectivamente já que admite uma lógica evolutiva na qual a repressão é vista como a parte final de um plano consciente e previamente formulado de eliminação dos nitistas. Sem acesso aos arquivos da DISA, que se encontram fechados para consulta, não podemos investigar os supostos planos armados da polícia secreta contra os nitistas. De qualquer modo, mesmo considerando a hipótese de que existiu um complô da DISA e de que o citado tal Tony Laton teria sido o responsável pelas mortes dos altos dirigentes, isso não transforma a ação nitista em uma simples manifestação popular pacífica que desafiou a autoridade. A intenção, evidenciada na movimentação de tropas e no ataque a órgãos policiais, prisionais, militares e a meios de comunicação era deliberadamente derrubar o governo instituído o que, portanto, não altera o caráter golpista do 27 de maio.

O fracasso da tentativa de golpe, ou mesmo da insurreição popular como preferem, é atribuído nos relatos do campo da memória do nitismo ao fato de não ter sido calculada a possibilidade dos cubanos intervirem contra os nitistas. “Nós somos comunistas e lutamos contra os social-democratas, os cubanos, como internacionalistas, estarão ao nosso lado”. (FRAGOSO, 2009 p.117). Conforme Fragoso, era essa a ideia que circulava entre os nitistas, que teriam recebido garantias de oficiais cubanos de que estariam dispostos a atuar “na retaguarda fornecendo apoio estratégico”. Ora, como não entender que estava sendo elaborado um golpe de Estado depois de uma afirmação como esta!?

Mas, ainda segundo essa interpretação, o que explicaria a mudança de posição dos cubanos? Teria partido de Havana, diretamente de Fidel Castro, a ordem para que os cubanos defendessem o governo de Agostinho Neto, “sob pena de regresso à Cuba e sujeição a tribunal militar”. Visivelmente ressentido com os cubanos, Fragoso conclui que “de fraca formação ideológica, muitos cubanos transplantavam mecanicamente a vivência de Cuba para Angola, razão pela qual bastou um telefonema de Fidel Castro, para romper com o compromisso assumido sobre a neutralidade.” (FRAGOSO, 2009, p.119).

Rafael Moracen Limonta, militar cubano que participou da tomada da Rádio Nacional a favor da direção do MPLA, em entrevista concedida a Drumond Jaime e Helder Barber em 1999, teceu alguns comentários sobre a participação cubana no 27 de maio, negando qualquer pacto entre cubanos e nitistas. Quando questionado se foi necessária uma ordem para se posicionarem ao lado de Agostinho Neto, afirmou que nunca houve dúvidas sobre de que lado deveriam apoiar: “nós, os cubanos, sempre estivemos ao lado do MPLA; estávamos, estamos e penso que estaremos”. (Entrevista de Jaime e Barber com Rafael Moracen Limonta, 1999, p. 325)

Em relação à participação soviética no 27 de maio, existe certa divergência quanto ao seu envolvimento. Segundo o casal Mateus, os soviéticos se mantiveram neutros, porque Agostinho Neto não gozava de grande prestígio no PCUS, por não ter ao longo da luta de libertação conseguido “fazer a unidade dentro do próprio movimento” e também “por estranhas e conhecidas manifestações de anti-sovietismo<sup>67</sup>”. (MATEUS; MATEUS, 2007, p. 101/102) Para Fragoso, o apoio dos soviéticos aos nitistas não tinha reservas, pois desconfiavam da aplicação da linha política marxista-leninista por Agostinho Neto e consideravam Nito Alves “o dirigente político capaz de superar as ambiguidades no seio do MPLA”. (FRAGOSO, 2009, p.133) Entretanto, esse apoio tinha que ser velado em um primeiro momento, para que as relações entre Angola e URSS não fossem prejudicadas, razão pela qual os soviéticos não teriam intervindo imediatamente.

Parte significativa dos defensores de uma *memória do nitismo como alternativa política* participaram da criação do Partido Renovador Democrático (PRD) em 1991,

---

<sup>67</sup> Um exemplo dado pelos autores foi o da desconfiança de Neto em relação aos quadros preparados na URSS, uma vez que via neles condutores da influência soviética.

no quadro do multipartidarismo instituído com os acordos de paz de Bicesse entre o governo e a guerrilha da Unita. Curiosamente, o partido buscava projetar na luta política dos anos 1990 a defesa de algumas das ideias de Nito Alves, sobretudo a luta contra a corrupção, o que poderia ter significado um grande capital político naquele momento. Todavia, a polarização estabelecida na campanha eleitoral entre os antigos beligerantes, MPLA e Unita, impediu qualquer destaque maior as outras siglas e propostas<sup>68</sup>.

Esta legenda política tem exercido, ainda que sem muito êxito, pressões constantes sobre o governo para que se estabeleça um debate aberto sobre o 27 de maio. Segundo Luis dos Passos, um antigo dirigente do partido, “é preciso criarmos um consenso entre os partidos políticos e a sociedade civil, em geral, no sentido de termos esta data como feriado nacional sobre os direitos humanos em Angola e permitir uma melhor reflexão histórica, sem espírito revanchista”. (Jornal *Folha 8*, 14/06/2000)

A luta do PRD pelo estabelecimento de uma investigação nacional sobre os desaparecidos durante a repressão situa-se na interseção com outra memória, que chamaremos de *memória da violência do Estado*.

### **3.5 MEMÓRIA DA VIOLÊNCIA DO ESTADO**

Esta memória é composta por narrativas de pessoas que se reconhecem como vítimas de um massacre pós-27 de maio e que assumem uma postura de denuncia da experiência que viveram.

“Depois da abortada manifestação do fatídico dia 27 de maio de 1977, sou preso no dia seguinte. [...] Torturado selvaticamente perante a minha família e vizinhos, fui levado até o ministério da Defesa, onde se encontrava baseado o Estado Maior da repressão.” Detido no ministério da Defesa, Fragoso se lembra de ter visto pessoas mortas “a sabre, punhal, facadas e tiros, na presença dos presos, *diseiros* [agentes da DISA] e cubanos”. (FRAGOSO, 2009, p.27) Aqui vale a pena abriremos um parênteses,

---

<sup>68</sup> Nas duas eleições em que o PRD participou, 1992 e 2008, alcançou números inexpressivos, com menos de 1% do total de votos. As estatísticas das eleições de 2008 estão disponíveis no site: <http://www.cne.ao/estatistica2008.cfm>. Acessado em 15/02/2012.

pois ao contrário do que Fragoso diz, Rafael Moracen Limonta nega qualquer envolvimento das tropas cubanas após ter sido controlado o golpe:

*Nós não participamos de nada disso, porque considerámos que se tratava de um problema interno e que, por exemplo, eu não podia participar no interrogatório de angolanos, porque isso não era o nosso papel. [...] Estou a falar-lhes de alguma coisa que, talvez, possam pensar que eu fujo a outras perguntas e não quero que pensem assim: é real, porque, além das coisas que eu vivi, há muitas coisas que me contaram. Por exemplo, fuzilamento, o interrogatório, isso mesmo contaram-me – eu não vi isso, porque não tinha nada que ver com isso. (Entrevista de Jaime e Barber com Rafael Moracen Limonta, 1999, p. 326)*

Apesar de não termos como determinar qual foi o papel dos cubanos na repressão, a postura de outros antigos oficiais cubanos, como Jorge Risquet e Lázaro Cárdenas Sierra, em evitar falar sobre o assunto parece apontar para uma tentativa de ocultar o envolvimento dos militares cubanos. Entrevistado por Drumond Jaime e Hélder Barber, Risquet, quando questionado sobre o 27 de maio, disse rispidamente: “já disse que em relação ao 27 de maio que o averiguem em Angola!” (Entrevista com de Jaime e Barber com Jorge Risquet, 1999, p. 339). Sierra, por sua vez, em seu volumoso livro intitulado “Angola e a África Austral” não faz menção ao 27 de maio, a não ser por uma única linha escrita na cronologia anexada no final do livro. (SIERRA, 2010)

Fechado o parênteses, voltemos a trajetória de Fragoso. Na verdade, ele não foi transferido para uma prisão ou campo prisional, como a maioria dos detidos. Fragoso permaneceu pouco tempo preso – aproximadamente 2 meses no Ministério da Defesa – e conseguiu escapar da morte porque um primo, que fazia parte do pelotão de fuzilamento, lhe ajudou a fugir.

Fragoso, assim como José Carrasquinha, Silva Mateus<sup>69</sup> e Miguel Francisco “Michel”, reivindica tanto uma identidade política nitista quanto uma identidade de

---

<sup>69</sup> Silva Mateus foi preso apenas no final de 1978, momento em que a repressão já tinha sido abrandada. “Estive inicialmente na cadeia de São Paulo e depois nas Operações, à estrada de Catete. [...] Já encontrei tudo desanuviado. Não sofri muito vexames, nem fui torturado”. (Entrevista com Silva Mateus, *Jornal Folha 8*, 19 de maio de 2001)

vitima da violência do Estado. José Carrasquinha que esteve preso na Cadeia de São Paulo e na Casa de Reclusão por aproximadamente 18 meses, relata sua experiência na prisão:

*Olha, eu, de facto, ouvi e confirmei aqui fora que mataram o fulano à porrada, outra à facada, outro a tiro, mas não tive a oportunidade de presenciar nenhum desses massacres. Tive, sim, a oportunidade de assistir ao meu massacre, ao vivo e a cores. Pisaram-me e martelaram-me os dedos do pé, e arrancaram-me a barba com alicate. (TONET. 27 de Maio foi uma invenção da elite burguesa instalada no MPLA. Jornal *Folha* 8, 19 de maio de 2001)*

Diferentemente de Carrasquinha, que apresenta uma descrição pessoal do que viveu enquanto esteve preso, há outros indivíduos que pretenderam intencionalmente construir trabalhos com caráter coletivo, englobando também a vivência de outros prisioneiros. Este é o caso de Miguel Francisco “Michel” que produziu sua autobiografia intitulada “Nuvem Negra – O drama do 27 de maio de 1977”, publicada em 2007, em Lisboa. Este é mais um livro que por ser crítico ao regime do MPLA, não teve espaço editorial em Angola, tal qual o livro do casal Mateus e de Frágoso, assim como outros que ainda serão apresentados. Isso mostra que mesmo em um contexto recente de paz e de reconciliação nacional, o 27 de maio continua figurando como um tema recalcado pelo Estado, embora os livros possam ser encontrados nas principais livrarias de Angola.

Não por acaso, “Michel” diz, justificando a sua empreitada autobiográfica, que “estamos numa era de reconciliação nacional [...] mas a verdadeira reconciliação passa necessariamente pelo esclarecimento da verdade [sobre o 27 de maio]. Porque verdade é razão, e esta é justiça. É o propósito deste relato.” (FRANCISCO, 2007, p.13)

Em 1977, “Michel” era integrante da Companhia de Reconhecimentos e Blindados da 9ª Brigada, um importante reduto nitista. Licenciado do trabalho em maio, por razões médicas, quando ocorreu a tentativa de golpe, compareceu a manifestação realizada em frente a Rádio Nacional apenas para inteirar-se “do que realmente se estava a passar”. Ainda que afirme que na altura não tenha se envolvido na montagem



do 27 de maio, hoje “Michel” se identifica como nitista, ou seja, ele é o que podemos chamar de um nitista a posteriori.

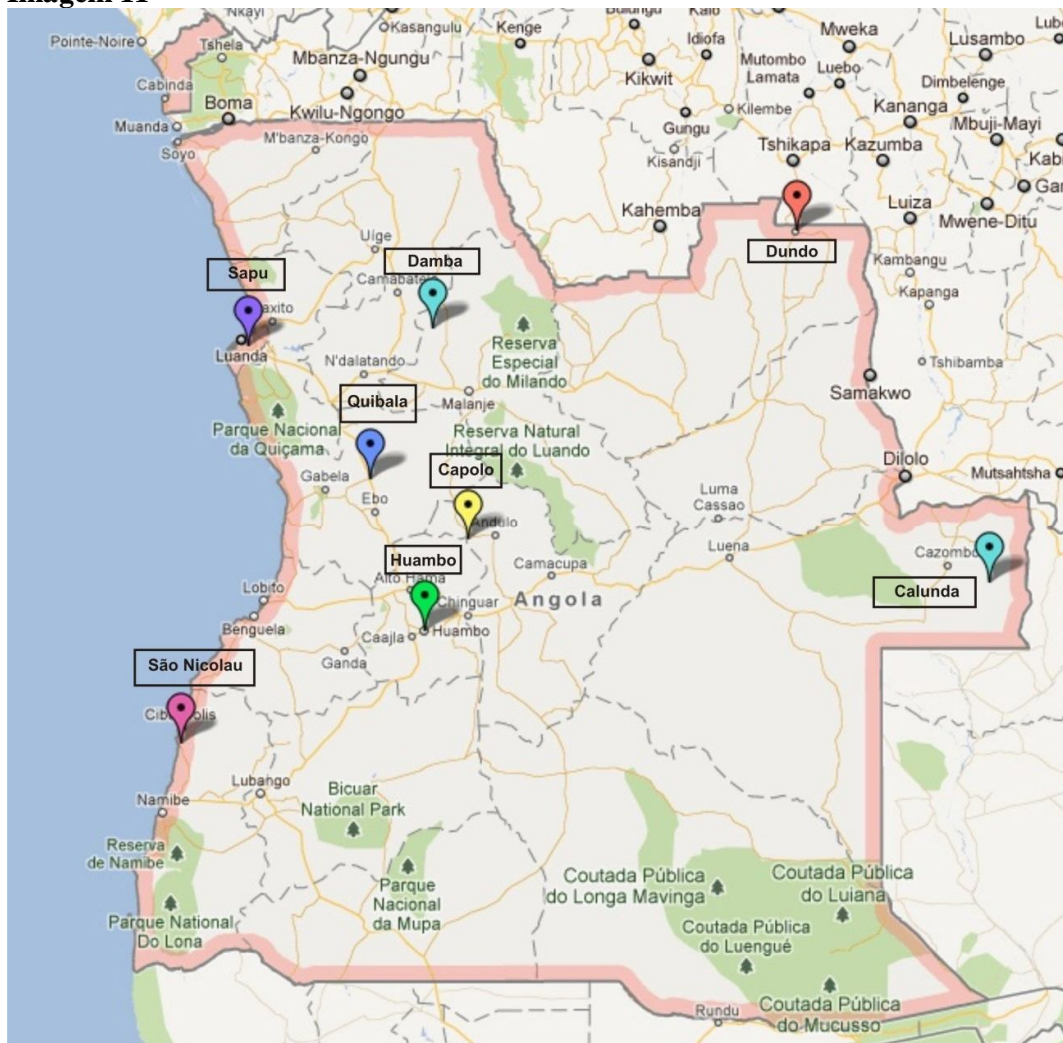
Sua trajetória prisional começou no início de junho de 1977, quando decidiu se apresentar no quartel da 9ª brigada, onde foi preso e imediatamente transferido para o Ministério da Defesa. Em seguida foi conduzido para a base da Força Aérea Popular de Angola/Defesa Aérea e Antiaérea (FAPA/DAA), de onde partiu para a cidade de Luena, na província do Moxico, na região Leste. “Michel” e os demais presos provenientes de Luanda ficaram detidos em um quartel militar da cidade.

*Os dias foram passando com as dificuldades alimentares a agravarem-se a cada dia que passava, já que os mantimentos que nos haviam fornecido quando chegamos esgotaram rapidamente com a vinda do segundo grupo [de Luanda], pois eles já não voltaram a reabastecer-nos. A partir daí a fome começou a apertar sério [...] ao ponto de passarmos cerca de dezassete dias praticamente sem nada. (FRANCISCO, 2007, p.69)*

Essa narrativa realça de modo recorrente a questão da fome, que se tornou um problema cada vez mais grave por conta da superlotação das cadeias. Em Luena, por exemplo, “Michel” só ficou detido em um quartel militar porque não havia mais espaço na prisão das Operações e na Cadeia Civil. Depois de aproximadamente dois meses e meio preso no quartel, “Michel” foi transferido para o Campo da Calunda, no Moxico, que chama de “o campo da morte” ou “o inferno” angolano.

A partir desse ponto o relato torna-se mais denso e detalhado, afinal de contas seu objetivo é denunciar a violenta política de repressão implantada pelo Estado. O Campo da Calunda foi apenas um dos vários “campos de reeducação”, como foram chamados oficialmente, os centros de detenção criados em todo o país. São Nicolau (Namibe), Sapu (Luanda), Huambo, Quibala (Kuanza Sul), Dundo (Lunda Norte), Damba (Malanje), Capolo (Bié) são apenas alguns deles.

**Imagem 11**



Mapa indicando alguns campos de detenção pós-27 de maio

Segundo o relato de “Michel” e de alguns sobreviventes<sup>70</sup> do Campo da Calunda que forneceram seus depoimentos a Fragoso, a recepção foi o prenúncio do tratamento que lhes seria dispensado. “Ao descerem dos camiões [...] eram recebidos com uma cacetada. Ao mesmo tempo, as vítimas deitavam-se no chão, em fila indiana, para posteriormente, a tropa que lhes aguardavam passar por cima, pisando-os no peito”. (FRAGOSO, 2009, p.143) O resultado dessa recepção nada calorosa foi “uns com pernas fracturadas; outros, os braços, outras ainda, como é o caso do Candenguelito, um

<sup>70</sup> Rafael Manuel, Manuel Pedro da Silva, José Afonso, Lourenço, Victor Luis dos Santos, Francisco António André, Benjamin Mateus, Alberto Kitari, Ezaquiel Pedro da Gama e Cristóvão João José, todos integrantes da antiga 9ª brigada.

rapaz da Ilha de Luanda, ficou com uma das vistas quase furada”. (FRANCISCO, 2007, p.88)

De acordo com as narrativas do campo da *memória da violência do Estado*, o cotidiano nos campos foi marcado pelo trabalho forçado dos presos (que consistia no desbravamento de florestas, na construção de casas e no transporte de água), pela falta de alimentos, falta de alojamentos e espancamentos. “Diga-se, em abono da verdade, a maior parte dos presos que morreu no Campo, não morreu por fuzilamentos ou torturas, mas sim por doenças originadas pelas péssimas condições que existiam”. (FRANCISCO, 2007, p.96)

Parte dessas narrativas foi produzida por sobreviventes que não tiveram ou pelo menos não reivindicam nenhum envolvimento político na tentativa de golpe, como os portugueses Nuno Simões e José Manuel Barbas do Amaral, que tiveram seus depoimentos publicados por Leonor Figueiredo, autora da biografia de Sita Valles lançada em Lisboa em 2010.

Nuno Simões viveu e trabalhou em Angola e ainda antes da independência, realizou diversos trabalhos como militante do MPLA. Depois de 11 de novembro de 1975, começou a trabalhar como funcionário e a controlar os comitês do MPLA da função pública. Em 1976, foi atingido pela diretiva que proibia estrangeiros de realizar trabalhos políticos no MPLA, ficando suspenso de suas funções políticas desde então. Mesmo assim, foi preso em 2 de junho de 1977, por ser antigo membro do PCP e por conhecer pessoalmente Sita Valles. Levado para a cadeia de São Paulo, foi interrogado e ameaçado.

*Para uma das sessões, levaram as 13 teses do Nito Alves e quiseram acusar-me de estar envolvido naquele texto, mas eu disse-lhes que nem conhecia o documento. Fiquei duas noites de castigo. Nesse tempo, nunca me apercebi do que se passava cá fora, nem da gravidade que as coisas assumiram no pós-27 de maio. (FIGUEIREDO, 2010, p.218)*

Nuno Simões permaneceu apenas três semanas preso por ter sido expulso de Angola, depois de seu nome aparecer em uma lista de cidadãos estrangeiros – assinada

por Ludy Kissassunda, diretor da DISA e publicada pelo *Jornal de Angola* – acusados de conivência com os “fraccionistas” e ingerência em assuntos internos de Angola.

Português nascido em Angola, José Manuel Barbas do Amaral pertencia em 1976, como militante do MPLA, aos comitês de medicina, zona de influência de Sita Valles e Nito Alves. Embora tenha alegado que não tinha qualquer envolvimento com os nitistas, foi preso em 30 de maio de 1977.

*Na prisão de São Paulo, praticamente, nunca pude vir para o recreio. Em Maio, Junho e Julho de 1977, foi indescritível. Não tenho palavras para retratar a insegurança e o medo. Quando chamavam, à noite, algum dos presos, sabíamos que ele iria desaparecer. Os que eram chamados não voltavam. (FIGUEIREDO, 2010, p.221)*

José Manuel Barbas do Amaral ficou detido por mais de 2 anos, parte deles vividos no Campo da Quibala. Nove meses depois de ser libertado, já em 1980, foi para Portugal e nunca mais retornou a Angola.

De certa forma, em reforço a ideia da violência exercida pelo Estado podemos observar os estudos do economista Tony Hodges e do sociólogo Jean-Michel Mabeko Tali. Ambos estão de acordo com a ideia de que houve, durante a repressão pós-27 de maio, um ajuste de contas que atingiu majoritariamente pessoas que não eram nitistas. Para Hodges a tentativa de golpe “acabou por permitir que o presidente Neto eliminasse os seus rivais e conseguisse uma supremacia incontestada dentro do MPLA. (HODGES, 2002, p. 77). Tali sublinha que “qualquer pessoa suspeita de ter estado ligada, de perto ou de longe, à dissidência foi presa. [...] Essa foi uma excelente ocasião para ajustes de contas no interior das elites (e não só).” (TALI, 2001, p. 218-219)

Sem dúvida, o caso mais emblemático daqueles que foram presos sem terem envolvimento com os nitistas é o de Américo Cardoso Botelho, que publicou em Lisboa, em 2008, seu livro autobiográfico intitulado “Holocausto em Angola – memórias de entre o cárcere e o cemitério”. Desde o título, Botelho sugere uma comparação entre o caso angolano e a política genocida do 3º Reich.

Huysen observa que a transformação do holocausto ocorrido na 2ª guerra mundial em uma figura de linguagem universal permite que ele funcione como metáfora para outras histórias e memórias, historicamente distantes e politicamente distintas do evento original. (HUYSSSEN, 2000) As referencias feitas por Botelho ao holocausto “original” evidentemente objetivam dar visibilidade a violenta política repressiva do primeiro governo independente angolano e denunciar o extermínio de vidas humanas executado de forma deliberada e maciça.

**Imagem 12**



Jornal *Folha* 8, 06 de fevereiro de 1998

Botelho chegou a Angola em 1975, pouco antes da independência, para exercer atividades na administração da companhia *Diamang*, responsável pela extração de diamantes. Por coordenar o setor dos transportes aéreos, era o contato da *Diamang* com empresas aéreas estrangeiras. Logo após uma de suas corriqueiras viagens a trabalho para o exterior, foi detido, em março de 1977, no Dundo, na província da Lunda Norte, acusado de ser espião da CIA, por portar revistas e jornais americanos, ingleses e

franceses. Levado a Luanda, foi encaminhado para a Casa de Reclusão e depois para a Cadeia de São Paulo, onde presenciou a chegada dos presos do 27 de maio e permaneceu até 1980.

A especificidade do livro de Botelho reside na sua intencionalidade de registrar, enquanto ainda estava preso, o que estava ocorrendo nas prisões angolanas. Os invólucros dos maços de cigarro serviram para que anotasse, de maneira codificada, o resultado das conversas com centenas de presos, de mais de vinte nacionalidades. Apontamentos, narrativas do cotidiano, desabaços, pequenas histórias de vida, denúncias e observações foram guardadas até a produção do livro.

*São, portanto, páginas de memórias. As minhas, feitas dos rostos e das palavras dos que me confiaram os seus medos e a sua coragem, as suas histórias vividas e contadas. Por isso, também as deles, que aqui são honradas como se de mim fizessem parte, contando entre o que de mais sagrado estimo. A memória dessas noites em que a violência abria as portas de ferro das celas sobrelotadas de gente e daquele cheiro dos dejectos humanos acumulados. O chamamento dos nomes, os berros e os pontapés, os passos de todos esses a caminho da pior tortura – com a vista à extorsão de informações ou à assinatura de autos forjados – ou votados ao suplício mortal. (BOTELHO, 2008, p. 26-27)*

Botelho assume indiscutivelmente o caráter coletivo do seu trabalho, quando se coloca como porta-voz das histórias dos prisioneiros e artífice da *memória da violência do Estado*. A ideia de que não se pode “deixar morrer” essa memória e de que é preciso “lutar contra o esquecimento” é compartilhada por todos os sobreviventes que lutam na atualidade contra a indiferença do Estado e pela reabilitação da memória daqueles que foram mortos pela repressão.

Foram esses interesses que levaram, nos últimos anos, a uma maior organização por parte de familiares e amigos das vítimas, bem como de sobreviventes, que resultou na criação de duas entidades. A Fundação 27 de maio, com sede em Luanda (2001) e a

Associação 27 de maio<sup>71</sup>, com sede em Barcarena-Portugal (2004) reivindicam o estabelecimento de uma comissão que tenha acesso a documentação dos arquivos do MPLA e do Estado, relativos ao 27 de maio, possibilitando a investigação histórica; o recenseamento dos cidadãos detidos, presos e executados; a indenização dos lesados e a construção de um memorial.

As atividades dessas entidades tem consistido no envio de projetos, mensagens, cartas abertas e dossiês endereçados ao governo angolano, além de pedidos de apoio internacional a organizações como a *Human Rights Watch* e a ONU e a países, como a África do Sul.

O interesse da Fundação e da Associação 27 de maio pelo apoio sul-africano está relacionado ao que ocorreu no país em 1995, após o fim do *apartheid*. Como parte do processo de promoção da reconciliação nacional, o novo governo liderado por Nelson Mandela instituiu uma Comissão de Verdade e Reconciliação, responsável pelo registro dos relatos das vítimas do regime de segregação racial. Embora os conflitos raciais permaneçam atualmente como uma questão aberta na África do Sul, o trabalho da Comissão possibilitou a legitimação dos discursos das vítimas e a preservação de suas memórias.

Em Angola, as duas entidades, assim como os sobreviventes de forma geral, acreditam que a experiência sul-africana deve ser reproduzida no país, sob a justificativa de que a reconciliação nacional não pode ser alcançada sem o perdão mútuo e o reconhecimento das faltas cometidas.

### Imagem 13



Muro do cemitério de Mulemba, em Luanda

<sup>71</sup> Todo o trabalho da Associação 27 de maio pode ser acompanhado no seu site: [www.27maio.com](http://www.27maio.com). Acessado em 15/02/2012.



Mas os sobreviventes tem enfrentado a resistência do MPLA, que declarou em 2002 que o 27 de maio deveria ser uma “página virada”<sup>72</sup> na história de Angola. Evidentemente, se o Estado aceitasse a reconciliação nos termos propostos, mesmo que seguindo uma política de anistia, sem punição aos envolvidos, teria que assumir o caráter violento da repressão e os assassinatos cometidos. Isso afetaria a memória da principal figura histórica do partido, Agostinho Neto, que não escaparia de ser apontado com um dos principais culpados.

Muito pelo contrário, o MPLA se dedica a reforçar uma memória favorável a Agostinho Neto e a ofuscar o 27 de maio. A valorização do papel político de Neto tem ocorrido em eventos recentes, como no colóquio intitulado “Da Luta Clandestina à Proclamação da Independência Nacional - memórias de um passado que se faz presente” (2005). Do mesmo modo, o “III Encontro Internacional de História de Angola” (2007) e o “Colóquio Internacional sobre a Vida e Obra do Dr. António Agostinho Neto” (2009) exaltaram o antigo líder como o grande herói, fundador da nação e guia da política angolana.

Essa disputa de memórias mostra que o 27 de maio continua sendo um dos temas mais polêmicos da sociedade angolana. O primeiro “boom” de memórias críticas ao MPLA ocorreu em 2002, por ocasião dos 25 anos do 27 de maio, com a mídia exercendo aí um papel fundamental. Comemorava-se o 27 de maio, evidentemente não no sentido de “celebrar”, mas sim de “trazer de volta à lembrança”. A ênfase das dezenas de matérias publicadas neste ano no semanário *Folha 8*, incluindo as 13 teses de Nito Alves, foi a repressão pós-27 de maio. O segundo “boom” ocorreu em 2007, na comemoração dos 30 anos, com destaque para o lançamento da autobiografia de Miguel Francisco “Michel” e do livro do casal Mateus. Esses trabalhos realçaram não só a violência da repressão, como expressaram uma preocupação de reconstruir historicamente os principais eventos que antecederam a tentativa de golpe, de modo a oferecer uma versão diferente daquela oferecida pela direção do MPLA.

Embora ainda prevaleça publicamente a memória pró-MPLA, que intitulamos de *memória da luta contra o fraccionismo*, as memórias críticas ao MPLA – a *memória do nitismo como alternativa política* e a *memória da violência do Estado* – tem

---

<sup>72</sup> A declaração do Bureau Político do MPLA está disponível no site da Associação 27 de maio: <http://27maio.com/declaracao-do-bureau-politico-do-mpla-sobre-o-27-de-maio/>. Acessado em 15/02/2012.



conquistado cada vez mais espaço, com as recentes publicações de Botelho (2008), Fragoso (2009) e Figueiredo (2010).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final deste trabalho, podemos fazer um balanço sobre o tema do 27 de maio e de suas memórias. Em primeiro lugar, o acompanhamento que realizamos da trajetória do MPLA em diferentes períodos – como movimento de libertação e gestor do Estado independente – permitiu que percebêssemos que sua direção, sob a liderança de Agostinho Neto, não abria espaço para críticas e discussões internas. Durante a luta de libertação, a ocorrência das duas dissidências – a Revolta do Leste e a Revolta Ativa – foram indicativas justamente da existência de um ambiente político interno carente de espaços de negociação.

Essa postura da direção do MPLA de dispersar ao invés de enfrentar os temas polêmicos esteve sempre relacionada ao contexto de enfrentamentos com Portugal, com a FNLA e com a Unita que mantinha a direção sob forte pressão, e aos próprios interesses de conservação do poder. Esse comportamento influenciou para que pouco tempo após a independência, novos embates internos tivessem como desfecho uma ruptura violenta. Um golpe de Estado promovido por um grupo ideologicamente ligado ao marxismo-leninismo soviético que, de acordo com seu discurso, lutava contra a pequena burguesia instalada no governo, a favor de “um sistema de governação em que as massas participassem na solução dos grandes problemas do Estado”.<sup>73</sup>

Ruptura que deixou profundas marcas na sociedade angolana e no próprio MPLA. A repressão pós-golpe atingiu milhares de famílias e o movimento ficou sem uma larga fatia de sua base social e política, particularmente da juventude militante. O clima de medo e violência passou a inibir qualquer manifestação de descontentamento, mesmo nas fileiras do MPLA – “as células do Movimento, depois Partido, tornaram-se caixas de ressonância das decisões das instancias superiores”. (TALI, 2001, p.224)

Como dissemos na introdução, e tenho certeza de que ficou claro no terceiro capítulo, no quadro do multipartidarismo instituído no início da década de 1990, nos últimos 20 anos o tema do 27 de maio tem conquistado múltiplos espaços sociais –

---

<sup>73</sup> Trecho do discurso proferido por Nito Alves, nos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Luanda, sobre a Lei do Poder Popular, em 1976.

político, jornalístico, editorial e até virtual. Como disse no ano 2000 o jornalista angolano Rubén Ndonvala em matéria publicada no jornal *Folha 8*, “com o 27 de maio, o tecido social angolano ficou indelevelmente marcado com fissuras que ainda hoje se repercutem no cotidiano”. (NDONVALA. O maior genocídio da história. Jornal *Folha 8*, 27 de maio de 2000)

Essa repercussão pode ser notada especialmente através das diferentes – e divergentes – memórias, que apontam indubitavelmente para o caráter controverso do tema. Para dar conta dessa diversidade e evitar a polarização entre memória “oficial” ou “dominante” e memória “nitista” ou “dominada”, optamos pela organização das memórias de acordo com aquilo que elas realçavam e enfatizavam, o que nos levou a identificação de três grupos. Mas estávamos metodologicamente cientes<sup>74</sup> de que cada grupo comportava divisões internas, resultado da percepção e da avaliação fragmentadas do 27 de maio.

Na *memória da luta contra o “fraccionismo”*, identificamos visões compartilhadas por antigos militantes do MPLA que se mantiveram leais a Agostinho Neto e a legenda que reduzem o nitismo a um movimento de indivíduos que ambicionavam pura e simplesmente o poder. Exatamente por conta dessa perspectiva é que as narrativas culpabilizam única e exclusivamente os nitistas, isentando a direção de qualquer falta.

Na *memória do nitismo como alternativa política*, percebemos a existência de narrativas que contestam a versão oficial do MPLA e, portanto, a própria *memória da luta contra o “fraccionismo”*, reposicionando o nitismo no quadro de uma reivindicação legítima que continua atual. Uma ideia subjacente a esta memória é a de lembrar o 27 de maio é olhar para a realidade atual, é recordar velhas reivindicações nunca satisfeitas pelo governo.

Na *memória da violência do Estado*, identificamos narrativas de pessoas que se reconhecem como vítimas de um massacre pós-27 de maio e que assumem uma postura de denuncia da experiência que viveram. Como vimos, essa memória tem conquistado

---

<sup>74</sup> Nos apoiamos nas observações feitas por Alessandro Portelli a respeito das memórias do povoado de Civitella Val di Chiana que sofreu o ataque das tropas alemãs em junho de 1944, quando a Itália estava sob ocupação nazista. (PORTELLI, 1996)

bastante publicidade, através das publicações autobiográficas e das atividades da Fundação e da Associação 27 de maio, assim como por meio das matérias jornalísticas.

Acreditamos que este trabalho deixou em evidencia a pluralidade das memórias em disputa do 27 de maio, mostrando como este tema permanece sendo um dos mais polêmicos da sociedade angolana. Por outro lado, entendemos que o assunto está longe de ser esgotado, tanto para quem pesquisa quanto para os angolanos em geral. A liberação da documentação oficial para livre consulta, e particularmente a da polícia política, poderá esclarecer certas dúvidas sobre a atividade nitista, o golpe e a repressão, o que certamente reposicionaria as memórias. Mas esse é um desejo que não corresponde necessariamente aos interesses políticos atuais.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes

#### Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

*Núcleo: PIDE/DGS*

*– Delegação de Angola – Relatórios*

- Luanda, NT 9088, Pasta 1 e 2
- Luanda, NT 9089, Pasta 1, 2 e Relatórios Extraordinários
- P. 11.15.A, NT 1832 – MPLA
- P. 11.15.B, NT 1828 – MPLA
- P. 11.15.C, NT 1828 – MPLA
- P. 11.15.D, NT 1829 – MPLA
- Subdelegação de Malange, NT 9088, Pasta 3 e 4
- Subdelegação de Malange, NT 7370, Caixa
- Subdelegação de Serpa Pinto, NP 9084, Pasta 2 e 3
- Subdelegação de Salazar, NT 9085, Pasta 2

*– Processos Pessoais*

- P. 11-SR, NP 996 (Delegação de Angola), Pasta 1 e 2 – Viriato da Cruz
- P. 89/63, NT 565 (Delegação de Angola) – Viriato da Cruz

*– Serviços Centrais*

- CI (2), GU., NT 7966, Dossiê 18
- CI (2), DSI-2. DIV., NP 7942, Pasta 5 e 6
- CI (2), DSI - 2. DIV., NP 7943, Pasta 3

### MPLA

- Boletim do Militante Ano I, nº 3. Luanda, 27 de junho de 1977.

- Boletim do Militante Ano I, nº 7. Luanda, 29 de outubro de 1977.
- Boletim do Militante Ano I, s/nº. Luanda, 30 de dezembro de 1977.
- Boletim do Militante Ano II, nº 37. Luanda, setembro de 1978.
- Boletim do Militante Ano II, nº 57. Luanda, março de 1979.
- Lancemos uma ofensiva generalizada na luta pela democracia popular. Coleção Resistência. Edição do Departamento de Informação e Propaganda (D.I.P.), 1976.
- Lei do Poder Popular. Luanda, 1976.
- Documentos da 3ª Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA. Edição do Secretariado do Bureau Político. Luanda, 23 a 29 de outubro de 1976.
- A Tentativa de Golpe de Estado de 27 de maio de 1977. Informação do Bureau Político MPLA. Edições Avante, 12 de junho de 1977.
- Documentos do D.E.P. para o I Congresso do MPLA, outubro de 1977.
- Discursos do Camarada Presidente António Agostinho Neto. Edição do Departamento de Educação Político-Ideológica, 1978/1979.
- Relatório do Comitê Central ao 1º Congresso Extraordinário do Partido. Luanda, 1980.

### **Periódicos**

Jornal de Angola  
 Jornal Angolense  
 Revista Notícia  
 Jornal Folha 8  
 Jornal Público  
 Jornal Expresso  
 Revista Isto é

### **Fontes Orais**

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Adolfo Maria. Lisboa, 27 e 28 de maio de 1999.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Adriano dos Santos, Luanda, 13 de setembro de 1997.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Afonso Dias da Silva. Rio de Janeiro, 8, 13 e 14 de março de 1996.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Américo Gonçalves, Luanda, 31 de janeiro de 1995.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Bazuka, Luanda, 10 de outubro de 1997.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Benigno Vieira Lopes, Luanda, 13 de fevereiro de 1995.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Fernando Costa Andrade, Luanda, 15 de setembro de 1997.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Germano Gomes, Luanda 22 de outubro de 1997.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Jean Michel Mabeko Tali, Luanda, 21 e 27 de fevereiro de 1995.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com João Vieira Lopes, Luanda, 27 de fevereiro de 1995.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Joaquim Pinto de Andrade, Luanda, 27 de agosto de 1997.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Lúcio Lara, Luanda, 7 e 14 de fevereiro de 1995.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Maria da Conceição Neto, Luanda, 22 de fevereiro de 1995.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Maria do Céu Carmo Reis, Luanda, 22 de outubro de 1999.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Mario Afonso “Cassessa”, Luanda, 10 de fevereiro de 1995.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Paulo Jorge, Luanda, 23 de outubro de 1997.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Pepetela (Arthur Pestana dos Santos), Luanda, 6 e 9 de fevereiro de 1995.

Entrevista de Marcelo Bittencourt com Roberto de Almeida, Luanda, 16 de fevereiro de 1995.

Entrevista de de Marcelo Bittencourt com Ruy de Castro Lopo, Luanda, 19 de outubro de 1997.

## **Bibliografia**

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). Introdução. *Ensino de história – conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

AFLALO, Fred. *Sou jornalista, não atirei em ninguém! Revista Isto é*. Rio de Janeiro, 08 de junho de 1977.

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar – Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997.

BARTH, Fredrik. *O guro, o iniciador e outras varrições antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BENDER, Gerald Jerry. *Angola sob o domínio português – mito e realidade*. Editorial Nzila – Coleção Ensaio 21: Luanda, Agosto de 2004.

BAPTISTA, Alves Bernardo. *13 Teses em minha defesa*. Disponível em: <http://27maio.com/artigos/13-teses/> Acessado em 14/02/2012.

\_\_\_\_\_. Biografia de Nito Alves. Disponível em: <http://27maio.com/nito-alves-1945-1977/> Acessado em 14/02/2012.

- \_\_\_\_\_. *Memória da Longa Resistência Popular*. S/l. Editora Africa, 1976.
- BARROS, José D'Assunção. *História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço*. *Revista Mouseion*, vol. 5, nº 5, Jan – Jul 2009.
- BIRMINGHAM, David. *Portugal e Africa*. Lisboa: Editora Vega, 2003.
- BITTENCOURT, Marcelo. *A questão étnica e racial nas eleições angolanas*. *Estudos Afro-Asiáticos*, 1993 pp. 225 – 250.
- \_\_\_\_\_. *Dos Jornais às Armas. Trajectórias da Contestação Angolana*. Lisboa: Vega Editora, 1999.
- \_\_\_\_\_. A História Contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas. IN: *Construindo o Passado Angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (4 a 9 de agosto de 1997)*. Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000. p. 161-185.
- \_\_\_\_\_. “*Estamos juntos!*” *O MPLA e a luta anticolonial [1961 – 1974]*. Luanda: Ed. Kilombelombe, 2008.
- \_\_\_\_\_. Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola. IN: *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2010.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB/LGE, 2004, p. 1098
- BOTELHO, Américo Cardoso. *Holocausto em Angola – memória de entre o cárcere e o cemitério*. Lisboa: Ed. Nova Veja, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. IN: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.
- CABAÇO, José Luís. *Moçambique. Identidade, Colonialismo e Libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CABRITA, Felícia. *A Revolução Perdida de Sita Valles*. *Revista Expresso*, 25 de Janeiro 1992.
- CARREIRA, Iko. *O pensamento estratégico de Agostinho Neto*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996.
- CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo - O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Edições Afrontamento, 1999.
- CEDETIM. *Angola: la lutte continue*. Pris, CEDETIM; François Maspero, 1977.



Coletânea do Cinema angolano. Ministério da Cultura. GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional. Disco 1 e 2.

DÁSKALOS, Sócrates. *Um testemunho para a história de Angola. Do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Vega, 2000.

FAUVET, Paul. *Angola: The rise and fall of Nito Alves. Review of African Political Economy*, 1979, nº 14, pp.88 – 104.

FRAGOSO, José Adão. *O Meu Testemunho*. A purga do 27 de maio de 1977 e as suas consequências trágicas. Luanda: Sistema J Editora, 2009.

FRANCISCO, Michel. *Nuvem Negra – o drama do 27 de maio de 1977*. Lisboa: Clássica Editora, 2007.

FIGUEIREDO, Leonor. *Sita Valles (1951 – 1977) revolucionária, comunista até a morte*. Lisboa: Alétheia Editores, 2010.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1990.

HODGES, Tony. *Angola. Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*. Cascais: Editora Principia, 2001.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2000.

JAIME, Drumond e BARBER, Helder. *Angola: Depoimentos para a história recente (1950-1976)*. S/l: Edição dos autores, 1999.

JÚNIOR, Nhuca. *MPLA inventou o “golpe de Estado”*. *Jornal Folha* 8, 26 de maio de 2001.

KILUANJI, (José César Augusto). *Trajectória da vida de um guerrilheiro*. Luanda: Vanguarda, Coleção Resistência, 1990.

LARA, Lucio. *Um amplo movimento – itinerário do MPLA através de documentos de Lucio Lara*. Vol. I, II e III. Luanda, Edição do Autor, 1997.

LENTIN, Albert-Paul. De Bandung a Havana. In: SANTIAGO, Theo. *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 37-59 p.

LEONARD, Yves. *Salazarisme et lusotropicalisme, histoire d’une appropriation*. *Lusotopie* 1997, pp. 211 – 226.

MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y Súbdito. África Contemporânea*. México: Siglo Ventiuno Editores, 1998.

MARCUM, John. *The Angolan Revolution. The anatomy of an explosion (1950-1962)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, volume I, 1969.

\_\_\_\_\_. *The Angolan Revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, volume II, 1978.

MARIA, Pombal. *Municípios do Sambila recordam o “27 de Maio”*: DISA massacróu milhares... *Jornal Folha* 8. Luanda, 26 de maio de 1998.

MATEUS, Dalila Cabral e MATEUS, Álvaro. *Purga em Angola*. Lisboa: Edições ASA, 2007.

MESSIANT, Christine. *Angola, Les Voies de L’Ethnisation et de la Décomposition*. *Lusotopie*, Fev. 1994.

\_\_\_\_\_. Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia. IN: *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Edições Firmamento, 2006, pp. 131 – 161.

MILHAZES, José. *Angola – o princípio do fim da União Soviética*. Lisboa: Ed. Veja, 2009.

MOORMAN, Marissa. *Of westerns, women, and war: Re-situating Angolan Cinema and the nation*. *Ethnic News Watch (ENW)*: Fall 2001; vol. 32, n° 3.

\_\_\_\_\_. Music and Lusotropicalism in Late Colonial Luanda. Disponível em: <http://www.buala.org/en/stages/music-and-lusotropicalism-in-late-colonial-luanda> Acessado em 28/07/2011.

NETO, Maria da Conceição. *Ideologias, Contradições e Mistificações da Colonização de Angola no Século XX*. *Lusotopie*, 1997.

NEVES, Margarida de Souza. *O bordado de um tempo: a história da estória de Esaú e Jacó*. IN: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n° 81, abr-jun. 1985.

\_\_\_\_\_. *História da Crônica, Crônica da História*. IN: RESENDE, Beatriz (org.). *Cronistas do rio*. Rio de Janeiro: José Olumpo/CCBB.

N’GANGA, João Paulo. *O pai do Nacionalismo angolano – As memórias de Holden Roberto (1923 – 1974)*. São Paulo: Editora Parma, 2008.

PACHECO, Carlos. *Repensar Angola*. Lisboa: Editora Vega, 2000.

PÉLISSIER, René. *La Colonie du Minotaure. Nationalisme et Revoltes (1926-1961)*. Orgeval (França): Pelissier, 1978.

PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: Ática, 1982.

\_\_\_\_\_. *O Cão e os Calus*. Luanda: União dos Escritores Angolanos. 1988.

\_\_\_\_\_. *A Geração da Utopia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

PEREIRA, José Maria Nunes. *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 1999.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. *Os Regressados na Cidade de Luanda: um estudo sobre identidade étnica e nacional em Angola*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 1999.

PIMENTA, Fernando Manuel Tavares Martins. *Branços de Angola – Autonomismo e nacionalismo (1900 – 1961)*. Edições MinervaCoimbra, 2005.

\_\_\_\_\_. *Angola no Percurso de um Nacionalista – Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3, 1989.

\_\_\_\_\_. *Memória e Identidade Social*. *Revista Estudos Históricos*, Vol. 5, Nº 10, 1992.

QUINO, António. *Quiseram fazer de Angola um País derivado ... Não se pode silenciar os horrores do 27 de Maio*. *Jornal Folha* 8, 25 de maio de 2002.

POUTIGNAT, Poutignat & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

Processo de Paz em Angola – Gbadolite – Kinshasa, s/d.

REIS, Maria do Céu Carmo e REIS, Fidel Carmo. *O MPLA e a Crise de 1962 – 1964 como representação: alguns fragmentos*. IN: Actas temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (Lisboa, 04 de julho de 1994). Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 697 – 709.

RÉMOND, René (org.). *Uma história presente. Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

ROCHA, Edmundo. *A Casa dos Estudantes do Império nos anos de fogo*. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, 1997.

ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. IN: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RUI, Manuel. *Quem me dera ser onda*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1989.

SERRA, Carlos (org.). *Racismo, Etnicidade e Poder – Um estudo em cinco cidades de Moçambique*. Maputo: Ed. Livraria Universitária, 2000.

SERRANO, Carlos. *O romance como documento social: o caso de Mayombe*. Revista Via Atlântica, nº 3, 1999.

SHUBIN, Vladimir. *The Hot 'Cold War'- the USSR in Southern Africa*. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008.

SIERRA, Lázaro Cárdenas. *Angola e África Austral – apontamentos para a história do processo negocial para a paz (1976 – 1992)*. Luanda: Ed. Mayamba, 2010.

SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Gradiva, 1991.

TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*. Vol I e II. Editorial Nzila – Coleção Ensaio 3: Luanda, 2001.

TONET, Willian. *Matei o comandante Nito Alves*. Jornal *Folha 8*. Luanda, 26 de maio de 2001.

TONET, Willian. *27 de maio foi uma invenção da elite burguesa instalada no MPLA*. Jornal *Folha 8*, 19 de maio de 2001.

VALENTIM, Jorge. *1954 – 1975 Esperança – época de ideais da independência e dignidade*. Luanda: Editorial Nzila, 2005.

\_\_\_\_\_. *Caminho para a paz e reconciliação nacional – de Gbadolite a Bicesse (1989 – 1992)*. Luanda: Ed. Mayamba, 2010.

VIDAL, Nuno. *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Edições Firmamento, 2006.